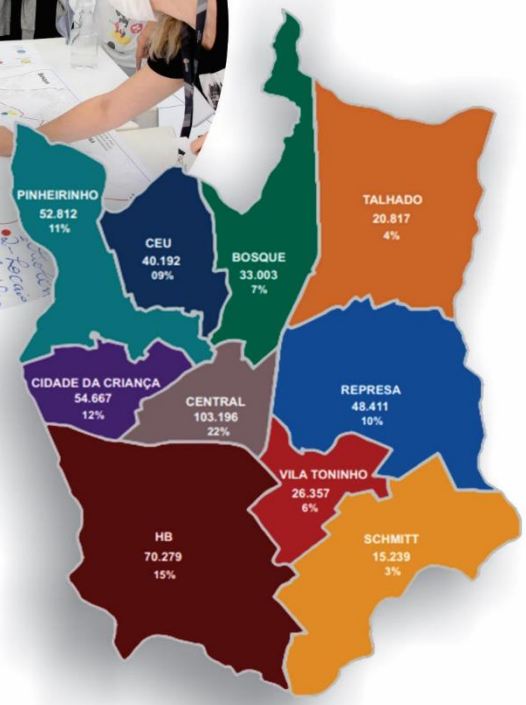
Diagnóstico Socioterritorial

São José do Rio Preto
2021/2022

Região HB



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Diagnóstico Socioterritorial

EXPEDIENTE

Prefeito │Edinho Araújo
Vice-Prefeito│ Orlando Bolçone
Secretária Municipal de Assistência Social │Helena Marangoni

Secretaria Municipal de Assistência Social

Assessora de Secretária│Carla Ávila dos Santos
Assessora Especial │Eliana Cristina Lechado Guizzi
Assessora│Edimara Carrasco
Coordenadoria de Gestão│Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco
Departamento Administrativo e de Execução Orçamentária │Walquíria de Arruda Correa
Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda│Renata Correa Leite de Oliveira
Divisão de Gestão Operacional│Danilo Numer de Santana
Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos│Fernanda Paula Magossi Arado
Departamento de Proteção Social Básica│ Fernanda dos Santos
Departamento de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade│Janaina Darli Duarte Simão
Departamento de Gestão do Trabalho do SUAS│Kleber de Mascarenhas Navas
Departamento de Vigilância Socioassistencial │Vanessa Gimenez Ferreira
Coordenação Diagnóstico Socioterritorial: Vanessa Gimenez Ferreira

Equipe de apoio Departamento de Vigilância Socioassistencial: Adriano Marra, Ana Augusta Silva de Oliveira, André Stéfano Balbino Debiagi, Caroline da Silva Vissechi Maia, Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco, Geis de Oliveira Benevides, Isabella Caroline Malerba, Liliani Mendonça Rodas, Luana Cristina Candian de Souza, Patrícia Lisboa Ribeiro Bernussi, Rafaela Yepes Moro.

Revisão do Diagnóstico Socioterritorial: Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco, Geis de Oliveira Benevides, Márcia Aparecida Gonçalves, Patrícia Lisboa Ribeiro Bernussi e Vanessa Gimenez Ferreira.

Facilitadoras: Caroline da Silva Vissechi Maia, Fabiana Izilda Funiceli Laredondo, Fernanda, Paula Magossi Arado, Geis de Oliveira Benevides, Klymene Moreno de Sousa, Liliani Mendonça Rodas, Lívia Rodrigues Restofe, Luzia Emília Sanchez Ayala, Marcela Camila Garcia Gouveia Menezes, Márcia Santos da Rocha, Marinalva Madela de Brito, Thays Ferreira Gianini Proto.

Estagiária: Isabella Caroline Malerba.

Capa: Bruno Vieira de Carvalho.

SUMÁRIO

Apresentação.....4
Introdução.....5
PARTE I.....7
PARTE II.....79
Região HB.....80
PARTE III.....143
Glossário da Assistência Social.....143

APRESENTAÇÃO

São José do Rio Preto/SP, sede da Região Metropolitana do Noroeste Paulista, é uma das melhores cidades do Brasil para se viver. É o que mostram indicadores e estudos diversos, como o divulgado em 2023 pelo Instituto Trata Brasil, colocando o município como o melhor do País no ranking de saneamento básico.

É sempre possível e necessário avançar. A propósito, os novos tempos, advindos do contexto pandêmico, trouxeram desafios sociais, administrativos, políticos e econômicos. Neste sentido, a Política de Assistência Social é imprescindível para a proteção social e defesa dos direitos dos rio-pretenses.

Para cumprir esse papel tão importante, a Assistência Social necessita entender e analisar a conjuntura em que está inserida, sendo que esse processo se dá por meio do Diagnóstico Socioterritorial. Um documento fundamental para a compreensão da realidade vivida pelas famílias da nossa cidade, especialmente as mais vulneráveis, para planejar e propor ações assertivas com as demandas da população.

Esta publicação é fruto de um trabalho coletivo desenvolvido pelas equipes técnicas da Secretaria Municipal de Assistência Social, os usuários, conselheiros de direitos e rede socioassistencial. Cumpre uma das ações do Programa de Metas Gestão 2021/2024 de aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, de São José do Rio Preto, por meio do desenvolvimento de ações integradas entre as políticas públicas, de modo a assegurar atenções às diversidades e heterogeneidade de públicos e territórios.

Um trabalho robusto e pormenorizado, que mostra as nossas Regiões, por meio de dados quantitativos e qualitativos, através do olhar da Assistência Social e dos munícipes atendidos. Com essa ferramenta, nosso governo poderá planejar ações ainda mais inclusivas e preocupadas com a qualidade de vida e bem-estar de todos os rio-pretenses.

Prefeito Edinho Araújo

INTRODUÇÃO

O Primeiro Diagnóstico Socioterritorial de São José do Rio Preto foi construído entre os anos de 2013-2014 e se apresentou como central na consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na cidade. Os dados orientaram a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, instrumento de planejamento estratégico, que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Assistência Social na perspectiva do SUAS.

A atualização do Diagnóstico foi realizada em 2015/2016, numa versão que procurou retratar a realidade do município sob o olhar da política de assistência social, subsidiada pela pesquisa de dados: 1) em fontes secundárias, como o IBGE, Cadastro Único, MDS/SAGI e 2) em fontes primárias, junto aos serviços, percepção da população e dos demais atores sociais, por meio do Mapa Falado, que ocorrera no primeiro Diagnóstico.

O Diagnóstico Socioterritorial 2021/2022 traz a proposta de fazer uma construção participativa, que incluiu as equipes de trabalhadores do SUAS e os usuários dos serviços. O trabalho começou em fevereiro de 2021, com o levantamento e estruturação dos dados. Percorremos as 10 Regiões do município para discussão e qualificação das informações compiladas pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial. Contamos com a participação de 10 facilitadores que ficaram responsáveis por fomentar a reflexão e realizar a escrita do documento de forma conjunta com as equipes.

Nas rodas de conversa nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Centro Pop, Departamentos de Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial discutimos os dados de população, Cadastro Único, índice de extrema pobreza, CAGED, renda familiar, violências e violações de direitos de cada uma das 10 Regiões do município.

Foram realizadas 47 rodas de conversas, que permitiram mapear as potencialidades e vulnerabilidades de cada território, com suas marcas, particularidades e necessidades.

Após a discussão dos dados quantitativos e da qualificação dos dados de forma coletiva e participativa com os trabalhadores, iniciamos as coletas de informações com os usuários e com as redes socioassistencial e intersetorial. As equipes tiveram

autonomia para escolher a metodologia a ser utilizada na pesquisa, que está descrita neste documento em 10 capítulos, contemplando as 10 Regiões do município.

Ressaltamos que este é um diagnóstico das equipes e o percurso dialogado permitiu que o diagnóstico fosse interventivo e formativo, visto que propiciou a identificação de demandas que foram discutidas em audiência pública realizada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em novembro de 2021, com a temática da atuação da rede e a vigilância socioassistencial para o fortalecimento do SUAS.

O Diagnóstico Socioterritorial 2021/2022 tem como diretrizes os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento está organizado em três partes. A parte I (primeira) com informações gerais do município e, em seguida, apresenta-se o Mapa Falado que foi realizado com os Conselhos de direitos: CMAS, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal do Idoso (CMDI) e Conselho sobre Álcool e outras Drogas (COMAD). Segue, ainda, com apresentação de relatos de casos da alta complexidade, que expressam a necessidade da intersetorialidade para o público de jovens em acolhimento institucional.

Na parte II estão os diagnósticos das 10 Regiões do município.

A parte III é composta de um Glossário publicado em 2021 e traz conceitos que utilizamos na Assistência Social e no trabalho social do município.

Helena Marangoni

Secretária Municipal de Assistência Social

PARTE I

SUMÁRIO

A Assistência Social em São José do Rio Preto.....9
A Política de Assistência Social no Município de São José do Rio Preto.....10
O contexto da Assistência Social no tempo presente.....15
A necessidade de resistir e lutar pela Assistência Social.....20
Os desafios de Rio Preto no campo da Assistência Social.....21
Recursos Humanos da SEMAS.....21
O contexto de pandemia.....24
Panorama da Assistência Social no Município.....25
Território e demografia.....27
Evolução da Rede.....31
População e vulnerabilidade.....36
Território de São José do Rio Preto.....37
Mapa Falado com Conselhos de Direitos.....42
Relatos de casos Alta Complexidade.....50
Referências.....54
Apêndice 1 – Rede Socioassistencial no município.....58

A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Apresentamos nesta seção as marcas históricas da Assistência Social no Brasil e em São José do Rio Preto, documento este que foi elaborado em supervisão realizada pelo assistente social Rodrigo Diniz no primeiro trimestre de 2020. Foram realizadas discussões com os trabalhadores do SUAS, os quais representavam CRAS, CREAS, Centros de Convivência, Centro POP e gestão, portanto, uma construção coletiva que apresenta um resgate histórico e contextualização dos atravessamentos da conjuntura político-econômica e social. O Departamento de Vigilância Socioassistencial atualizou o documento em abril de 2022 e complementou com informações atuais.

Anteriormente à Constituição Federal de 1988, as práticas de assistência eram realizadas por entidades de caridade, principalmente as ligadas à igreja católica, e realizadas por meio de ações filantrópicas e de cunho caritativo.

A partir de 1988, com a Constituição Federal, a Assistência Social passa a compor a seguridade social no tripé com a saúde e previdência social. Em 1993, é regulamentada a Lei 8.742, de 07/12/1993 que trata da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre os princípios, diretrizes, organização e gestão, prestações e financiamento dos serviços socioassistenciais.

Entre 1996 e 1997 foram realizadas conferências municipais, estaduais e federal de assistência social, respeitando e pautando o controle social. Em 2004 é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com vistas à efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Em 2005, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) organiza o modelo de proteção social, e em 2006 a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB RH) estabelece as equipes de referência, atribuições e eixos a serem considerados pela gestão do trabalho e educação permanente.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução Nº 109, de 11/11/2009) regulamenta/tipifica os serviços por níveis de complexidade. Em 2011 ocorre a ratificação da LOAS, alinhando-a com a PNAS, o que se concretiza por meio da Lei n°. 12.435 de 06/07/2011, a qual efetiva o SUAS.

Os movimentos sociais fizeram parte da história de lutas e conquistas desta política social, destacam-se:

- Mobilização do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua;
- Movimento de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- Coletivo de Gestores da Política de Assistência Social (COEGEMAS E CONGEMAS);
- Participação de entidades de classe como os Conselhos Federais de Serviço Social (CFESS) e de Psicologia (CFP).

A trajetória da Assistência Social é marcada pela publicação de várias resoluções, manuais e guias para nortear e orientar o trabalho dos municípios. Cabe ressaltar que outras normatizações e marcos legais contribuíram para assegurar o campo da proteção social e defesa de direitos, como as legislações sobre os direitos da criança e adolescente, da pessoa idosa, pessoas com deficiência e combate à violência contra a mulher.

A trajetória da Assistência Social no Brasil, e em São José do Rio Preto, é permeada por lutas, resistências e compromisso de trabalhadores, gestores, conselheiros e usuários.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Conforme o Plano Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto: Diagnóstico Socioterritorial (2014-2017), a Assistência Social teve seu marco inicial em 13 de novembro de 1964, com a publicação da Lei nº 1.051/1964, por meio da criação do Departamento de Assistência Social, administrado por um Conselho Colegiado (Diretor), composto por 11 membros, representantes de instituições assistenciais do Município, Câmara Municipal e livre indicação do prefeito. A criação desse Departamento de Assistência Social convergia com os conceitos históricos da assistência social, identificada à época como caridade, solidariedade, benemerência aos menos favorecidos e apoio ao próximo, como forma de dominação e controle de segmentos segregados pela conjuntura econômica, e considerados “disfuncionais” perante a sociedade, culpabilizando-se pela própria condição de vida.

Ao mesmo tempo, era instituída a Fundação Rio-pretense de Assistência Social (FRAS) pela Lei Municipal n° 1.071, de 05 de janeiro de 1965, administrada por um Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Dentre suas fontes de receita destacavam-se recursos municipais, pois a FRAS integrava o Orçamento Municipal.

Com a Lei Municipal nº 2.104/1977, que alterou a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a Assistência Social passou a integrar a Assessoria de Saúde, Esporte e Bem-Estar. Cabia à Assessoria a execução da Política Municipal de Saúde, Esporte e Promoção Social, em especial as funções relativas ao Pronto Socorro Municipal, as medidas ligadas à melhoria da qualidade de vida da população e administração das funções de promoção e assistência social em qualquer nível dentro do Município, além das atividades esportivas de qualquer natureza promovida ou assistida pelo Poder Público Municipal.

A Lei Municipal nº 3.045, de 07 de junho de 1982, criou a Assessoria do Bem-Estar Social com o objetivo de planejar, coordenar e executar programas de promoção social, vinculando administrativamente a FRAS à sua estrutura e desvinculando as funções de promoção social da Assessoria de Saúde e Esportes. Nesse período foram organizadas as três primeiras Creches Municipais Públicas para crianças de três meses a seis anos de idade, nos bairros Jardim Fuscaldo, Jardim Soraya e São Jorge. O Decreto nº 2.883/1982 constituiu a Assessoria de Bem-Estar Social como: Assessoria do Bem-Estar - Gabinete do Assessor e Departamento de Promoção Social, subdividida em Divisão de Serviços Gerais, Seção de Apoio à Implantação e Dinamização de Recursos Sociais e Fundação Rio-pretense de Assistência Social.

Com a Lei nº 3.162 de 14 de setembro de 1982 a Assessoria de Bem-Estar Social passa a denominar-se Secretaria Municipal de Bem-Estar Social como órgão encarregado de programar, coordenar, executar e supervisionar os serviços de Assistência Social e Promoção Humana do município em qualquer nível, sempre com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 1982).

Atualizada em 17 de janeiro de 1983, pela Lei nº 3.262, também passou a ter a incumbência de coordenar e fiscalizar os trabalhos das entidades que recebiam auxílio da Prefeitura Municipal, com o objetivo de “promover o homem e melhorar suas condições de vida”. Na década de 80, a Administração Municipal, por meio do Projeto

Unidade de Subprojeto/Cidades de Médio Porte (UAS/COM), com recursos do Banco Mundial a fundo perdido, elaborou o diagnóstico da cidade, indicando por região da cidade a necessidade de equipamentos sociais e/ ou serviços de infraestrutura. Neste sentido, mantinha uma equipe de profissionais que constituía quatro gerências: Modernização Administrativa, Infraestrutura Urbana, Infraestrutura Comunitária e Infraestrutura Econômica.

O diagnóstico da cidade e a operacionalização das diretrizes e metas do projeto marcaram a década, pois equipamentos sociais como Creches e Centros Comunitários eram de responsabilidade da Assistência Social. Por volta de 1985, no Governo José Sarney, o foco era a elaboração de planos de desenvolvimento econômico e social. Destacou-se então o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, que propunha um desenvolvimento baseado em critérios sociais. Nesse período, instalou-se um complexo processo de mobilizações sociais, debates e articulações, repercutindo em grande pressão social para a elaboração de novas concepções de assistência social, o que culminou na garantia da Assistência Social como política pública com a Constituição Federal de 1988.

Para regular e institucionalizar os avanços alcançados, foi fundamental a aprovação de leis orgânicas, como a LOAS, que introduziu um novo significado à Assistência Social, dando início, enfim, ao processo de regulamentação da Política de Assistência Social no país.

São José do Rio Preto acompanhou todo o percurso de transformação da Assistência Social, da perspectiva da caridade para política pública na ótica dos direitos, com ações para constituição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei Municipal n° 4.956, de 15 de maio de 1992) e do Conselho Municipal de Assistência Social (Lei Municipal n° 6.110, de 14 de dezembro de 1995), com intensa articulação com a sociedade civil organizada.

Durante o período de 1982 a 1990, a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social ampliava e adequava sua estrutura administrativa para a oferta de serviços com vistas a atender as novas demandas: criação da Casa de Meninos e Meninas em Situação de Rua; programa com famílias; jornada ampliada para crianças e adolescentes; ampliação do número de creches com capacitação de funcionários; formação de equipe multiprofissional com assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional e médico, para acompanhamento e supervisão; celebração de convênios com entidades

de assistência social para a administração das creches e Programa de Desfavelamento transferido à Empresa Municipal de Construções Populares (EMCOP) no início dos anos 90.

Na metade dos anos 90, as ações da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social passaram a ser realizadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e entidades de assistência social parceiras com a Secretaria com o objetivo de descentralizar o atendimento social e articular esse atendimento com as demais políticas. Foram criadas 15 unidades e distritos de Seguridade Social, buscando integrar os serviços em rede, por segmento e área geográfica.

No final dos anos 90 ocorreu a transição das creches para a Educação, atendendo às novas normativas legais, historicamente um dos campos prioritários de atuação da assistência social.

Em 2002, acompanhando o cenário nacional, a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social passa a denominar-se Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos da Cidadania (SMAS), com mudanças na estrutura e atuação. Foram criados o Departamento de Ação Comunitária e da Família, Departamento da Criança e do Adolescente e Departamento de Geração de Trabalho e Renda, posteriormente alterados para Departamento de Economia Solidária.

A IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003, deliberou sobre a implantação do SUAS, modelo de gestão definido para todo o território nacional, objetivando consolidar um sistema descentralizado e participativo, conforme já instituído pela LOAS. A Proteção Social passa a ser organizada em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade.

Com a aprovação da PNAS, em meados de 2004, a Assistência Social avança como política pública no cenário nacional e o SUAS, por sua vez, veio reforçar e aprimorar a LOAS. No ano de 2004 houve ainda a criação da Casa dos Conselhos buscando fortalecer a atuação dos Conselhos Municipais no processo de controle social. Em dezembro de 2005, em consonância com o SUAS, o Núcleo de Assistência Social Parque da Cidadania foi transformado em CRAS.

De 2005 a 2008 as demandas da Assistência Social eram atendidas em 14 Núcleos de Assistência Social (NAS), distribuídos em áreas com índices de vulnerabilidade social expressivos, desenvolvendo programas para idosos, famílias, adolescentes, entre outros.

A Lei complementar 279, de 10 de março de 2009, cria a Secretaria Municipal do Trabalho e do Emprego, e então a Secretaria de Assistência passa a chamar Secretaria Municipal de Assistência Social e dos Direitos de Cidadania. Por fim, com a Lei complementar 346, de 18 de agosto de 2011, a Secretaria passa a ser Secretaria Municipal de Assistência Social.

De 2008 a 2010 ocorre uma reorganização para 04 CRAS, 09 NAS e 01 CREAS. Esse período de transição ocorreu até 2010, quando todos os NAS se transformaram em CRAS, atendendo à adequação proposta pela PNAS, SUAS e NOB.

Em 2010 e 2011 houve a necessidade de ampliação do atendimento criando-se mais um CREAS e um Centro Pop. Os equipamentos foram identificados como CREAS Família, Idoso e Deficiente, CREAS Família, Criança e Adolescente e CREAS POP, com objetivo de contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva, restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia das famílias e indivíduos. No mesmo período houve a implantação do Centro de Convivência do Idoso (CCI).

Entre 2012 e 2013 a Secretaria Municipal de Assistência Social contava com os seguintes equipamentos: 14 CRAS, 01 Centro de Atendimento de Assistência Social (CAAS), 01 CCI, 02 Centros de Inclusão Solidária Nasce a Esperança (CISNE), Norte e Centro, 02 CREAS, sendo CREAS Criança/Adolescente e CREAS Idoso e 01 CREAS População de Rua. Considerando as orientações da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os cursos profissionalizantes passam a ser executados pela Pasta do Trabalho, transformando o CISNE Norte em Centro de Convivência da Família (CCF) e o CISNE Centro em Centro de Convivência da Juventude (CCJ), unidades com oferta exclusiva do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Em 2014 ocorreu um avanço importante que foi a criação dos Departamentos de Gestão do Trabalho e de Vigilância Socioassistencial.

Em 2015 foi instituído o Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de São José do Rio Preto (FMTSUAS - SJRP). De caráter permanente, representa os trabalhadores em suas diversas formas de organização, entidades de trabalhadores ligados à assistência social com personalidade jurídica ou pessoas físicas trabalhadoras do SUAS. É um fórum de articulação e deliberação política em defesa

do SUAS, democrático, participativo, com financiamento específico e controle social.

Em 2018 ocorreu o reordenamento dos serviços de média complexidade, com transição da execução feita pela rede parceira para as unidades de CREAS, que passaram a contar com equipes compostas por trabalhadores estatutários, aprovados em concurso. Neste momento, seguindo orientações da Tipificação, houve alteração nas denominações dos CREAS temáticos, que passaram a ser denominados de CREAS I e CREAS II, unificando o atendimento das violações de direitos tipificadas.

Entre 2016 e 2017 em uma ação intersetorial, após estudos entre as Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, coordenadas pela Secretaria de Planejamento foi feita a unificação dos territórios de abrangência das respectivas secretarias. A ação foi oficializada pelo Decreto nº 18.073 de 29 de junho de 2018, que institui a divisão geográfica do município de São José do Rio Preto em 10 (dez) Regiões: Bosque, CEU, Central, Cidade da Criança, HB, Pinheirinho, Represa, Talhado, Vila Toninho e Schmitt. Por conseguinte, houve a reorganização das áreas de abrangência dos CRAS e CREAS.

Em 2022, São José do Rio Preto conta com 13 CRAS, 03 Centros de Convivência (CCF, CCI e CCJ), 02 CREAS e 01 Centro Pop. O apêndice 1 nos apresenta a rede de execução direta, a rede parceira e a rede com execução de projetos e Serviços que estão cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social e CMDCA.

O CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TEMPO PRESENTE

No contexto federal podemos sinalizar a conjuntura de retrocessos dos direitos da população, que se expressa com a Emenda Constitucional nº 95/2016 do congelamento dos gastos em políticas sociais como saúde, educação e assistência social, e no mesmo contexto se concretiza no país a reforma trabalhista e previdenciária. A Assistência Social, como área integrante da seguridade social, sofre grandes ataques no que tange ao seu financiamento e formas de execução, a

exemplo, de julho de 2019 até dezembro de 2021 praticamente não houve liberações de novos benefícios do Programa Bolsa Família[1].

Há também demora para avaliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o acesso ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de forma remota, somente por telefone e via sítio eletrônico, o que inviabiliza e dificulta o atendimento da população e revela grande lacuna na Política Pública de Previdência Social com reflexos diretos à Assistência Social.

No contexto do Estado de São Paulo ocorre o encerramento de inclusões em benefícios dos programas de transferência de renda, o programa Ação Jovem terminou em outubro de 2021 e o Renda Cidadã em fevereiro de 2022. No município ocorreu o rebatimento da agudização das expressões da questão social que se mostra forte e intenso, como maior capilarização da pobreza pelos diversos territórios da cidade, que incide no aumento da demanda por cesta básica e por programas de transferência de renda.

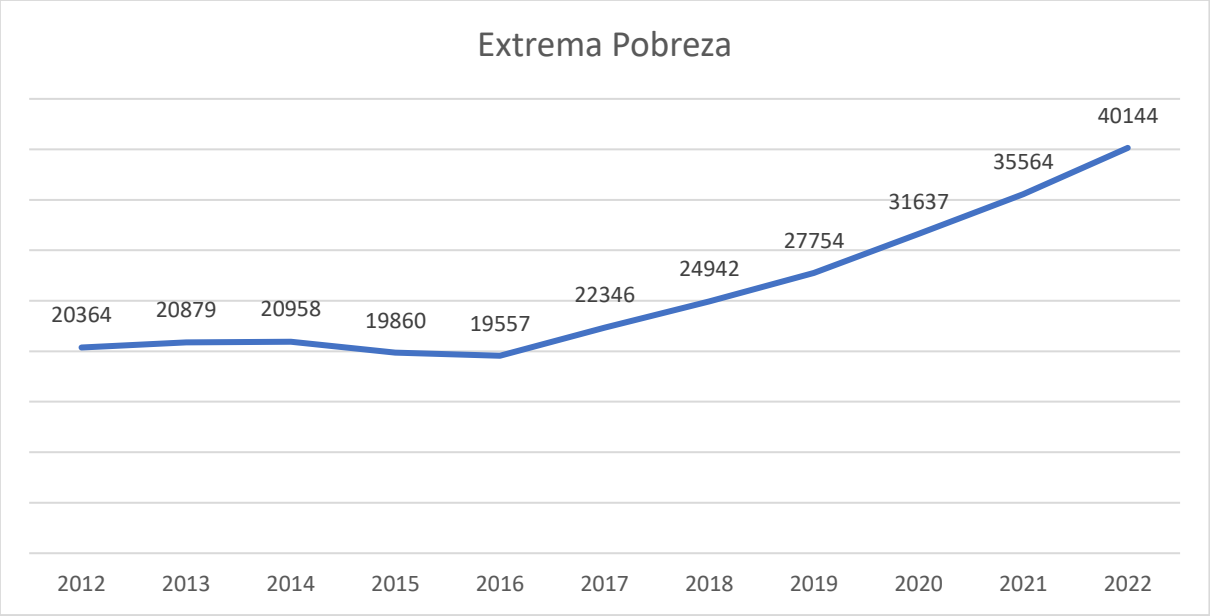
Os estudos do Departamento da Vigilância Socioassistencial do município e dos profissionais do território, que efetivam também a função Vigilância no cotidiano de trabalho, apontam o aumento da extrema pobreza. Para se ter uma ideia, em 2013 havia no município 6.000 famílias em situação de extrema pobreza, em 2019 esse número passou para 11.000 famílias e em janeiro de 2022, 16.498 famílias[2].

---

[1] O Programa Bolsa Família foi substituído pelo Decreto n° 10.852, de 8 de novembro de 2021 que regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória n° 1.061, de 9 de agosto de 2021.

[2] Para os levantamentos de dados que utilizam a lista Cecad, foi utilizada a base disponibilizada pelo Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda, que faz um filtro inicial retirando os cadastros inválidos. Assim, os dados apresentados serão diferentes dos dados disponibilizados no site do Ministério da Cidadania, que considera cadastros inválidos.

Gráfico 1 — Evolução no número de pessoas em extrema pobreza inscritas no Cadastro Único no município, 2012 a 2022.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do CECAD-CadÚnico/ Ministério da Cidadania, referência mês de maio de cada ano, exceto 2022, que utilizou janeiro.

É importante ressaltar, no entanto, que em 2022 foi alterada a renda per capita da extrema pobreza. Anteriormente, eram consideradas em extrema pobreza as famílias cuja renda per capita não ultrapassasse R$ 89,00. Atualmente, esse limite é de R$105,00. Essa alteração foi um dos fatores que influenciou no aumento expressivo entre maio de 2021 e janeiro de 2022.

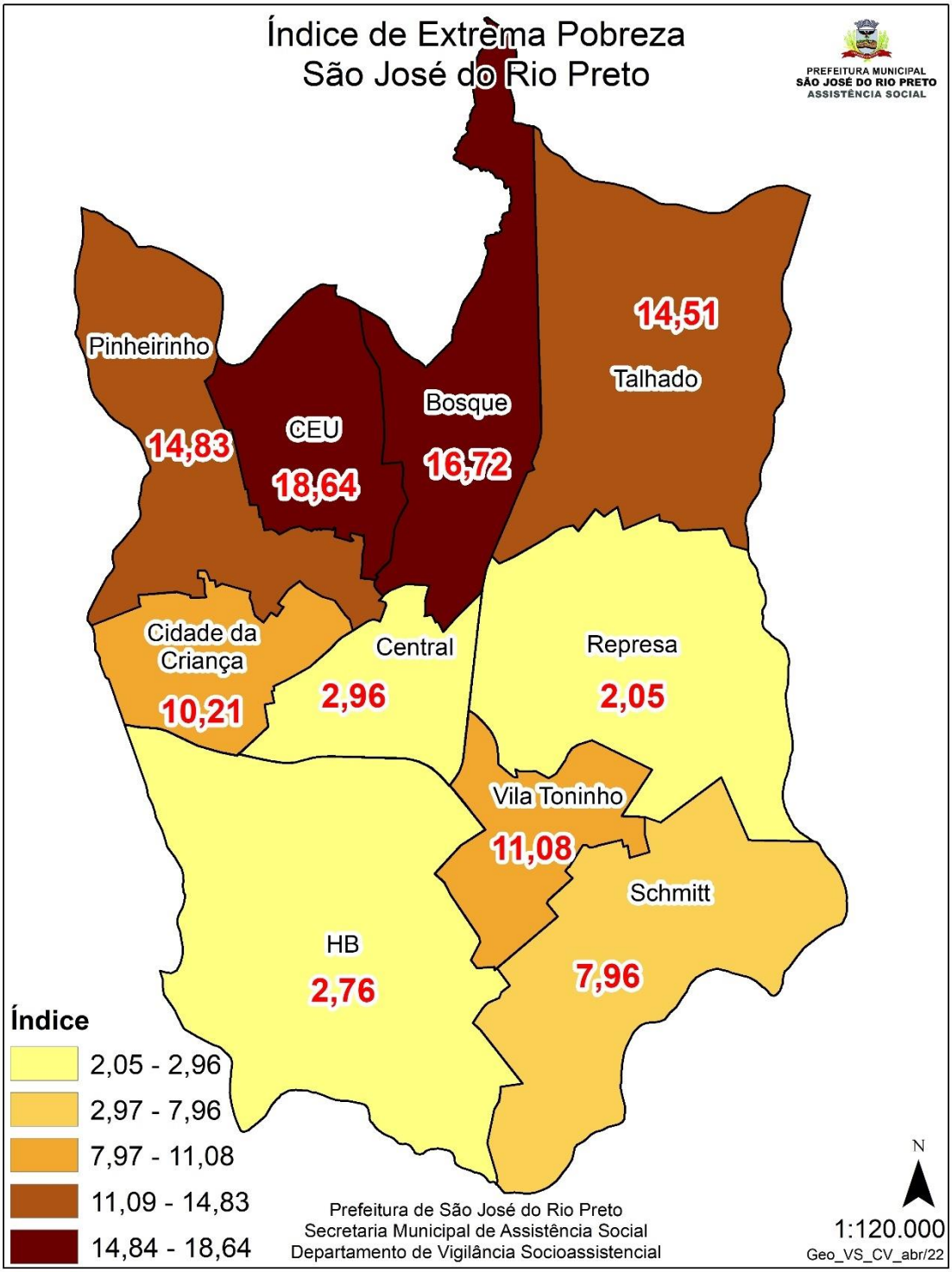
Ainda no âmbito da extrema pobreza, foi criado um índice que nos permite avaliar sua incidência em cada Região, conforme tabela 1 e mapa. O índice é calculado dividindo a população em extrema pobreza, inscrita no Cadastro Único, pelo número total de habitantes daquela região e, por fim, multiplicando por 100.

Tabela 1 — Índice de extrema pobreza de São José do Rio Preto.

Região	Pessoas em extrema pobreza	População estimada por Região	Índice
CEU	7.490	40.192	18,64
Bosque	5.519	33.003	16,72
Pinheirinho	7.832	52.812	14,83
Talhado	3.021	20.817	14,51
Vila Toninho	2.921	26.357	11,08
Cidade da Criança	5.582	54.677	10,21
Schmitt	1.213	15.239	7,96
Central	3.059	103.196	2,96
HB	1.941	70.279	2,76
Represa	992	48.411	2,05
São José do Rio Preto	**39.570**	**464.983**	**8,51**

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados da Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2021; CECAD-CadÚnico jan./22 Ministério da Cidadania.

Mapa 1 — Índice de extrema pobreza de São José do Rio Preto.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados da Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2021; CECAD-CadÚnico jan./22 Ministério da Cidadania.

Observa-se que a Região com menor índice é a Represa, com 2,05, enquanto o CEU, Região com maior índice, se apresenta com 18,64. A Região CEU possui índice 9 vezes maior que a Represa, o que evidencia a grande desigualdade entre as

Regiões. O município como um todo apresenta um índice de 8,51, o que significa que a cada 100 pessoas no município, 8 estão em extrema pobreza. Importante pontuar que não foram contabilizadas as 574 pessoas em situação de rua que estão em extrema pobreza inscritas no Cadastro Único, pois não é possível definir com exatidão em qual Região estão.

Neste sentido, o cenário político, econômico e cultural do tempo presente demonstra a regressão no campo da cidadania. A diminuição dos espaços institucionais e legais associados aos direitos da população e o impacto desse denso e restritivo processo será sentido a médio e longo prazo pela sociedade.

A NECESSIDADE DE RESISTIR E LUTAR PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Entende-se que a necessidade de resistir e lutar pela Política de Assistência Social deve se fundamentar pela sua própria construção histórica, seus avanços e conquistas, pela participação e protagonismo coletivo e aguerrido de trabalhadores, gestores, conselheiros, usuários, e também de entidades da sociedade civil. A trajetória desta política é sustentada pela busca da garantia de direitos socioassistenciais, na compreensão e busca dos direitos humanos, pela autonomia dos sujeitos sociais, visto que a Assistência Social historicamente tem acolhido o público que se encontra à margem de todas as outras políticas e contextos de inserção econômica, fatores estes que ocorrem devido ao sistema capitalista.

As possíveis formas de resistência devem se dar no cotidiano, por meio da atuação profissional do conjunto de trabalhadores, como também no fortalecimento da participação dos usuários, destacando-se mais do que nunca algumas forças propulsoras como o compromisso ético-político, o fortalecimento do controle social, a importância do SUAS e da necessidade de mobilização, a proximidade com o território, a necessidade de fomentar reflexões, espaços coletivos de discussões e trocas, pesquisas e seminários que possam refletir e propor ações dentro da conjuntura atual valorizando a PNAS e o SUAS, insistência na garantia de recursos humanos qualificados e efetivação via concursos públicos.

Resistir à onda conservadora e à barbárie econômica que retira os direitos e negligencia a cidadania está pautada na defesa intransigente da estrutura e arquitetura desta política. Para tanto, são necessários o contínuo processo de

educação permanente, a garantia da continuidade de serviços e a normatização de alíquota financeira para a Assistência Social.

Há que se ressaltar que é de suma importância o estímulo à participação social dos usuários como forma de fortalecimento do controle social, tendo em vista a garantia dos direitos já conquistados, bem como a sua ampliação.

OS DESAFIOS DE RIO PRETO NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

No município de São José do Rio Preto, a Política de Assistência Social tem alguns desafios no campo da participação social e do controle social por parte dos usuários, no sentido de efetivar esse instrumento e fazer valer esse mecanismo.

Mesmo com as dificuldades e retrocessos observados no âmbito nacional, São José do Rio Preto, município com gestão plena na Assistência Social, consegue manter as ofertas existentes, traço de resistência do conjunto de atores que movimentam essa política social.

O orçamento municipal da pasta permite, além da manutenção dos serviços, ampliar algumas ofertas, embora ainda não a totalidade necessária e buscada. Os recursos federais não obedecem a constância nos repasses, impossibilitando planejar ações permanentes e exigindo constantes revisões no direcionamento financeiro, pois é comum parcelas serem transferidas de maneira cumulativa e com prazos reduzidos para liquidação, obrigatória para os próximos recebimentos. O fato de não se ter um percentual de repasse mínimo para a Assistência Social dificulta o planejamento e execução de investimento em serviços, benefícios, programas e projetos.

RECURSOS HUMANOS DA SEMAS

Com relação à participação democrática dos trabalhadores, a Secretaria de Assistência Social vem proporcionando espaços de debate, reflexão e propostas acerca do cotidiano vivido pelas equipes da secretaria.

Em julho de 2018 foi apreciado e aprovado, pelo CMAS, o Plano Municipal de Educação Permanente (PMEP) e, na sequência, deu-se início à sua execução, o que trouxe a possibilidade de encontros, oficinas e capacitação com renomados

professores/pesquisadores de forma continuada, envolvendo as proteções sociais, departamentos e gestão. Vale ressaltar que o plano está em fase de atualização.

A gestão do trabalho, no contexto do Sistema Único de Assistência Social, tem buscado criar espaços de acolhida e escuta dos trabalhadores para as suas demandas, propondo melhores condições técnicas e éticas de trabalho, por meio de processos que ofereçam uma formação continuada, a fim de se materializar um planejamento estratégico que dê respaldo às ações que viabilizem a gestão participativa e o controle social, por meio da articulação com os diversos sistemas de informação neste âmbito, conforme preceitua o documento Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta (BRASIL, 2014).

Apresentaremos o quadro com os Recursos Humanos da Rede Pública, divididos entre servidores e terceirizados.

Quadro 1 — Trabalhadores do SUAS - Rede Pública.

Profissionais	Servidor	Terceirizado	Total
Assistente Social	72	39	111
Educador Social	46	40	86
Psicólogo	19	31	50
Agente Administrativo	33	16	49
Motorista	6	29	35
Auxiliar de limpeza	0	25	25
Estagiários	20	0	20
Pedagogo	15	0	15
Vigia	6	8	14
Especialista em Desenvolvimento Social	8	0	8
Serviços Gerais	6	2	8
Cargos em Comissão	6	0	6
Supervisor Técnico	3	0	3
Professor de Artes	2	0	2
Auxiliar de Contabilidade	1	0	1
Almoxarife	1	0	1
Eletricista	0	1	1
Coordenador Administrativo	1	0	1

Fonte: Departamento de Gestão do Trabalho, referência Julho/2022.

O próximo quadro apresenta os Recursos Humanos da rede parceira com a Secretaria Municipal de Assistência Social, composta pelas seguintes Organizações da Sociedade Civil: Associação Espírita A Caminho da Luz (AELUZ), Albergue

Noturno, Associação Mamãe Idalina (AMAI) - SCFV e Acolhimento, Associação dos Amigos da Criança com Câncer (AMICC), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, Associação Evangélica Lar de Betânia, Associação Madre Teresa de Calcutá, Associação Paraíso - SCFV, Associação Renascer, Comunidade Só Por Hoje - Acolhimento Institucional e Acolhimento Compartilhado, Centro Regional de Atenção Aos Maus Tratos na Infância (CRAMI), Damas de Caridade - Unidades (I,II, III,IV), Instituto Riopretense dos Cegos Trabalhadores, Lar Esperança - Centro Dia e ILPI, Lar São Francisco de Assis - Acolhimento Pessoas em Situação de Rua e ILPI, Lar São Vicente de Paulo - Centro Dia, Projeto Educacional Profissionalizante do Adolescente (PROEPAD), Serviço Social São Judas Tadeu, Rancho de Luz e Maquininha do Futuro.

Quadro 2 — Trabalhadores do SUAS - Rede Parceira.

Recursos Humanos	Quantidade
Educador/Monitor	74
Cuidador	62
Auxiliar de Limpeza	59
Cozinheiro	28
Assistente Administrativo	28
Assistente Social	25
Psicólogo	24
Auxiliar Cozinha	18
Coordenador	10
Educadora Social (Mãe Social)	10
Terapeuta	8
Encarregado administrativo	7
Motorista	6
Manutenção	5
Recepcionista	3
Oficineiros	2
Pedagogo	1
Supervisor	0
Vigia	0
Jardineiro	0
Total	**370**

Fonte: Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos, referência Julho/2022.

O CONTEXTO DE PANDEMIA

Cenários

Cenário – avanço da Pandemia

Em dezembro de 2019, foi registrado o primeiro caso de Covid-19 na China. O vírus se espalhou pelos diversos países do mundo levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar a doença como Pandemia em 11 de março de 2020. O município de São José do Rio Preto reconheceu estado de calamidade pública e estabeleceu medidas de enfrentamento em 24 de março de 2020, por meio do decreto N° 18.571.

Ao longo dos meses, diversas normativas, notas técnicas e orientações foram expedidas pelos órgãos responsáveis em todas as esferas, necessitando de constante acompanhamento para aplicação e direcionamento das ações. Neste contexto, a Assistência Social foi reconhecida como política responsável por serviço essencial, trazendo a necessidade da manutenção das atividades e atendimentos em suas unidades, resguardadas as normas sanitárias e orientações de prevenção, como forma de garantia da proteção social à população em meio à pandemia, traduzida pela crescente demanda pelos serviços e benefícios socioassistenciais no período.

O cenário da Covid-19 e a interface com as desproteções sociais

A Frente Nacional do SUAS[3] contextualizou que a Covid-19 representa o agravamento da desigualdade social em nosso país e as implicações para pessoas com menor renda, sem habitação ou em condições insalubres e precárias de moradia,

[3] Organização plural de OSCs, instituições não governamentais, trabalhadores, usuários, gestores, professores, pesquisadores e pessoas interessadas em defender a Assistência Social e a Seguridade Social brasileira. Disponível em: https://maissuas.files.wordpress.com/2016/06/circular01e02-frenteseguridadesuas.pdf.

pessoas com comorbidades, população em situação de rua e a precarização das condições de vida em função do desemprego e ausência de renda.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no quarto trimestre de 2021 o país apresentava taxa de desocupação de 11,1% com 12 milhões de desempregados, 4,8 milhões de desalentados e taxa de subutilização de 24,3% (IBGE, 2021).

Diante desse contexto, a renda emergencial instituída pela Lei n° 13.979 pode ser apontada como conquista da sociedade brasileira, e os dados de que 51% da população brasileira solicitou a renda, demonstra a gravidade de uma das facetas da desproteção vivenciada pela população (FRENTE NACIONAL, 2020).

De acordo com o Portal Transparência (2021), no município de São José do Rio Preto, o pagamento do valor global aos beneficiários do Auxílio Emergencial foi de R$ 95.095.555,00 no período de janeiro a dezembro de 2021, com exceção do mês de novembro, em que a informação não foi disponibilizada. Em dezembro, na última folha de pagamento disponível no site do ano de 2021, havia 7 pessoas recebendo este auxílio no município.

PANORAMA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO

Considerando a crise de saúde instalada em diversos países e que chegou ao Brasil desencadeando uma série de ações, sejam elas por meio de legislações e normativas, desde março de 2020, a Secretaria Municipal de Assistência Social implementou as ações destacadas:

- Publicação de portarias regulando formas de trabalho, fluxos e orientações com relação à Pandemia;
- Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), produtos de higiene e limpeza, orientações quanto às indicações de saúde sobre a limpeza dos ambientes e higiene pessoal;
- Instalação de placas verticais de acrílico nos balcões e mesas de atendimento ao público;
- Organização dos atendimentos à população com criação de Central de Orientações, via telefone, e Formulário de Atendimento, na página da SEMAS, no site da Prefeitura Municipal;

- Aquisição de aparelhos celulares para utilização nas unidades públicas, priorizando o atendimento remoto e, excepcionalmente, presencial em situações especiais e necessárias, mediante agendamento quando possível;
- Instalação de roteadores *wi-fi* nas unidades públicas para acesso à internet, facilitando o uso de aplicativos de videoconferência e comunicação (WhatsApp) com usuários da Assistência Social;
- Uso de mensagens curtas de texto (SMS) para envio de informações e orientações aos usuários;
- Descentralização do atendimento presencial nas unidades, utilizando escolas e equipamentos próximos, para evitar aglomeração;
- Ampliação dos horários de atendimento do Centro POP, permitindo à população em situação de rua acessar diariamente os serviços ofertados;
- Disponibilização ampliada do Serviço de Acolhimento em Abrigo para pessoas em situação de rua;
- Adequação das parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), a fim de contemplar o impacto da Pandemia;
- Ampliação da comunicação social interna e externa, com divulgação contínua de informes, *e-mails*, cartazes sobre a Pandemia, formas de prevenção, funcionamento das unidades CRAS, CREAS, Centro POP e Centros de Convivência;
- Ação integrada com a Secretaria de Saúde para orientações aos trabalhadores e testagem para Covid-19 nas unidades da SEMAS, assim como ação conjunta de mitigação nos acolhimentos para idosos nas ILPIs, parceiras e acolhimentos de crianças e adolescentes e de pessoas em situação de rua, dentre outras.

Os reflexos percebidos não são apenas na saúde, mas também na economia e nas condições socioeconômicas da população. A Política de Assistência Social tem um papel importante na busca de garantia da Proteção Social para a população em situação de vulnerabilidade. Cerca de 18,4% das pessoas do município estão inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o que sinaliza um perfil de vulnerabilidade e indica a necessidade de cobertura e ações para atendimento dessa população.

Em abril de 2020 foram iniciados atendimentos realizados de forma remota, como uma das estratégias de reorganização dos atendimentos e acompanhamentos dos Serviços, de acordo com as normas sanitárias, assim como no início de 2022, após outro rebatimento da pandemia devido à variante Ômicron. No fechamento deste Diagnóstico (maio/2022), os serviços passam pelo processo de retomada de atividades coletivas e grupais.

A pandemia trouxe grandes desafios no que se refere à reorganização dos Serviços e demandas da população. Destaca-se que em meio às dificuldades enfrentadas durante o contexto pandêmico ocorreu, em dezembro de 2021, o IV Seminário dos Trabalhadores do SUAS - Luta e Resistência Contra o Desmonte do SUAS em Tempos de Pandemia, momento em que foi assumido o compromisso da SEMAS em realizar uma Mesa de Negociação com os trabalhadores do SUAS.

TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA

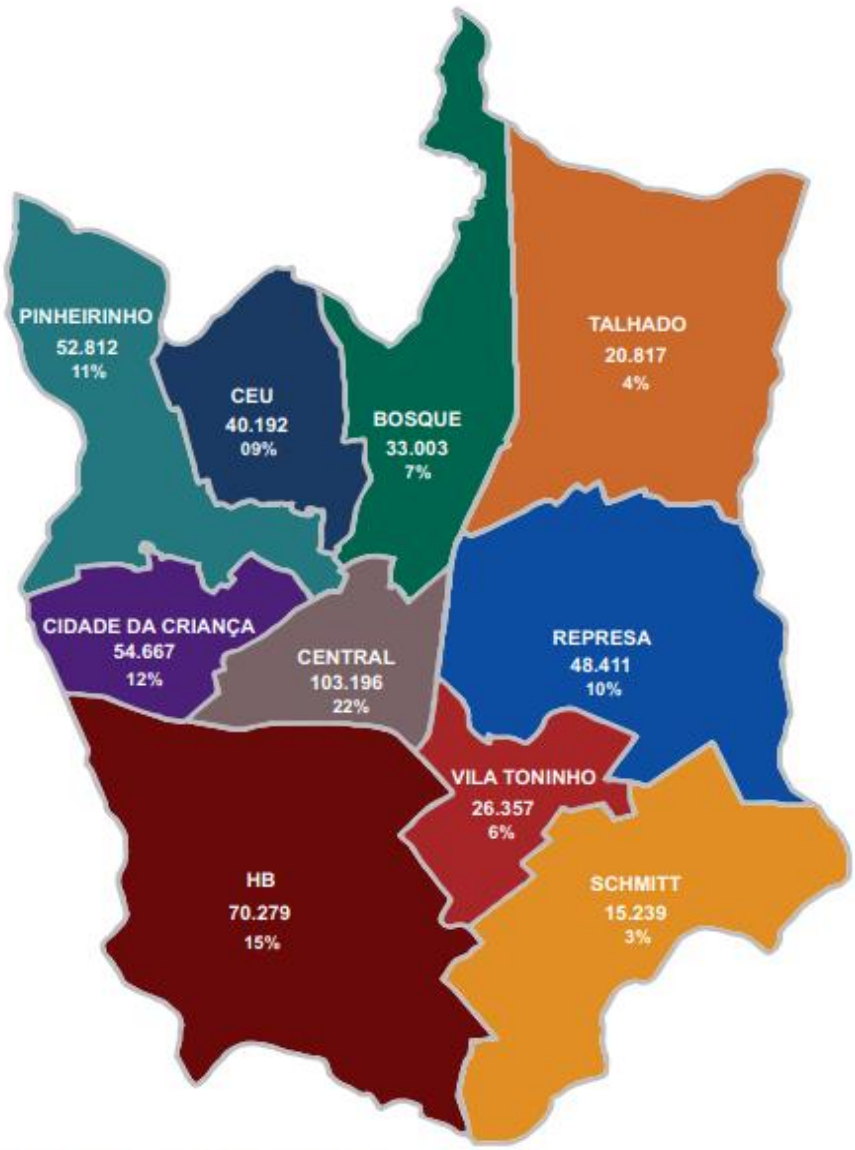
Apresentaremos a contextualização de alguns dados gerais do município e rede socioassistencial.

São José do Rio Preto possui uma população estimada em 464.983 habitantes (dados Conjuntura Econômica do município, a qual se baseia na projeção do Censo IBGE para 2020) e possui dois distritos, Schmitt e Talhado, com população de 20.678 e 5.419, respectivamente. A área urbana contempla 94% da população e 6% residem em área rural. Esta tem como característica a presença de loteamentos irregulares e por este motivo, as informações acerca das famílias não são computadas nos dados oficiais no município, o que demanda ações para que a Proteção Social alcance a população considerada invisível.

Segundo o IBGE Cidades, base de dados 2010, a densidade demográfica é de 945,12 hab./km². De acordo com a Conjuntura Econômica 2020, a população está dividida nas Regiões seguindo as porcentagens: Central 22%; HB 15%, Cidade da Criança 12%, Pinheirinho 11%, Represa 10%, CEU 9%, Bosque 7%, Vila Toninho 6%, Talhado 4% e Schmitt 3%.

Mapa 2 — Estimativa populacional por região de São José do Rio Preto.

Regiões: População residente por Região - Estimativa 2020



Fonte: Estimativa Populacional calculada conforme:
* Nota metodológica disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101662.pdf
* SINASC - Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (ano 2019)
* SINAM - Sistema de Informação sobre Mortalidade (ano 2019)

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Nota metodológica IBGE, SINASC 2019 e SINAN 2019.

Quadro 3 — Estimativa populacional por Região de São José do Rio Preto.

Região	População
Central	103.196
HB	70.279
Cidade da Criança	54.677
Pinheirinho	52.812
Represa	48.411
CEU	40.192
Bosque	33.003
Vila Toninho	26.357
Talhado	20.817
Schmitt	15.239

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Nota metodológica IBGE, SINASC 2019 e SINAN 2019.

O banco de informações da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) aponta que a RA de São José do Rio Preto possui taxa anual de crescimento para 2010/2020 de 0,7 % e para 2020/2030 0,3%, demonstrando envelhecimento populacional.

Segue quadro com dados referentes à extensão territorial, os quais foram informados pela Secretaria Municipal de Obras, que se baseou no decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018, que institui a Divisão Geográfica da área do município de São José do Rio Preto em 10 Regiões.

Quadro 4 — Extensão territorial das Regiões de São José do Rio Preto.

Região	Área/Km²
HB	85.706,06
Talhado	66.333,43
Represa	58.878,42
Schmitt	53.424,05
Pinheirinho	42.074,58
Bosque	39.667,31
CEU	26.704,99
Cidade da Criança	22.001,78
Central	21.368,05
Vila Toninho	21.283,86

Fonte: Secretaria Municipal de Obras/PMSJRP.

O município possui um total de 94.730 crianças e adolescentes (0 a 17 anos), o que representa 20,37% da população total e 86.348 idosos, que retrata 18,57% da população.

Fazendo a correlação dos ciclos de vida de 0 a 17 anos de idade do município com a mesma faixa etária dos territórios de CRAS, apresentamos em ordem decrescente a distribuição das crianças e adolescentes no município.

Quadro 5 — Distribuição das crianças e adolescentes (0 a 17 anos) do município nos territórios de CRAS.

CRAS	n	%
Centro	14.264	15
Novo Mundo	12.452	13
São Deocleciano	10.450	11
Jardim Belo Horizonte	8.301	9
Santo Antônio	8.043	8
João Paulo II	7.824	8
Antunes	7.090	7
Solo Sagrado	5.708	6
Vila Toninho	5.687	6
Eldorado	3.874	4
Lealdade e Amizade	3.709	4
Schmitt	3.687	4
Parque da Cidadania	3.641	4
Total	94.730	100

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS.

Com relação aos idosos, a distribuição de idosos nos territórios dos CRAS, fazendo a correlação do ciclo de vida do município/território de CRAS, ocorre da seguinte forma.

Quadro 6 — Distribuição dos idosos do município nos territórios de CRAS.

CRAS	n	%
Centro	30.801	35,7
Novo Mundo	13.418	15,5
São Deocleciano	6.561	7,6
João Paulo II	5.238	6,1
Jardim Belo Horizonte	4.589	5,3
Vila Toninho	4.527	5,2
Antunes	4.119	4,8
Eldorado	3.749	4,3
Solo Sagrado	3.494	4
Lealdade e Amizade	3.009	3,5
Schmitt	3.003	3,5
Santo Antônio	2.993	3,5
Parque da Cidadania	847	1
Total	86.348	**100**

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS.

EVOLUÇÃO DA REDE

As seguranças afiançadas pelo SUAS são de garantias do direito social realizada pela proteção social. A rede de execução dos Serviços encontra-se no apêndice e demonstramos um painel de atendidos, considerando a média anual de atendimentos de 2021, conforme quadros 7, 8 e 9. Os dados apresentados são coletados pelos equipamentos da rede socioassistencial e compilados pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial por meio do monitoramento mensal. Tal procedimento visa acompanhar o número de indivíduos/famílias atendidos pelas Proteções Sociais Básica e Especial de Média e Alta Complexidade nos serviços prestados.

Quadro 7 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Básica, 2021.

Proteção Social Básica		
Serviço	**Equipamento**	**Média anual**
PAIF	CRAS	5.573
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio	CRAS	48
SCFV - 0 a 5 anos e 11 meses	CRAS	19
SCFV - 6 a 14 anos e 11 meses	CRAS, CCJ, OSCs Parceiras	868
SCFV - 15 a 17 anos e 11 meses	CCJ, CRAS, OSCs Parceiras	89
SCFV - 18 a 29 anos e 11 meses	CCJ, CCF, OSCs Parceiras	82
SCFV - 30 a 59 anos e 11 meses	CCJ, CCF	81
SCFV - 60 anos ou mais	CCI, CCF e CRAS	726
Total		**7.486**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Básica e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Quadro 8 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Especial de Média Complexidade, 2021.

Proteção Social Especial Média Complexidade		
Serviço	**Equipamento**	**Média Anual**
PAEFI	CREAS	411
Serviço de Medida Socioeducativa - Liberdade Assistida	CREAS	68
Serviço de Medida Socioeducativa - Prestação de Serviços à Comunidade	CREAS	28
Serviço de Medida Socioeducativa - LA e PSC (medida acumulada)	CREAS	13
Serviço Especializado em Abordagem Social	Centro Pop e OSC Só por Hoje	197
Serviço Especializado para pessoas em situação de rua	Centro Pop	552
Serviço Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias	APAE, Renascer, Instituto Cegos	283
Serviço Proteção Social Especial para pessoas idosas e suas famílias	Lar Esperança e Lar São Vicente de Paulo	43
Total		**1593**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Especial e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Quadro 9 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Proteção Social Especial Alta Complexidade			
Serviço	**Equipamento**	**Unidade/Ofertas**	**Média anual**
Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes	Associação Mamãe Idalina - AMAI	Casa-lar	27
		Reintegração Familiar	49
Acolhimento Institucional para adolescentes em abrigo familiar	Comunidade Terapêutica Só Por Hoje	Abrigo	5
		Reintegração Familiar	3
Acolhimento Institucional compartilhado entre as Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde para Atendimento a crianças e adolescentes	Comunidade Terapêutica Só Por Hoje	Casa-lar	3
		Reintegração Familiar	1
Acolhimento Institucional para Idosos em Instituição de Longa Permanência – ILPI	Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, Associação Evangélica Lar de Betânia, Lar São Vicente de Paulo e Instituto Lar Esperança	-	153
Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para Pessoas Adultas e famílias em situação de rua - casa de passagem	Albergue Noturno Protetor dos Pobres	Pessoas diferentes atendidas	513
		Pernoite e jantar (média diária)	30
		Casa de Passagem (mensalmente)	19
		Jantar (média diária)	94
Acolhimento Institucional Provisório	Associação Amigos das Crianças com Câncer e Cardiopatias - AMICC	-	30
Acolhimento em Família Acolhedora	CRAMI	Famílias atendidas	12
		Crianças em família acolhedora	3
Programa Guarda Subsidiada	CRAMI	Famílias guardiãs atendidas	20
		Crianças em Famílias Guardiãs	38

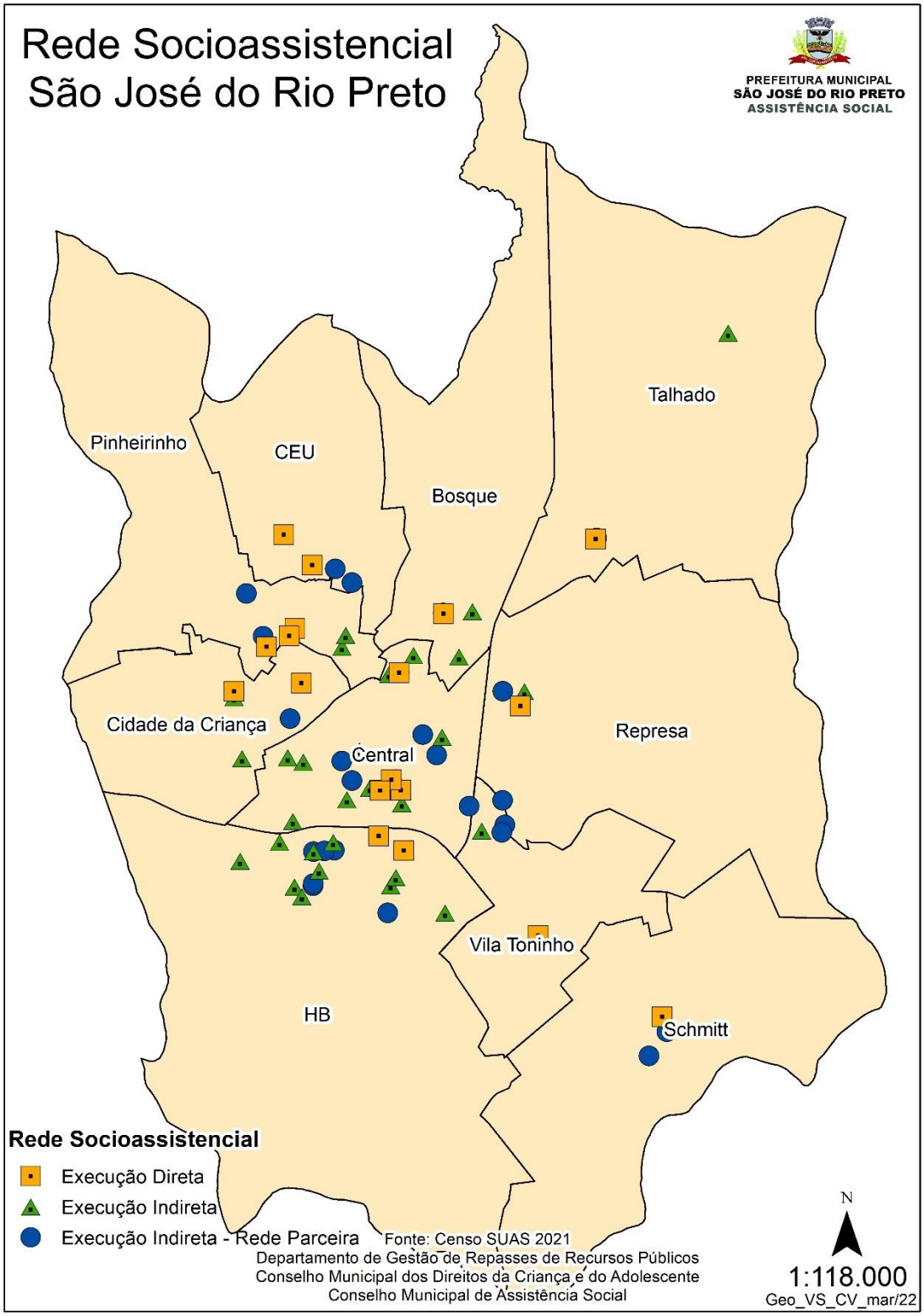
Serviço de Acolhimento Institucional	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa do Cireneu)	-	76
Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência em Residência Inclusiva	AELUZ	-	7
Serviço de Proteção em situação de calamidades públicas e de emergências	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa do Cireneu)	-	74
TOTAL GERAL			1080

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Especial e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Considerando os beneficiários de BPC, segundo o Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda, o município contava com 6.234 BPC Idoso e 3.406 BPC Deficiente em janeiro de 2022. Os CRAS com maior número de BPC idoso são: CRAS Centro (1.471), CRAS Novo Mundo (795), CRAS João Paulo II (698), CRAS Santo Antônio (515) e CRAS Eldorado (514). Já a maior incidência de BPC Deficiente está, respectivamente, no CRAS Centro (594), CRAS Solo Sagrado (384), CRAS João Paulo II (355), CRAS Santo Antônio (353) e CRAS Novo Mundo (316).

O mapa apresenta a rede socioassistencial do município, composta por 13 CRAS, 2 CREAS, 1 Centro Pop, 3 Centros de Convivência e demais Serviços executados pela rede parceira.

Mapa 3 — Rede Socioassistencial de São José do Rio Preto.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Censo SUAS 2021, Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social.

POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE

A crise agravada pelo contexto de pandemia demostra um cenário de 40.144 pessoas em extrema pobreza em São José do Rio Preto, considerando a base do CECAD de janeiro de 2022. As cinco regiões com maior concentração são, respectivamente, CEU, Bosque, Pinheirinho, Talhado e Vila Toninho.

Considerando o Cadastro Único, com base CECAD de janeiro de 2022, o município possui 36.758 famílias cadastradas e 16.498 famílias em extrema pobreza (renda per capita até R$105,00).

O Diagnóstico Socioterritorial 2017 apontou o surgimento de ocupação de áreas públicas e particulares por meio de barracos, e identificou como causa a crise econômica dos anos de 2015 e 2016, que agravou a situação socioeconômica de inúmeras famílias surgindo as referidas áreas de ocupações que se encontram atualmente no território do CRAS Jardim Belo Horizonte.

Durante o ano de 2021, os 13 CRAS do município atenderam 24.968 famílias no serviço PAIF, enquanto, no PAEFI, os CREAS atenderam 882 famílias/indivíduos e o Centro POP atendeu 3.091 pessoas no serviço especializado para pessoa em situação de rua e/ou e abordagem social, e considerando as pessoas que foram categorizadas como pessoas em situação de rua, foram atendidas 2.268.

Em se tratando da escolaridade, a rede municipal de educação atendeu 21.695 alunos do Ensino fundamental no ano de 2020, e 756 jovens e adultos pelo EJA, dados da Conjuntura Econômica São José do Rio Preto. A consulta ao banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando a rede pública de ensino, mostra que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2019, do 5° ano do Ensino Fundamental, foi de 6,7 para uma meta projetada de 6.8; já para o 9º ano, o IDEB foi de 5.3 para uma meta de 6.0, e 3º ano do Ensino Médio, meta atingida de 4.6 (a meta era de 4.3).

De acordo com o Novo Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED), de janeiro a dezembro de 2021, o município somou 71.651 admissões e 63.909 desligamentos. Ressaltamos que se trata de recorte de emprego formal. A discussão com as equipes das 10 Regiões, para a construção deste diagnóstico Socioterritorial, constatou o aumento nos atendimentos de famílias em contexto de desemprego e das que exerciam trabalho informal. Considerando a base de dados do

CECAD de agosto de 2021, temos 28.203 que declararam desemprego e 6.781 que declararam trabalho informal. Neste sentido, as equipes de atendimento dos CRAS e CREAS apontam, sobretudo, o aumento de solicitação de cestas básicas e inclusão em programas de transferência de renda.

A análise das Informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), com dados de vigilância de violência interpessoal e autoprovocada em São José do Rio Preto de 2021, demonstra total de 2.922 notificações. As especificações por tipo de violência são: física 964; autoprovocada 758; psicológica/moral 803; negligência/abandono 162; sexual 174; financeira/econômica 17; trabalho infantil 40; intervenção legal 05 e tortura 04.

Na coleta de informações do Sistema de Registro Mensal de Atendimentos (RMA) identifica-se 483 famílias ou indivíduos vítimas de violência ou violações de direitos que ingressaram no PAEFI em 2021, sendo 266 famílias/indivíduos no CREAS 1 e 217 no CREAS II.

Com relação à Pessoa em Situação de Rua (PSR) no município, no ano de 2021 foram atendidas 2.366 pessoas pelos seguintes serviços: Serviço especializado para Pessoa em Situação de Rua, Serviço de Abordagem Social e pela OSC Albergue Noturno, que executa a Casa de Passagem e Acolhimento Institucional.

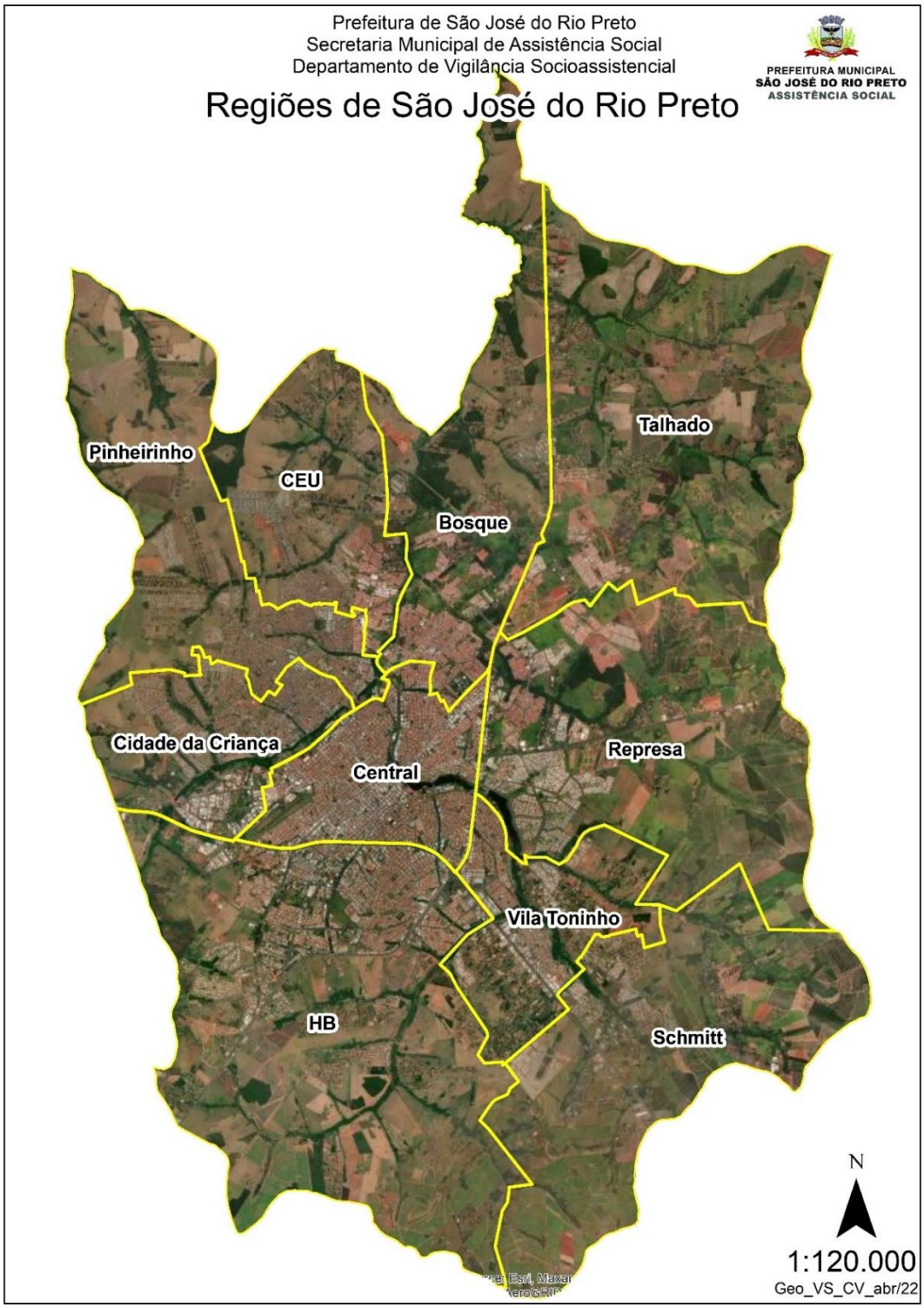
No trimestre de abril a junho de 2022, foram atendidas uma média mensal de 855 pessoas no Centro POP e 480 no Albergue Noturno Protetor dos Pobres. Das pessoas atendidas e que foram categorizadas, tivemos uma média de 797 pessoas, sendo 448 (56,3%) Moradores de Rua, 297 (37,2%) Flutuantes, 52 (6,5%) Munícipes Não Moradores de Rua.

Quase a totalidade das PSR (Flutuante e Morador de Rua) encontram-se nas faixas etárias acima de 18 anos, sendo que a faixa etária de 30 a 59 anos corresponde a 75,7% em média das pessoas atendidas. Quanto ao sexo biológico, em média 89% são pessoas do sexo masculino e 11% são do sexo feminino. No caso dos Munícipes não Moradores de Rua, 67,7% estão na faixa etária de 30 a 59 anos. Quanto ao sexo biológico, 80% são do sexo masculino e 20% do sexo feminino.

TERRITÓRIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

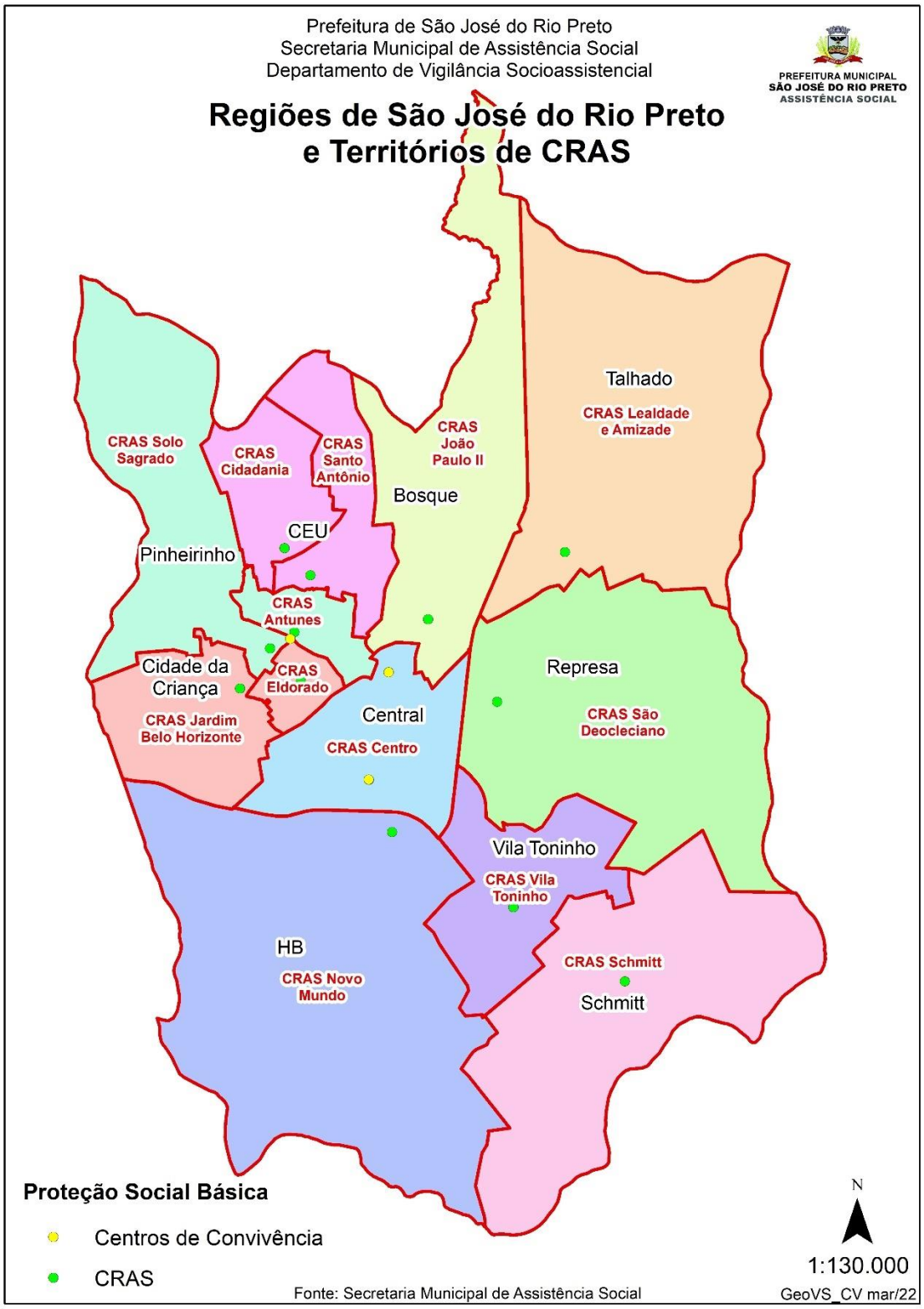
Apresentam-se os seguintes mapas: Regiões de São José do Rio Preto, abrangência dos CRAS, divisão territorial dos CREAS e Rede Socioassistencial, bem como imagens das fachadas dos CREAS e Centro POP.

Mapa 4 — Regiões de São José do Rio Preto.



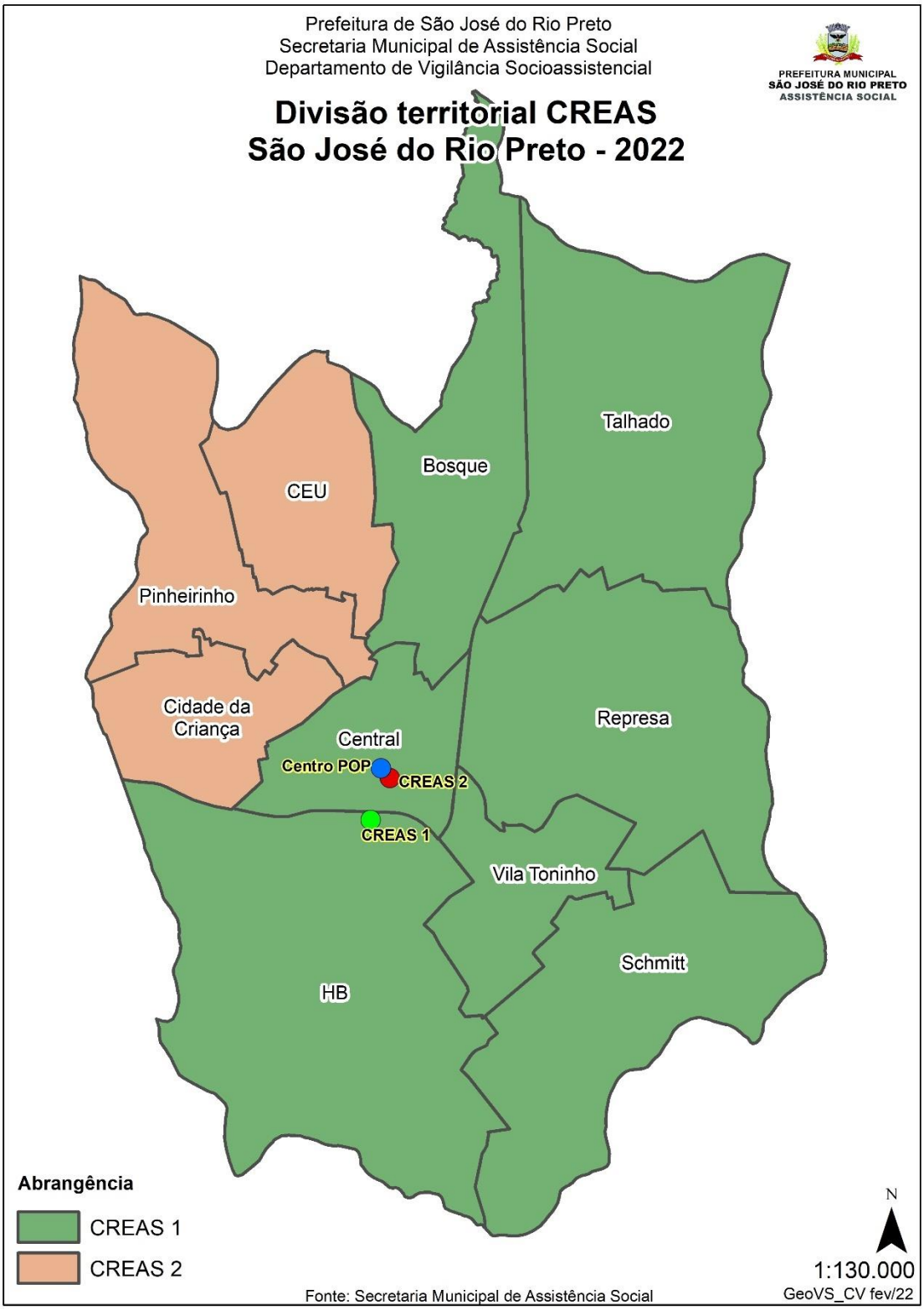
Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/Secretaria de Assistência Social.

Mapa 5 — Territórios dos CRAS.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial /Secretaria de Assistência Social.

Mapa 6 — Territórios dos CREAS.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/Secretaria de Assistência Social.

Figura 1 — Fachada CREAS I.

Fonte: Arquivo SEMAS.

Figura 2 — Fachada CREAS II.

Fonte: Arquivo SEMAS.

Figura 3 — Fachada Centro POP.

Fonte: Arquivo SEMAS.

MAPA FALADO COM CONSELHOS DE DIREITOS

No dia 13 de junho de 2022 realizou-se, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, a atividade do Mapa Falado, contando com a participação de 27 pessoas, representantes do Departamento de Vigilância Socioassistencial, CMAS, CMDI, CMDCA e COMAD.

Iniciou-se com a proposta metodológica a ser utilizada e explanando como se daria a participação dos presentes. Fora esclarecido o objetivo do Mapa Falado, com a finalidade de somar informações ao Diagnóstico Socioterritorial (2022), norteando as ações a serem contempladas no PMAS (2022/2025). Foi enfatizada a importância do processo de construção coletiva com a metodologia do diálogo e reflexão como proposta de finalização do documento para, posteriormente, realizar a devolutiva e socialização das informações através da publicação deste Diagnóstico.

Sendo assim, realizou-se o processo de discussão em torno dos mapas expostos e a identificação com marcadores de acordo com cada cor, representando as respectivas legendas, com as temáticas: vermelho (para elencar situações de risco), prata (ausências nos territórios), verde (espaços de convivência e lazer), azul (experiências coletivas do território) e laranja (marcas e características de identidade do território).

- **VERMELHO –** Locais e situações de riscos:

    1. Transporte público em loteamentos e chácaras;
    2. Infraestrutura e acessibilidade;
    3. Acessibilidade no comércio;
    4. Tráfico de drogas;
    5. Uso abusivo de Substância Psicoativa (SPA);
    6. Exploração Sexual.

De acordo com a análise do grupo, as vulnerabilidades perpassam as políticas públicas e enfrentá-las é uma tarefa que exige integração e ações intersetoriais.

Foi levantada a questão da falta de mobilidade nas estâncias e chácaras distantes dos territórios e os riscos a ela relacionados. O transporte público ineficiente acarreta, segundo o grupo, na falta de segurança, já que as pessoas ficam muito tempo nos pontos de ônibus, que muitas vezes não são iluminados nem sinalizados, além de não possuírem acessibilidade para deficientes físicos.

Além disso, foi citada como consequência desse fator, a evasão escolar, pois as crianças/adolescentes residentes nesses locais enfrentam uma série de dificuldades para acessar a escola. Referente à mobilidade, existe a falta de infraestrutura e acessibilidade, não somente nas estâncias, mas em todo o município, o que gera uma série de transtornos e dificuldades para pessoas idosas e deficientes, sendo um fator dificultador para suas vidas cotidianas e o acesso à educação, cultura, esporte e lazer.

Outro fator discutido foi o tráfico de drogas, apontado pelo grupo como mais visível nas Regiões Bosque, CEU, Pinheirinho, Vila Toninho, Schmitt (Vila Ramos) e Central. Sobre o uso abusivo de substâncias psicoativas, explanou-se que está em

todas as Regiões, com foco para a região do centro da cidade, que abriga o que os representantes presentes no Mapa Falado nomearam de “cracolândia”. Foi mencionado o fato de que, dentro dos condomínios, existe o uso e, até mesmo, tráfico velado e que não entram nas estatísticas. Relatou-se o fato de os traficantes aliciarem adolescentes para o tráfico. Atreladas ao uso e tráfico de SPA, o grupo mencionou a prostituição e exploração sexual como escancaradas nas Regiões Central, Pinheirinho e CEU, com foco para as Regiões Pinheirinho e CEU onde ocorre, também, a exploração sexual de crianças e adolescentes.

- **PRATA –** Ausências nos territórios:
    1. Saneamento básico em loteamentos e chácaras;
    2. Centro Dia;
    3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) para Crianças e adolescentes no contraturno escolar;
    4. Mobilidade urbana;
    5. Inserção de jovens no mercado de trabalho e/ou capacitação para inclusão;
    6. Segurança Pública;
    7. Remoção (saúde);
    8. Outra unidade do “Bom Prato”;
    9. Política de Habitação;
    10. Critérios para concessão de benefícios;
    11. Implementação de mais Centros de Convivência Familiar (CCF);
    12. Articulação entre Políticas Públicas para a promoção de cultura;

A legenda das ausências foi, sem dúvida, a mais utilizada. Dentre as ausências enumeradas acima, destacou-se, durante a discussão, a falta de comunicação em locais distantes (loteamentos e chácaras irregulares) como fator impeditivo de acesso à segurança e saúde “não é possível chamar a polícia nem uma ambulância, se necessário, porque os celulares não têm sinal” (sic). Foi mencionada também a ausência de orelhões, vistos como ultrapassados na “geração dos celulares”, mas muito necessários nesses locais.

Uma ausência que implicou em problematizações, por parte do grupo, foi a inexistência de unidades de Centro Dia para os idosos nas Regiões Cidade da Criança, Pinheirinho e Schmitt, com ênfase para a necessidade de ser disponibilizado transporte para os usuários do serviço. Ainda, nessa direção, foi mencionado o fato de os serviços estarem, em sua maioria, concentrados na Região Central, não sendo ofertados ou, quando ofertados, ineficientes, nas demais Regiões do município.

O grupo expôs a ausência de políticas públicas para inserção de jovens no mercado de trabalho, enfatizando o fato de haver discriminação quanto aos jovens que não se enquadram no “padrão estabelecido”. Observam-se preconceitos relacionados a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidades sociais, além da estigmatização dos jovens que moram nas regiões mais periféricas da cidade, principalmente em estâncias e chácaras.

Com relação à falta de segurança pública, o grupo mencionou que os condomínios não enfrentam as consequências dessa ausência. Contudo, essa não é a realidade da maioria da população, pois são muitas as situações (violência, tráfico, insegurança etc.) vivenciadas em decorrência das fragilidades da segurança pública.

Outro fator destacado refere-se à dificuldade enfrentada pelos usuários ao tentar utilizar os serviços de remoção da saúde (locomoção de pacientes para consultas/tratamentos). O serviço foi apontado como “muito burocrático e ineficiente”, já que, quando disponibilizado, não chega no horário, o que, muitas vezes, faz com que o paciente perca a consulta. Enfatizou-se, nesse caso, as Regiões Vila Toninho, CEU, Pinheirinho e Schmitt, com a observação de que isso também ocorre nas demais.

A dificuldade de acolhimento para dependentes químicos que desejam se tratar foi mencionada por um dos participantes, que citou o fato de os trâmites serem muito burocráticos. Aproveitou-se o momento para divulgar os fluxos para acolhimento, que devem passar inicialmente pelo CAPS, e a importância desses fluxos.

Quanto à fome e insegurança alimentar, foi mencionada a ausência de outras unidades do Bom Prato na região norte, com foco no Pinheirinho, CEU e Bosque, sendo enfatizada sua necessidade por todo o grupo. Ainda neste âmbito, mencionaram-se as ausências provocadas pelos critérios de concessão de benefícios às famílias, que, segundo uma participante, desconsideram os novos arranjos familiares formados em decorrência da crise econômica que o país enfrenta, com a

formação, inclusive, de cortiços. Ao citar a situação dos cortiços e rearranjos familiares, foi levantada a falta de políticas habitacionais, principalmente na Região Pinheirinho.

Referente aos serviços e locais de convivência sugeriu-se a implementação de mais Centros de Convivência da Família. Quanto à situação do atual CCF, foi mencionando que a piscina aquecida gera a maior parte da demanda reprimida do local, já que a demanda é maior do que a oferta.

Por fim, mas não menos importante, foi trazida à discussão a falta de articulação entre as políticas públicas. Concluiu-se, a esse respeito, que há muitos espaços que podem servir para realização de eventos e atividades referentes aos serviços, mas esses espaços estão subaproveitados, uma vez que falta estrutura mínima como bancos e tomadas em praças. Segundo o grupo, se as políticas articulassem entre si, os espaços seriam melhor aproveitados. A ênfase, neste tópico, foi a realização de grupos e atividades culturais, que poderiam chegar às demais Regiões, mas, pelas questões já mencionadas, ficam concentradas na Região Central.

- **VERDE –** espaços de convivência e lazer:

1. Centro de Convivência Familiar (CCF).

- **AZUL –** experiências coletivas do território (solidariedade, mobilização).
    1. Associações;
    2. Grupos Narcóticos anônimos (NA)/Alcoólicos Anônimos (AA);
    3. Intervenções culturais descentralizadas.

Neste tópico foram destacadas as associações de moradores de bairros que, segundo relatos, se fortaleceram durante a pandemia (com ênfase às Regiões Pinheirinho, Cidade da Criança, Central, Schmitt e HB). De modo que os grupos formados por “vizinhança solidária” existentes, dentre outras, na região Central, promovem a solidariedade e segurança entre os moradores.

Outros pontos citados como positivos foram os grupos de ajuda (NA e AA) presentes nas Regiões Vila Toninho e Central e as intervenções culturais descentralizadas que ocorrem nas Regiões Talhado, Represa e Schmitt.

- **LARANJA –** marcas e características de identidade do território

    1. Polo turístico (Schmitt);
    2. Complexo (Cidade da Criança);
    3. Shopping (HB);
    4. Saúde (HB);
    5. Represa/Swift (Represa);
    6. Rodoviária (Central);
    7. Basílica (Central);
    8. Calçadão (Central);
    9. Biblioteca (Central);
    10. Zoológico (Bosque);
    11. Cristo (Central);
    12. UNESP (Bosque);
    13. FAMERP (HB);
    14. Pinheirinho (Pinheirinho);
    15. Campo de futebol São Francisco (HB);
    16. Centro Esportivo Eldorado (Cidade da Criança);
    17. Praça de Esporte e Cultura (Schmitt);

Destaca-se, nesse tópico, que de forma geral os participantes apresentaram a oferta de serviços públicos, bem como os espaços de convivência, esporte e cultura como importantes marcas e características de identidade dos territórios do município. Ressaltou-se a importância desses espaços e serviços como referências para a população e usuários dos serviços ofertados.

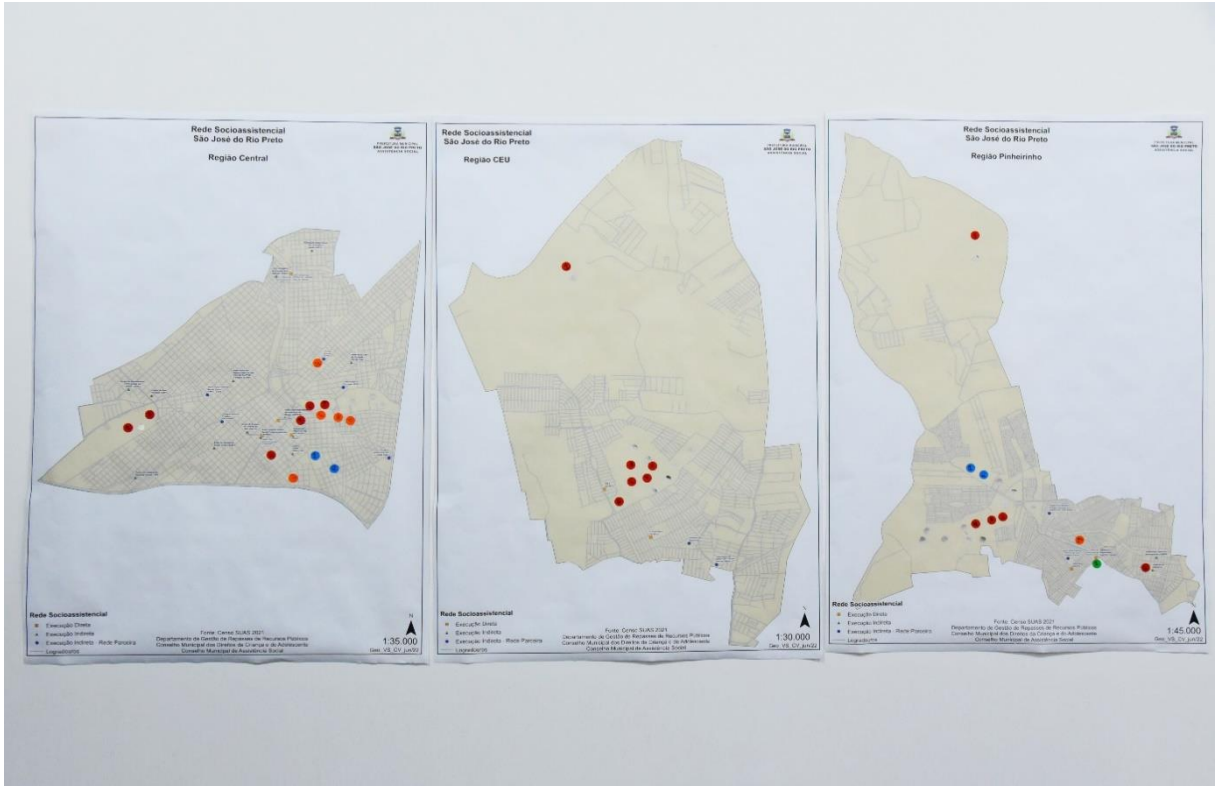
Apontamentos finais

Na finalização das discussões foi dada a oportunidade ao grupo de analisar a atividade e expor seus pontos de vista. Foi mencionado, como ponto positivo, que o Diagnóstico tem sido um processo “bacana”, participativo e democrático. Como ponto negativo citou-se o fato de Rio Preto, apesar de ser uma metrópole, possuir muitos

pontos a serem melhorados em diversas políticas públicas, como as políticas para pessoas idosas, já que a cidade está “envelhecendo” e, segundo o grupo, as políticas não têm acompanhado esse indicador social. Também foi explicitado o fato de as políticas públicas não chegarem até os espaços que poderiam ser utilizados para oferta de seus serviços. Observou-se que muitos espaços possuem potencial para o desenvolvimento de ações e atividades, mas são subutilizados ou não são devidamente utilizados por falta de divulgação e da integração entre as políticas.

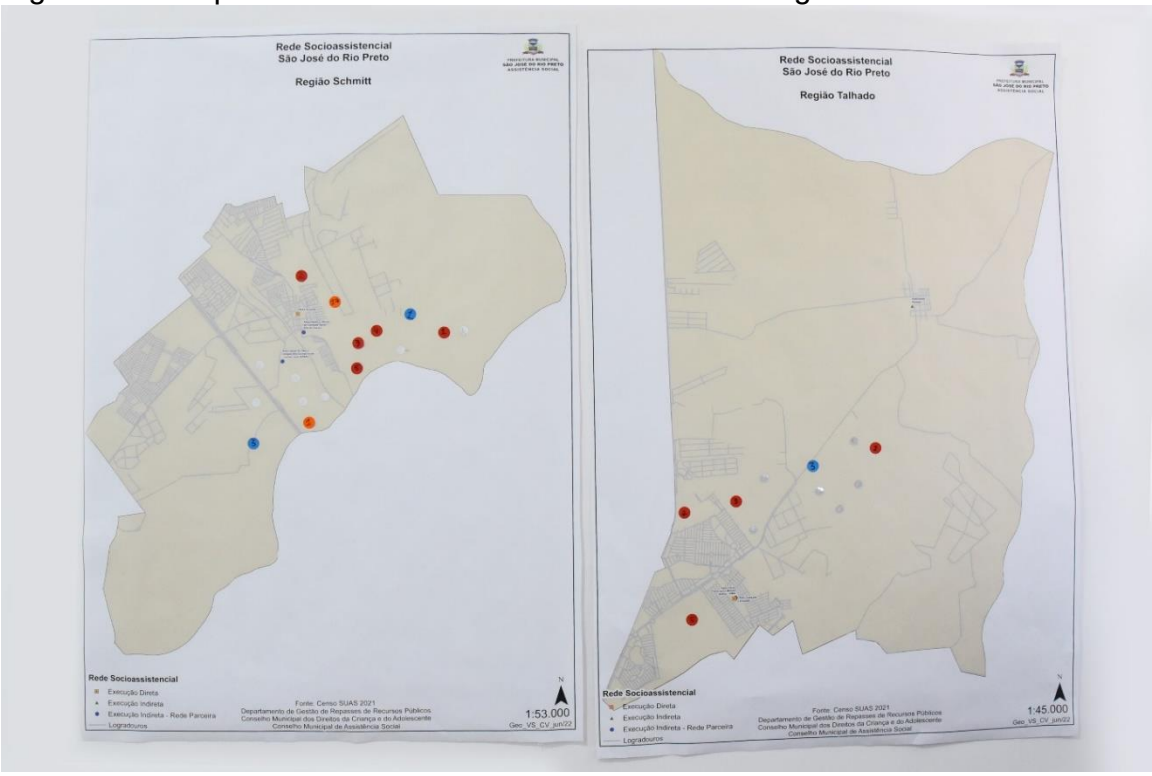
Por fim, o grupo refletiu sobre a importância da função vigilância, ressaltando que essa não é só de competência da Política de Assistência Social, mas de todas as políticas públicas sociais e seus equipamentos. Nessa direção, avaliou-se a relevância da atividade do Mapa Falado, como exemplo da sistematização das demandas, já que muitas não chegam aos Conselhos de Direitos por não terem sido sistematizadas e reduzidas a termo, impedindo que as instâncias competentes atuem, de forma direta e objetiva, para saná-las.

Figura 4 — Mapa falado realizado com conselhos de direitos. Regiões Central, CEU e Pinheirinho.



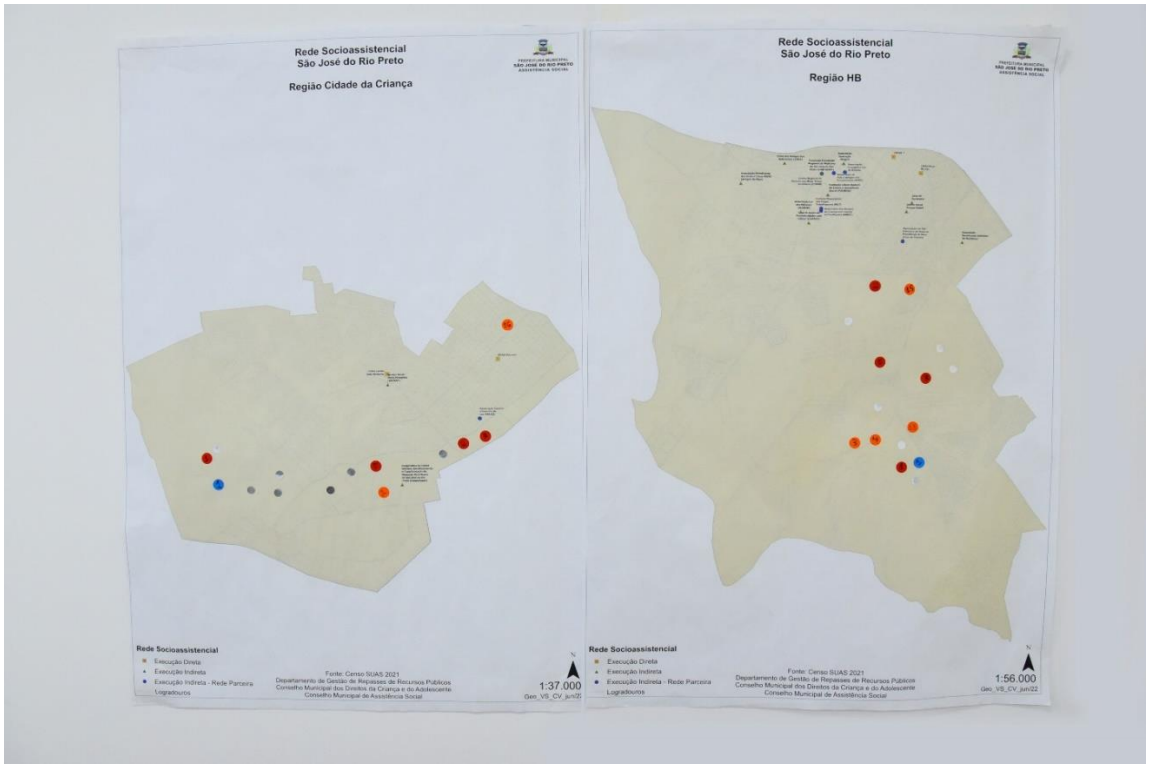
Fonte: SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 5 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Schmitt e Talhado.



Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 6 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Cidade da Criança e HB.



Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 7 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Vila Toninho, Bosque e Represa.

Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

RELATOS DE CASOS ALTA COMPLEXIDADE

Referente à alta complexidade, o Departamento de Proteção Social Especial, em conjunto com o Departamento de Vigilância Socioassistencial, traz o relato de casos de jovens que estão no Serviço de Acolhimento Institucional para adolescentes em abrigo da OSC Comunidade Terapêutica Só Por Hoje, com um quadro descritivo de seus contextos de vida, enumerados de A até D, e uma análise fazendo a correlação com o importante papel das políticas públicas.

Quadro 10 — Breve histórico dos adolescentes do Serviço de Acolhimento em Abrigo Institucional para adolescentes – OSC Só Por Hoje – Casa 1.

Nomes fictícios	Descrição
"A" **17 anos** Acolhido neste Serviço desde: 23/11/20	- Acolhimento por negligência e abandono; - Acolhimento em outro serviço desde criança; - Baixa tolerância à frustração; - Envolvimento com o uso e tráfico de drogas; - Internação no CIAPS - 15 dias devido a uso de substâncias; - Dificuldade com figuras de autoridade; - Dificuldade com normas e regras escolares; - Comportamento de agressividade devido às adversidades; -Acompanhamento no CAPS AD III - Schmitt, realizou acompanhamento ambulatorial em torno de 06 meses, prescrita medicação controlada, mas nega fazer uso; - Mudança de período escolar para o noturno na tentativa de busca de emprego, atingirá sua maioridade em outubro/2022; - O serviço de acolhimento, através da Vara da Infância e Juventude conheceu uma empresa no ramo de peças automotivas para caminhão, na qual o proprietário teve a sensibilização com a história dos adolescentes acolhidos, e outros dois adolescentes que passaram por acolhimento tiveram uma oportunidade nesta empresa; - No início de fevereiro /2022 – foi realizado um teste na empresa descrita, na área de separação de itens para venda, o adolescente apresentou interesse de aprendizagem, foi realizada junto à equipe e empresa a importância de continuar estudando, para a possibilidade de crescimento dentro da empresa; - **"A"** começou a frequentar a escola com assiduidade, iniciou um relacionamento com uma adolescente da sala que o estimula com as questões escolares e de trabalho; - Não vem apresentando, até o momento, nenhuma situação de risco e uso de substâncias; - Com o primeiro salário, comprou uma bicicleta e um celular e relatou ser a *"primeira vez que teve dinheiro do seu suor"*; (sic) - Apresenta interesse de buscar uma vida autônoma, e constituir sua própria família.
"B" **18 Anos**	- Órfão de mãe; - Negligenciado pelo genitor; - Situação de rua e uso de substâncias; - Evasão escolar; - Dificuldade de aprendizagem; - Tratamento ambulatorial CAPS I CENTRO; - Permaneceu no acolhimento cerca de 14 meses, no período retomou a rede de ensino; - Realizou curso de Jovem Aprendiz na ARPROM, foi contratado como estagiário por uma rede de supermercados, apresentou bom desempenho, foi demitido devido à extensão do período de pandemia; - O serviço de acolhimento entrou em contato com uma empresa e relatou que o adolescente precisaria de um trabalho, pois teria que trabalhar sua autonomia para o a saída do acolhimento; - O serviço o ajudou na locação de um local próximo ao trabalho, para a economia do transporte; - O adolescente precisou de todo um aparato do acolhimento e da empresa, para a construção de sua autonomia, como auxílio da gestão financeira, compras de itens domésticos etc. - O jovem está há dois anos empregado e residindo sozinho.

"C" **17 Anos** Acolhido neste Serviço desde: 18/01/22	- Acolhido por motivo de negligência; - Sem contato familiar; - Evadido da escola; - Atualmente concluiu o ensino fundamental no sistema EJA, aguardando liberação para a inclusão no ensino médio do ensino regular; - Iniciou há cerca de 20 dias o estágio em uma empresa e ainda está em período de teste.
"D" **17 ANOS** Acolhido neste Serviço desde: 14/09/21	- Acolhido por motivo de negligência; - Cumprindo medida de Liberdade Assistida por motivo de agressão; - Cursando o 2º ano do ensino médio; - Durante a seleção de estagiários uma empresa ficou sensibilizada pelo fato de o adolescente estar em contexto de acolhimento e decidiu, juntamente com a equipe, dar uma oportunidade de trabalho para o adolescente; - Estagiando na empresa há cerca de 2 meses.

Fonte: OSC Só Por Hoje e Departamento de Proteção Social Especial.

Análise e Discussão

Os adolescentes acolhidos apresentam em comum nas suas trajetórias de vida, situações de vulnerabilidade social, rompimento de vínculos familiares e comunitários e violação de direitos em diversos âmbitos. Alguns destes adolescentes, na busca pela sobrevivência, se envolveram no tráfico de drogas, considerada a pior forma de trabalho infantil e pela sociedade, um caminho sem volta.

Os relatos apresentados apontam retorno à escola, inserção no trabalho, resgate dos vínculos familiares, superação da dependência química e o alcance da autonomia. É instigante pensarmos: quais os elementos que propiciaram a mudança da trajetória de vida dos adolescentes? Inclusive um dos relatos testemunha que mesmo com a maioridade tal mudança permaneceu. Porque permaneceu? Para respondermos estas questões é necessário compreender o serviço de acolhimento.

O acolhimento institucional tem como objetivo a proteção integral do adolescente, devendo ser desenvolvido com o adolescente e sua família trabalho social que oportunize espaço para reflexão, atividades socioeducativas, retorno à escola, capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e cuidado integral à saúde.

O adolescente acolhido tem garantido no acolhimento institucional condição habitacional digna, alimentação, material de higiene, vestuário, rede de internet, vaga em escola próxima à residência ou do trabalho, cursos de capacitação e vale transporte para o desenvolvimento de atividades. O acolhimento institucional, ainda,

por intervenção do juiz da infância e juventude, conta com parceiros que priorizam os adolescentes na oferta de vagas de estágio e emprego. Temos ainda equipe técnica, formada por psicóloga e assistente social, que em conjunto com os educadores, terá a missão de supervisionar/orientar os acolhidos, além de realizar atendimentos particularizados com os adolescentes e seus familiares. A finalidade é o resgate do vínculo familiar e apoio na construção de estratégias para a superação das dificuldades a serem enfrentadas no cotidiano, sempre sob a égide do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Pela descrição do serviço de acolhimento institucional visualizamos que o adolescente tem acesso aos direitos apregoados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o que nos leva a pensar que mesmo o adolescente que já vivenciava diversas desproteções e situações de risco podem ter uma mudança de trajetória. Infelizmente, a realidade experimentada pelos adolescentes e suas famílias antes do acolhimento institucional era de muitas desproteções (renda, habitação, alimentar, escolar e etc.).

Fleury (2010) em texto sobre os modelos de proteção social elabora o conceito de cidadania invertida “[...] na qual o indivíduo tem que provar que fracassou no mercado para ser objeto da proteção social”.

O acolhimento institucional é uma medida judicial aplicada em casos graves, quando se reconhece a impossibilidade de proteção por parte da família e o esgotamento das ações do estado em atuar junto à família para a proteção de seus membros, portanto, falamos de fracasso. Todavia, é este fracasso que permite ao adolescente e sua família ascender à condição de cidadania universal, pois “Os benefícios passam a ser concedidos a partir das necessidades, com fundamentos nos princípios da justiça social [...]” (FLEURY, 2010).

Concluímos que o acesso à cidadania universal viabiliza a segurança de autonomia, é promotora de sonhos, assegura aos adolescentes escolhas, tornando-os protagonistas de sua própria história. Assim, também questionamos as teses meritocráticas que responsabilizam os sujeitos por seus sucessos ou fracassos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Cidadania, [2019]. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. IBGE. **Desemprego.** [Internet]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Portal da Transparência**. [Internet]. Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/consulta?tipoBeneficio=6&ordenarPor=municipio&direcao=asc. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Painel de Informações do Novo CAGED**. [Internet]. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWI5NWI0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749. Acesso em: 7 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta**. Brasília, 2014.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009c. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. IPEA. **Carta de Conjuntura**. [Internet]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702_cc_48_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 14 jul 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social LOAS e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos** do Sistema Único de Assistência Social – **NOB**-**RH**/SUAS, **2006**. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS). Portaria nº 115, de 20 de março de 2017.

BRASIL. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS **NOB** - RH/**SUAS**. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome - MDS. **2005**. BRASIL, Política Nacional da Assistência Social - PNAS - Versão Original.

BRASIL. **Resolução nº 109 de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011. Altera a **Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993,** que dispõe sobre a organização da Assistência Social. *Diário Oficial da União* 2011; 7 set.

FLEURY, S. Políticas sociais. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: https://gestrado.net.br/verbetes/politicas-sociais/. Acesso em 10 jun. 2022.

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL. **Informe 4 A Vigilância Socioassistencial em tempos de calamidade emergência: estratégias para Proteção Social.** [Internet]. Disponível em: https://conferenciadeassistenciasocialhome.files.wordpress.com/2020/06/informe4_vigilanciasocioassistencial-1.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto N° 18.571 de 24 de março de 2020**. Reconhece estado de calamidade pública no Município de São José do Rio Preto decorrente da Pandemia do Covid-19 (COVID-19) e estabelece medidas de enfrentamento. São José do Rio Preto, 2020ª. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-

content/uploads/arquivosPortalGOV/coronavirus/DECRETO_N_18571.pdf. Acesso em: 14 jul 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Covid-19 (COVID-19).** São José do Rio Preto, 2020. [Internet]. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/coronavirus/#notas. Acesso em: 21 jul. 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 1.071 de 5 de janeiro de 1965**. Institui a Fundação Riopretense de Assistência Social. São José do Rio Preto, SP, 1965.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 2.104 de 2 de maio de 1977**. Dispõe sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal de São José do Rio Preto. São José do Rio Preto, SP, 1977.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Leo nº 3.045 de 7 de junho de 1982. Constitui a assessoria do bem-estar social. São José do Rio Preto, SP, 1982.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto Municipal nº 2.883 de 14 de junho de 1982**. Define a constituição da Assessoria de Bem-Estar Social. São José do Rio Preto, SP, 1977.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 3.162 de 14 de setembro de 1982**. Estrutura administrativa constituída pelos órgãos da administração direta, constante no ítem I do art. 10 da Lei nº 2.104/77. São José do Rio Preto, SP, 1982.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 4.956 de 15 de maio de 1992**. Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências. São José do Rio Preto, SP, 1992.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto nº 18.073 de 29 de junho de 2018**. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências. Diário Oficial do Município, São José do Rio Preto, SP, 01 de julho de 2018. Ano XV - nº 4396. Disponível em: <file:///C:/Users/cvissechi/Downloads/pgm-decreto_18073.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto nº 18.571 de 24 de março de 2020**. Reconhece estado de calamidade pública no Município de São José do Rio Preto decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19) e estabelece medidas de enfrentamento. Diário Oficial do Município, São José do Rio Preto, SP, 25 de março

de 2020. Ano XVII - nº 4922. Disponível em: < file:///C:/Users/cvissechi/Downloads/pgm-Decreto_18571.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.

APÊNDICE 1 – REDE SOCIOASSISTENCIAL NO MUNICÍPIO

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
1	Bosque	Associação Anjo da Guarda	Rua Antônio Munia, 1086 - Jd. Nazareth (17) 3363-4589	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	130			CMDCA; Censo SUAS 2021
2	Bosque	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo João Paulo II	Rua Rosa Generosa Pinheiro, 441- João Paulo II (17) 3224-5384	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	120	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "In Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu-jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
3	Bosque	CRAS¹ João Paulo II	Rua Rosa Generosa Pinheiro, 401 João Paulo II - (17) 3223-8550 (17) 99779-0611 (17) 3221-5183	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Deficiência e Idosas	de vulnerabilidade social				
4	Bosque	Lar Maria José de Jesus	Rua Valdomiro Cornachione, 209 Bosque da Felicidade (17) 3224-8050	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Jovens a partir de 18 anos a idosos	30			Censo SUAS 2021
5	Central	Casa Evangélica de Recuperação Adonai (CERAI)	Rua Alexandre Tambury, 243 - Jd. Conceição (17) 3223-6468	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional em República	Homens adultos de 18 a 59 anos	12			Censo SUAS 2021
6	Central	Albergue Noturno Protetor dos Pobres	Rua Independência, 2611 - Centro (17) 3232-8260	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional e Casa de Passagem	Pessoas adultas ou famílias em situação de rua, desabrigo por abandono, migração, ausência de residência e pessoas em trânsito	Pernoite e Jantar (média diária): 40; Casa de Passagem (mensal): 10; Jantar (média diária):100	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
7	Central	Associação Filantrópica Mamãe Idalina (AMAI)	Sede: Rua Rubião Jr, 2056 - Boa Vista (sede da equipe) (17) 3222-5121	Especial de Alta Complexidade	Serviço de acolhimento Institucional 4 Casas-lares e crianças e adolescentes em reintegração familiar obs. O serviço atende todas as regiões do município.	Crianças e adolescentes	10 vagas para cada casa lar	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
8	Central	Associação Rio-pretense de promoção do Menor (ARPROM)	Rua Prudente de Moraes, 3308 - Centro (17) 3214-6830	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes de 14 a 17 anos	700		X	CMDCA; CMAS
9	Central	Associação Casa de Caridade Pão da Vida	Rua Borba Gato, 149 - Jd. Paulista (17) 3305-3028	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional	Adultos	15			Censo SUAS 2021
10	Central	Associação Madre Teresa de Calcutá	Rua Maximiano Mendes, 157 - Santa Cruz (17) 3235-4645	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	18 a 29 anos, 30 a 59 anos e idosos	30			Censo SUAS 2021
11	Central	Centro Pop³	Rua Antônio de Godoy, 2839 - Centro (17) 3237-3000 (17) 3231-6939 (17) 99709-0301	Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado em Abordagem Social	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência	-			Censo SUAS 20211
					Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência				
12	Central	CRAS Centro	Rua João Teixeira, 260 - Vila Santa Cruz (17) 3212-7670	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 99779-1276 (17) 3215-3300		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
13	Central	CREAS² II	Rua Maximiano Mendes, 154 - Santa Cruz (17) 3227-2520 (17) 3212-8217 (17) 99734-8969	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)				
14	Central	Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)	Rua Dr. Presciliano Pinto, 3300 - Boa Vista (17) 3211-2953	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes e jovens de 14 a 24 anos	-		X	CMDCA; CMAS

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
15	Central	Centro Social Santa Cruz	Rua Silva Jardim, 3925 - Santa Cruz (17) 3232-2678	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	55		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
16	Central	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Vila Novaes	Av. Philadelpho M. Gouveia Neto, 785 - Vila Novaes (17) 32222-1614	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	110	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "in Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu-jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
17	Central	Grupo de Atendimento e Prevenção do Câncer (GAPC)	Av. Dr. Cenobelino de Barros Serra, 3003 Pq. Industrial (17) 3500-2100	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	30			Censo SUAS 2021
18	Central	Lar São Vicente de Paulo de São José do Rio Preto	Rua Fernão Dias Paes Leme, 414 - Vila Maceno (17) 3224-6435	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Idosos e suas Famílias - Centro Dia para Idosos	Idosos	38	X		Censo SUAS 2021 Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa	Idosos	Até 50	X		

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Permanência para Idosos - ILPI)					
19	Central	Legião da Boa Vontade (LBV)	Rua Dom Pedro I, 2776 - Jd. Canaã - (17) 3235-1811	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	150		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
20	Central	Instituto Comboniano São Judas Tadeu	Rua José Bonifácio, 1598 - Jd. Roseiral (17) 3215-9200	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	300	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021
21	Central	Associação dos Ostomizados de São José do Rio Preto e Região (AORP)	Rua Floriano Peixoto - nº 926, bairro: Boa Vista (17) 30225636	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	20			Censo SUAS 2021
22	Central	Rede de Assistência Social Cristã (RASC)	Rua Cila, 2866 - Vila Imperial	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes e jovens de 14 a 24 anos	125		X	CMDCA; CMAS
23	CEU	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Planalto	Rua Amélia Ferreira Del Campo, 125 - Jd. Planalto (17) 3236-8887	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	200	X	X	Censo SUAS 2021; CMDCA Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "In Fight" Início 01/04/2021	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos,			X	Departamento de Gestão de Repasse de

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
				Término 31/01/2023 22 meses		ofertando o jiu jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.				Recursos Públicos
24	CEU	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (sede) (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado Atender 200 crianças e adolescentes e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
25	CEU	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (sede) (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)		X	X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
26	CEU	CRAS Cidadania	Rua Zacarias Selime Alex André, 200 - Pq. da Cidadania (17) 3212-9195 (17) 3219-5220 (17) 99729-0423	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
27	CEU	CRAS Santo Antônio	Rua Josefina Reis Assunção, 385 - Santo Antônio (17) 3217-8024 (17) 3219-7104 (17) 99645-4742	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
28	CEU	Instituto Lar Esperança	Rua Edson Pupin, 651 - Jd. Santo Antônio (17) 3219-9720	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Idosos e suas Famílias - Centro Dia para Idosos	Idosos	20	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)	IDOSOS	Até 20	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
29	Cidade da Criança	Associação Espírita a Caminho da Luz (AELUZ)	Rua Theodoro Sanches, 2300 - São Jorge (17) 3236-6098	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adultos de 30 a 59 anos	30		X	Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			Rua Theodoro Sanches, 2300 - São Jorge (17) 3219-8325	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Residência Inclusiva	Jovens e adultos com deficiência de 18 a 59 anos	Até 16	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos; CMDCA
30	Cidade da Criança	Serviço Social Maria Peregrina (SESMAP)	Rua Francisco Rodrigues de Freitas, 184 Jardim Belo Horizonte (17) 3219-9970	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	130		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
31	Cidade da Criança	Comunidade Só Por Hoje	Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado em Abordagem Social	Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência	70	X	X	CMDCA; CMAS; gestão de parcerias
			Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Casa Lar - Casa Compartilhada[4] obs: O Serviço atende todas as Regiões do Município	Crianças e adolescentes do município, de 10 a 17 anos, de ambos os sexos, com transtornos mentais, em situação de risco pessoal e social, sob medida de proteção	10	X	X	CMDCA; CMAS; Gestão de Parcerias

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional obs: O Serviço atende todas as Regiões do Município	Adolescentes homens, de 12 a 17 anos, em situação de risco pessoal e social, sob medida de proteção	ATÉ 10	X	X	CMDCA; CMAS; Gestão de Parcerias
32	Cidade da Criança	CRAS Eldorado	Rua Brás Repizo Nabas, 262 - Vila Romana (17) 99733-4507 (17) 3219-0186	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
33	Cidade da Criança	CRAS Jardim Belo Horizonte	Rua Rogério Cozzi, 657 - Jd. Anielli (17) 3222-4256 (17) 3219-0078 (17) 99718-2169	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com	Pessoas com deficiência e/ou idosas que vivenciam situação				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Deficiência e Idosas	de vulnerabilidade social				
34	HB	Associação Beneficente dos Vinte e Cinco - ABVIC (Amigos da Hipo)	Rua Joaquim Fernandes Diniz, 100 - Tarraf II (17) 3216-4160 (17) 99644-3678	Básica	Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de Sua Integração à Vida Comunitária	Crianças e adolescente de um ano e cinco meses a 12 anos	100			CMAS
35	HB	Associação Lar dos Menores (ALARME)	Av. Anisio Haddad 6580 - Jardim Aclimação (17) 3226-4100	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	200		X	CMDCA, Censo SUAS 2021
36	HB	Associação dos Amigos da Criança com Câncer ou Cardiopatia (AMICC)	Rua Dr. Lino Braile, 355 - Jd. Francisco Fernandes (17) 2137-0777	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Casa de Passagem	Crianças, adolescentes e famílias	46	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
37	HB	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Rua Dr. Raul Silva, 1863 - Nova Redentora (17) 3227-1200 /2136-1200	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias - Centro Dia	Pessoas com deficiência	160 (sede e Schmitt)	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
38	HB	Centro Social Parque Estoril	Rua Olavo Guimaraes Correa, 815 - Jardim Ouro Verde (17) 3201-1550	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	80		X	CMDCA; Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
39	HB	Clube dos Amigos dos Deficientes (CADE)	Rua Rosa Gregório Gomes, 495 - Jd. Maracanã (17) 3231-7463	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de sua integração à vida comunitária	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	180			Censo SUAS 2021; CMAS
40	HB	Casa de Apoio ao Paciente Adulto com Câncer (CAPACC)	Rua Saad k. Saad Aboujaoude, 161 - Jd. Michel Jacob (17) 3216-1593 / (17)3227-2676	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional	Adultos e idosos	54			Censo SUAS 20211
41	HB	Casa de Eurípedes	Rua Olavo Guimarães Correa, 600 - Jd. Urano (17) 3227-4733	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescente de 07 a 14 anos	60		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
42	HB	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI)	Av. Brigadeiro Faria Lima, 5544 - Vila São Pedro - 3º andar (17) 3227-3484	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Família Acolhedora e Programa Guarda Subsidiada	Crianças e adolescentes com medida de proteção	Até 15 famílias acolhedoras até 25 famílias subsidiadas	X	X	CMDCA; gestão de parcerias
43	HB	CRAS Novo Mundo	Rua Centenário, 1299 - Jd. Novo mundo (17) 3226-3131	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3227-0169 (17) 99779-2480		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
44	HB	CREAS I	Rua José Polachini Sobrinho, 575 - Jd. Sinibaldi (17) 3216-2226 (17) 3216-3155	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)				
45	HB	Fundação Líbero Badaró de Ensino e Assistência Social (FULBEAS)	Av. Francisco das Chagas Oliveira, 1175 Chácara Municipal (17) 3201-4900	Básica	Ações de promoção da integração ao mercado de trabalho	Adolescentes mulheres a partir de 15 anos e 08 meses a 17 anos	90		X	CMDCA; CMAS

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
46	HB	Instituto Riopretense dos Cegos Trabalhadores (IRCT)	Rua Cleo Oliveiro Roma, 200 - Jd. Morumbi (17) 3355-5001	Especial de Média Complexidade	Ações de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária	Pessoas com deficiência visual	48	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
47	HB	Associação Evangélica Lar de Betânia	Rua Roberto Simonsen, 430 - vila São José (17) 3227-2200	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)	Idosos	Até 43	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
48	HB	Associação Operação Alegria	Rua Doutor Raul Silva, 1523 - Nova Redentora (17) 3305-6127	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional	Adultos	26		X	CMDCA, Censo SUAS 2021
49	HB	Associação Beneficente Jerônimo de Mendonça	Av. Faiez Nametalh Tarraf, 1.180 - São Marcos (17)32273311	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adultos de 30 a 59 anos	40			Censo SUAS 2021
50	HB	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa de Cireneu)	Av. Benedito Rodrigues Lisboa, 400 - São Francisco (17) 3229-3769	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de Emergências	Pessoas adultas de ambos os sexos que se encontram em situação de rua e desabrigo	Até 50	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
51	Pinheirinho	CRAS Antunes	Rua Nagib Abissamira, 1801 - Jd. Antunes (17) 3236-5611	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3219-0060 (17) 99717-9120		Integral à Família (PAIF)					
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
52	Pinheirinho	CRAS Solo Sagrado	Rua Beatriz da Conceição, 241 - Solo Sagrado (17) 3217-3200 (17) 3237-3333 (17) 99772-7435	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
53	Pinheirinho	Instituto Educacional Casa da Criança	Rua Nagib Abissamra, 1665 - Ana Célia (17) 3236-1960	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 17 anos	140		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
54	Pinheirinho	Associação Espírita Rancho de Luz “Paulino Garcia”	Rua Maria da Encarnação Ferreira, 365 Solo Sagrado (17) 3236-1013	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças, adolescentes e jovens de 07 a 29 anos	40	X		Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
55	Pinheirinho	Instituto As Valquírias	Rua Paschoal Decrescenzo, 599 - Jd. Itapema (17) 99151-2686	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todas os ciclos de vida, a partir dos 7 anos	60		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
56	Pinheirinho	Projeto Educacional Profissionalizante do Adolescente (PROEPAD)	Rua Alcina Medeiros Pinto César, 99 Residencial Califórnia (17) 3219-1467	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	50	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
57	Pinheirinho	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado atender 200 crianças e adolescentes e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
58	Represa	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (17) 3224-5616	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	120		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
59	Represa	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)				Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
60	Represa	CRAS São Deocleciano	Rua Olinda Loria Khauan, 151 - pq. São Miguel	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3223-1238 (17) 99706-9526		Integral à Família (PAIF)					
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
61	Represa	Projeto Maquininha do Futuro	Av. Benedito Sufredini, 655 - São Deocleciano (17) 3221-6251	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos; jovens de 18 a 29 anos e adultas (os) de 30 a 59 anos	200	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021
62	Schmitt	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - núcleo rural (APAE)	Rural - Engº Schmitt (17) 3227-1201	Especial de Média Complexidade	Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias - centro dia	Pessoas com deficiência	160 (sede e Schmitt)	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto Equoterapia	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 30/10/2022 17 meses	Inovar e ampliar o serviço clínico de saúde, nas instalações da APAE Rural de São José do Rio Preto. APAE SEDE - Central APAE Rural - Schmitt			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
63	Schmitt	Associação e Oficina de	Rua Voluntários da Pátria 44 -	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional -	Idosos	Até 84	X		Censo SUAS 2021; Departamento

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
		Caridade Santa Rita de Cássia	Schmitt (17) 3808-1527		Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)					de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
64	Schmitt	CRAS - Engenheiro Schmitt	Rua Voluntários da Pátria, 460 - Engº Schmitt (17) 3808-1412 (17) 3808-1010 (17) 99657-9597	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
65	Talhado	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (sede) (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
66	Talhado	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	30		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
67	Talhado	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado atender 200 crianças e adolescentes			X	Departamento de Gestão de Repasse de

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
						e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor				Recursos Públicos
68	Talhado	Associação Filantrópica Mamãe Idalina - AMAI	Rua Geraldo de Paiva Ferreira (projetada 15), s/n Lealdade e Amizade ao lado do CRAS Lealdade e Amizade	Projeto Vem Ser o Futuro	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 31/05/2022 12 meses	Atender até 150 crianças e adolescentes de 06 a 17 anos e 11 meses, de forma virtual.		X	X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
69	Talhado	CRAS Lealdade e Amizade	Rua Geraldo de Paiva Ferreira, s/n - Residencial Lealdade e Amizade (17) 3229-7566 (17) 99761-4234 (17) 3214-0592	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
70	Vila Toninho	Associação Filantrópica Mamãe Idalina (AMAI)	Rua Azaim Pinto Murta, 136 - Vitória Régia (17) 3238-1457	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	50	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
71	Vila Toninho	Associação Renascer	Av. Amélia Cury Gabriel, 4701 - Jd. Soraia (17) 3213-9595	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias - Centro Dia	Pessoas com deficiência	82	X	X	CMDCA CMAS Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Pediasuit e Snoezeien Início: 01/06/2021 Término: 30/06/2022 13 meses	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 30/06/2022 13 meses	Atendimento gratuito a 40 pessoas com deficiência intelectual e dificuldades físicas associadas ou não, e autismo, de 0 a 14 anos, em 02 métodos inovadores: sendo 30 vagas no Snoezelen e 10 vagas no Pediasuit, por 13 meses.		X		
72	Vila Toninho	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Vitória Régia	Rua Hermelinda Martins Vieira Rocha, 77 Vitória Régia (17) 3238-5442	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	115	X	X	CMDCA Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de fomento lar de Fátima "in Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
73	Vila Toninho	CRAS Vila Toninho	Rua Maria Onofre Lopes Santos, 1273 - Vila Toninho (17) 99772-7439	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3218-1430 (17) 3238-1012		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
74	Vila Toninho	Instituto Educacional Francisco de Assis (IEFA)	Rua Benedito Guagliardi, 291 - Romano Calil (17) 3218-3336	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes de 14 a 17 anos, e adultos de 18 a 59 anos	350		X	CMDCA; CMAS

PARTE II

Região HB

Facilitadora: Fabiana Izilda Funiceli Laredondo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....82
2. HISTÓRICO DA REGIÃO.....83
3. PERFIL DA REGIÃO.....84
3.1. Rede Socioassistencial.....87
3.2. Rede Intersetorial.....92
4. CRAS NOVO MUNDO.....92
4.1. Dados dos atendimentos do CRAS Novo Mundo.....93
5. AS ESTÂNCIAS E LOTEAMENTOS DA ZONA RURAL.....96
6. EXCLUSÃO SOCIAL POR MEIOS DE CANAIS DIGITAIS.....100
7. EMPREGO E RENDA.....101
8. INSEGURANÇA ALIMENTAR.....102
9. IMIGRAÇÃO.....103
9.1. Um relato de experiência.....104
10. IDOSOS.....105
11. CREAS.....107
11.1. Algumas características do Serviço de Medidas Socioeducativas em meio aberto – Região HB.....107
11.2. PAEFI.....113
12. PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA.....118
13. COLETA DE DADOS.....119
13.1 Relatório Mapa Falado Região HB.....119
13.2 Entrevistas individuais com os usuários.....126
13.3 Análise da coleta de dados.....128
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....134
REFERÊNCIAS.....136
APÊNDICE 1 – Bairros e loteamentos abrangência HB.....138
APÊNDICE 2 – Entrevista Semiestruturada.....140
APÊNDICE 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....142

1. INTRODUÇÃO

O documento ora apresentado traz o Diagnóstico Socioterritorial da Região HB, contemplando a leitura e análise interpretativa da realidade social da localidade, traduzindo-se em importante instrumento norteador de gestão.

Tem como objetivo identificar, entender e qualificar a proteção social a partir da análise de dados quantitativos, cenários e vivências cotidianas do território, as necessidades e demandas dos cidadãos que residem na Região, suas percepções de presença e ausência, fragilidade e potencialidade.

Para tanto, foi necessário apreender as particularidades do território, detectar as características e dimensões das situações de precarização que vulnerabilizam, trazem riscos e danos aos cidadãos, à sua autonomia, socialização e convivência familiar e comunitária.

Está organizado em seções que apresentam o histórico da Região HB, o perfil do território e suas principais características (indicadores sociais, dados censitários e ofertas de serviços, programas, projetos e benefícios), as formas de coleta de dados com os usuários e profissionais da rede socioassistencial e intersetorial (mapa falado e entrevista semiestruturada), e análise dos resultados.

No que se refere à metodologia utilizada para a construção do Diagnóstico, foi priorizada a participação coletiva e colaboração dos atores envolvidos, considerando suas experiências e formação pessoal e profissional. Foram realizados cinco encontros - rodas de conversa para discussão dos resultados quantitativos e planejamento da coleta de dados, com participação das equipes do CRAS Novo Mundo (coordenação, técnicos, educadores e administrativo), Departamentos de Gestão do Trabalho (coordenação, administrativo e uma técnica que atuou como facilitadora dos trabalhos da Região) e Vigilância Socioassistencial (coordenação, técnicos, administrativo e estagiários), representantes do Centro Pop (coordenação e técnica da abordagem social) e CREAS I (técnicos da MSE e PAEFI).

Finalizada a apresentação dos referenciais quantitativos, foi proposta a coleta de dados em dois formatos: aplicação do Mapa Falado, como ferramenta de identificação e ampliação da realidade, com a participação de usuários, profissionais da rede socioassistencial de execução direta e indireta e aplicação de questionários individuais com usuários dos serviços da proteção social básica.

Nas considerações finais do Diagnóstico da Região HB se faz com uma breve análise do seu conteúdo e resultados obtidos no processo.

2. HISTÓRICO DA REGIÃO

A Região HB está localizada na Zona Sul do município de São José do Rio Preto e recebeu esse nome devido à presença do Hospital de Base, que atualmente é um dos maiores e mais importantes complexos hospitalares do Brasil e, portanto, referência no atendimento para todo o município e região.

Na formação desse território observamos bairros antigos na região próxima ao bairro Parque Estoril, o crescimento do número de condomínios e a expansão da cidade no sentido Vila Azul com o aumento das estâncias, algumas ainda em fase de regularização. Formam a região HB aproximadamente 88 bairros, loteamentos e estâncias, de acordo com lista de abrangência dos equipamentos, elaborada pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial da Secretaria Municipal de Assistência Social em 2021, os quais estão listados no apêndice 1.

Como referência da Proteção Social Básica nessa região, foi implantado o CRAS Novo Mundo, inaugurado em 10 de janeiro de 2010 e instalado em imóvel alugado à rua Comendador Mansour Daud, n°572, no Jardim Santa Catarina. Em 2013, o equipamento público tem a mudança de endereço para outro imóvel locado pela SEMAS, localizado à rua Centenário, n°1299, Vila Sinibaldi, onde permanece até a presente data.

De 2014 a 2018 o CRAS Novo Mundo contava com equipe volante que atendia a população da zona rural. Com o reordenamento das Regiões Administrativas, a equipe volante é suprimida e essa população passa a ser atendida exclusivamente no CRAS do território. As informações atualizadas referentes ao CRAS estão na Seção CRAS Novo Mundo.

Um espaço muito representativo no território é o Centro Comunitário Asa Delta. Percebe-se o quanto a população tem um sentimento de pertencimento por esse local. Nele são realizados bailes, entrega da cesta de legumes e o desenvolvimento do grupo do SCFV Idoso. O Centro Comunitário Asa Delta também faz parte da história do CRAS Novo Mundo, uma vez que serviu como sede do Núcleo de Assistência Social (NAS), antes de se tornar CRAS.

O CRAS Novo Mundo está instalado em um território de contrastes, que apresenta diversas vulnerabilidades e histórico de precarização de moradia, aumento de loteamentos não regularizados, bolsões de pobreza, presença significativa de imigrantes e refugiados, tráfico de drogas, violência contra o idoso, áreas com acesso precário ou nulo às políticas públicas, como saúde, segurança, educação, cultura, transporte, trabalho e renda.

3. PERFIL DA REGIÃO

Ao olharmos para as informações do território da Região HB, nos dados do Cadastro Único, é possível perceber peculiaridades que nos permitem traçar o perfil da população atendida pelas Proteções Sociais Básica e Especial de média complexidade - CRAS, CREAS e Centro Pop e suas características: presença de idosos e estrangeiros, insegurança alimentar, renda informal, o desafio da inclusão digital com a pandemia, a característica dos jovens que cumprem medida socioeducativa e a presença das pessoas em situação de rua.

A Região HB possui a maior extensão territorial, se comparada às demais Regiões, com área de 85.706,06 Km², o que corresponde a 22% do município. Os dados de referência para extensão territorial foram informados pela Secretaria Municipal de Obras, a qual se baseou no decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018, que institui a Divisão Geográfica da área do município de São José do Rio Preto em 10 Regiões.

Em termos populacionais, é a segunda Região mais populosa, concentrando 15% dos habitantes do município, 70.279 pessoas, somando 22.892 famílias[4]. De acordo com a Conjuntura Econômica 2021, tendo como referência dados de projeção da Secretaria de Saúde, ano 2020, a Região HB possui 12.452 crianças e adolescentes. Considerando a proporção da faixa etária de crianças e adolescentes em relação ao total de pessoas da área de abrangência do CRAS, há cerca de 18% da população neste ciclo de vida. Já a estimativa de idosos é de 13.418, correspondendo a 19% do percentual da população do território.

[4] Número de família seguindo cálculo do IBGE, o qual divide o número de pessoas por 3,07.

Possui aproximadamente 9% da sua população inscrita no Cadastro Único do Governo Federal, sendo 6.427 indivíduos e 2.903 famílias, de acordo com dados CECAD de agosto de 2021.

Apresenta 2,27 como índice de desigualdade[5] de extrema pobreza, apontando que a cada 100 pessoas, aproximadamente 2 estão em contexto de extrema pobreza, tendo como base os dados CECAD de maio de 2021. Esse índice de desigualdade de extrema pobreza representa o segundo menor em se tratando de desigualdade social, se comparado às demais Regiões.

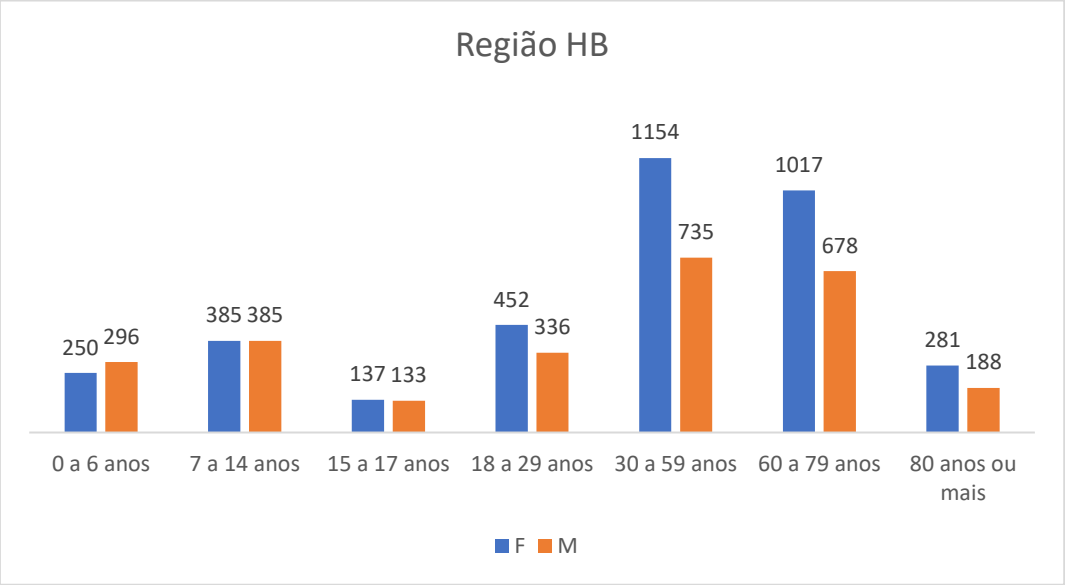
Contudo, é importante ressaltar que a Região HB possui na sua extensão territorial disparidades socioeconômicas eminentes, tendo bolsões de pobreza concentrados em determinadas áreas como as estâncias que são acesso à Vila Azul, alguns pontos do bairro São Francisco e Jardim Viena, bem como na estância da Matinha, que se localiza próximo ao Jardim Maracanã.

Em maio de 2021, havia 1.594 pessoas compondo 677 famílias em situação de extrema pobreza[6] e 648 pessoas em 210 famílias em situação de pobreza[7], ainda considerando os dados do Cadastro Único utilizados para apresentação e discussão com as equipes nas rodas de conversa. Essas famílias acessaram o CRAS em busca de inclusão em programas de transferência de renda, benefícios e serviços, cujo acesso se dá pela inclusão da família no Cadastro Único.

No gráfico 1, tratando-se de idade e sexo biológico de pessoas incluídas no Cadastro Único, temos 3.584 com idade entre 30 e 79 anos, o que corresponde a aproximadamente 56% do total de pessoas cadastradas, considerando a base de dados do CECAD agosto/2021 com total de 6.427 pessoas cadastradas naquele mês de referência, prevalecendo o sexo biológico feminino nas faixas etárias de 15 a 80 anos ou mais, somando 3.041 pessoas - 47% do total de pessoas cadastradas.

[5] Índice elaborado pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS.
[6] O recorte de renda considerado como extrema pobreza em maio/2021 era de R$0,00 até R$89,00.
[7] O recorte de renda considerado como pobreza em maio/2021 era de R$89,00 a R$ 178,00.

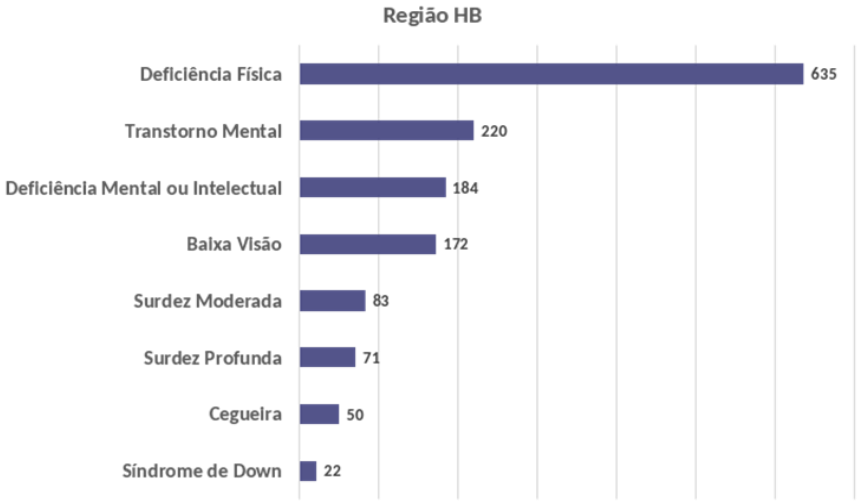
Gráfico 01 — Idade e Sexo Biológico das Pessoas Inscritas no Cadastro Único na Região HB.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS - CECAD agosto/2021.

No que tange às deficiências autodeclaradas, conforme apresentadas no gráfico 2, somam 1.437 deficiências[8], culminando no seguinte cenário: aproximadamente 44% de deficiências físicas, 15% de transtornos mentais, 13% de deficiências mentais ou intelectuais, 12% de baixa visão, 6% de surdez moderada, 5% de surdez profunda, 3% de cegueira e 2% de síndrome de down.

Gráfico 02 — Tipos de Deficiência das Pessoas Inscritas no Cadastro Único na Região HB.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS - CECAD/maio 2021.

[8] Uma única pessoa pode autodeclarar mais de uma deficiência.

De acordo com dados disponibilizados no Diagnóstico comparativo 2019-2020, publicado em 2021, realizado pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial, o qual deu base para o plano de contingência da SEMAS, temos as seguintes características de escoamento sanitário, piso predominante e tipo de iluminação das famílias inscritas no Cadastro Único, no CRAS Novo Mundo.

Quadro 1 — Forma de escoamento sanitário nos domicílios das famílias inscritas no Cadastro Único, CRAS Novo Mundo.

Mês	Fossa rudimentar		Fossa séptica		Rede coletora		Outro*		Total geral
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	
dez/19	252	9,74%	276	10,67%	2058	79,55%	1	0,04%	2587
jul/20	211	8,83%	186	7,79%	1991	83,34%	1	0,04%	2389

* Vala a céu aberto; direto para rio, lago ou mar; outra forma.
Obs.: 50 famílias em dez/19 e 55 famílias em jul/20 não informaram esse dado.
Fonte: Cadastro Único - Lista Cecad dos meses dez/19 e jul/20.

Quadro 2 — Tipo de piso predominante nos domicílios das famílias inscritas no Cadastro Único, CRAS Novo Mundo, São José do Rio Preto.

Mês	Terra	Cimento	Revestimento*	Outros	Total geral
dez/19	5	347	2226	13	2591
jul/20	4	290	2093	9	2396

* Madeira, cerâmica, lajota, pedra ou carpete.
Obs.: 46 famílias em dez/19 e 48 famílias em jul/20 não informaram esse dado.
Fonte: Cadastro Único - Lista Cecad jul/2020.

Quadro 3 — Tipo de iluminação nos domicílios das famílias inscritas no Cadastro Único, CRAS Novo Mundo, São José do Rio Preto.

Mês	Energia elétrica	Outro*	Total geral
dez/19	2586	5	2591
jul/20	2389	7	2396

* - Óleo, querosene, gás, vela ou outra forma.
Obs.: 46 famílias em dez/19 e 48 famílias em jul/20 não informaram esse dado.
Fonte: Cadastro Único - Lista Cecad jul/2020.

3.1 Rede Socioassistencial

Apresenta-se a rede socioassistencial da Região HB com serviços de Proteções Sociais Básica e Especial de Média e Alta Complexidade de execução direta e indireta, conforme quadro 4.

Quadro 4 — Rede Socioassistencial Região HB.

Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
Associação Beneficente dos Vinte e Cinco-ABVIC (Amigos da Hipo)	Rua Joaquim Fernandes Diniz, 100 - Tarraf II (17) 3216-4160 (17) 99644-3678	Básica	Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de Sua Integração à Vida Comunitária	Crianças e adolescente de 1,5 (um ano e cinco meses) a 12 anos	100			CMAS
Associação Lar dos Menores (ALARME)	Av. Anisio Haddad 6580 - Jardim Aclimação (17) 3226-4100	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	200		X	CMDCA, Censo SUAS 2021
Associação dos Amigos da Criança com Câncer ou Cardiopatia (AMICC)	Rua Dr. Lino Braile, 355 - Jd. Francisco Fernandes (17) 2137-0777	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Casa de Passagem	Crianças, adolescentes e famílias	46	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Rua Dr. Raul Silva, 1863 - Nova Redentora (17) 3227-1200 (17) 2136-1200	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias - Centro Dia	Pessoas com deficiência	160 (sede e Schmitt)	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
Centro Social Parque Estoril	Rua Olavo Guimaraes Correa, 815 - Jardim Ouro Verde (17) 3201-1550	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	80		X	CMDCA; Censo SUAS 2021

Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
Clube dos Amigos dos Deficientes (CADE)	Rua Rosa Gregório Gomes, 495 - Jd. Maracanã (17) 3231-7463	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de sua Integração à vida Comunitária	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	180			Censo SUAS 2021; CMAS
Casa de Apoio ao Paciente Adulto com Câncer (CAPACC)	Rua Saad k. Saad Aboujaoude, 161 - Jd. Michel Jacob (17) 3216-1593 (17) 3227-2676	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional	Adultos e idosos	54			Censo SUAS 20211
Casa de Eurípedes	Rua Olavo Guimarães Correa, 600 - Jd. Urano (17) 3227-4733	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescente de 07 a 14 anos	60		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI)	Av. Brigadeiro Faria Lima, 5544 - Vila São Pedro - 3º andar (17) 3227-3484	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Família Acolhedora e Programa Guarda Subsidiada	Crianças e adolescentes com medida de proteção	Até 15 famílias acolhedoras até 25 famílias subsidiadas	X	X	CMDCA; gestão de parcerias
CRAS Novo Mundo	Rua Centenário, 1299 - Jd. Novo Mundo (17) 3226-3131 (17) 3227-0169 (17) 99779-2480	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social				Censo SUAS 2021
			Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos 0 a 6 anos				
			Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				

Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
CREAS 1	Rua José Polachini Sobrinho, 575 - Jd. Sinibaldi (17) 3216-2226 (17) 3216-3155	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos				Censo SUAS 2021
			Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)				
Fundação Líbero Badaró de Ensino e Assistência Social (FULBEAS)	Av. Francisco das Chagas Oliveira, 1175 Chácara Municipal (17) 3201-4900	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes mulheres a partir de 15 anos e 08 meses a 17 anos	90		X	CMDCA; CMAS
Instituto Riopretense dos Cegos Trabalhadores (IRCT)	Rua Cleo Oliveiro Roma, 200 - Jd. Morumbi (17) 3355-5001	Especial de Média Complexidade	Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de sua Integração à Vida Comunitária	Pessoas com deficiência visual	48	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
Associação Evangélica Lar de Betânia	Rua Roberto Simonsen, 430 - Vila São José (17) 3227-2200	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)	Idosos	Até 43	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
Associação Operação Alegria	Rua Doutor Raul Silva, 1523 - Nova Redentora (17) 3305-6127	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional	Adultos	26		X	CMDCA, Censo SUAS 2021
Associação Beneficente Jerônimo de Mendonça	Av. Faiez Nametalh Tarraf, 1.180 - São Marcos (17) 3227-3311	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adultos de 30 a 59 anos	40			Censo SUAS 2021
Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa de Cireneu)	Av. Benedito Rodrigues Lisboa, 400 - São Francisco (17) 3229-3769	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de Emergências	Pessoas adultas de ambos os sexos que se encontram em situação de rua e desabrigo	Até 50	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS - fevereiro 2022.

3.2 Rede Intersetorial

A rede intersetorial conta com escolas municipais e estaduais, universidades, unidades de saúde da Atenção Básica - USBF Cidade Jardim, UBS São Francisco e CSE Estoril, além da UPA Tangará, CAPS Bom Jardim e CAPS Infantil. No território também há presença de espaços de convivência como o Centro Comunitário Asa Delta, Academias para Todas as Idades e equipamentos da Secretaria de Esportes. Vale ressaltar que atualmente os serviços se reúnem mensalmente em uma ação intersetorial que é realizada na última quinta-feira de cada mês, às 9h. Em virtude das restrições impostas pela pandemia de COVID-19, as reuniões foram realizadas de forma *online* até março de 2022. Vale ressaltar que atualmente, no fechamento deste Diagnóstico (abril de 2022), as reuniões passaram a ser realizadas na quarta quinta-feira do mês.

O território conta também com equipamentos do SESC e SENAI, que propiciam parcerias para acessos culturais e educacionais.

4. CRAS NOVO MUNDO

A equipe de referência, tendo por base o mês de janeiro de 2022, é composta por treze trabalhadores: uma coordenação, cinco técnicos de nível superior, três educadores sociais, um administrativo, um estagiário, um motorista e um auxiliar de limpeza.

O atendimento médio mensal é de 460 famílias nos três serviços da PSB - Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para os ciclos de 0 a 6 anos, jovens de 15 a 17 anos e idosos e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiências e idosas.

Considerando os dados extraídos do relatório circunstanciado do mês de fevereiro de 2022, a Região HB possui 932 famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil, 744 idosos beneficiários do BPC Idoso, 277 beneficiários do BPC/PCD e 61 famílias beneficiárias do Projeto Viva Leite.

As demandas apresentadas por esse público são diversas, entre elas: cesta básica, cesta de legumes, programas de transferência de renda, acesso ao INSS,

orientação de familiares de idosos sobre as ILPIs, além de demandas para acessar outras políticas.

4.1 Dados dos atendimentos do CRAS Novo Mundo

Os dados quantitativos apresentados nos relatórios circunstanciados dos três últimos anos - 2019, 2020 e 2021, refletem o que de fato tem sido a realidade vivenciada pelo equipamento.

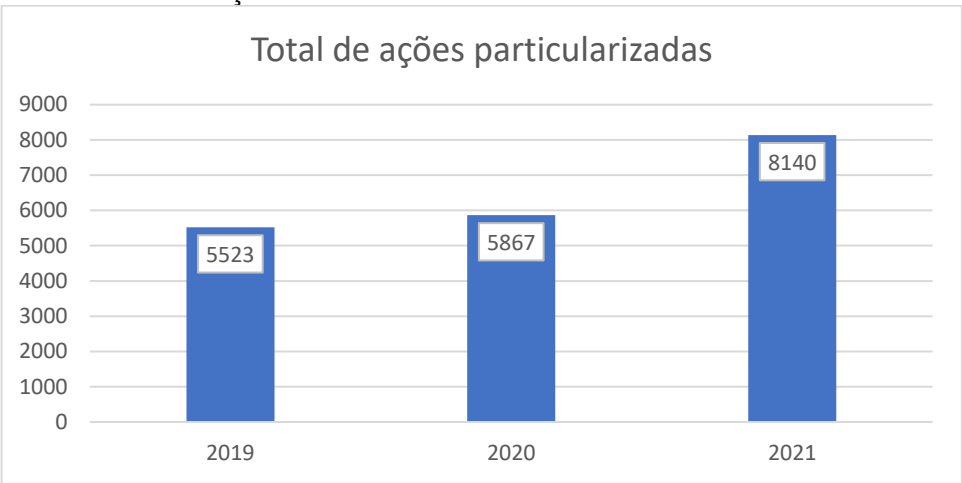
No que se refere aos atendimentos do CRAS Novo Mundo, percebe-se um expressivo aumento da procura da população pelos serviços ofertados, sobretudo o PAIF.

No gráfico 3, é possível observar o aumento de 47,38% no número de ações particularizadas no período de 2019 para 2021, passando de 5.523 para 8.140.

Em 2021, a equipe de referência teve uma mudança significativa, aumentando de quatro para cinco técnicos de nível superior e de uma para três educadoras, que também são entrevistadoras do Cadastro Único. Com este aumento da equipe de referência, foi possível ampliar ações de prevenção, como a busca ativa pelos beneficiários do BPC com Cadastro Único desatualizado, assegurando a manutenção do benefício para esses usuários. O aumento possibilitou, ainda, o atendimento presencial e remoto e a oferta de mais um grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Também favoreceu a possibilidade do trabalho em duplas (técnico e educador) nos grupos de convivência.

Além do desenvolvimento e ampliação de ações, observamos a maior procura por atendimento diante das demandas de Bolsa Família e Auxílio Brasil, BPC e cesta básica.

Gráfico 03 — Ações Particularizadas.



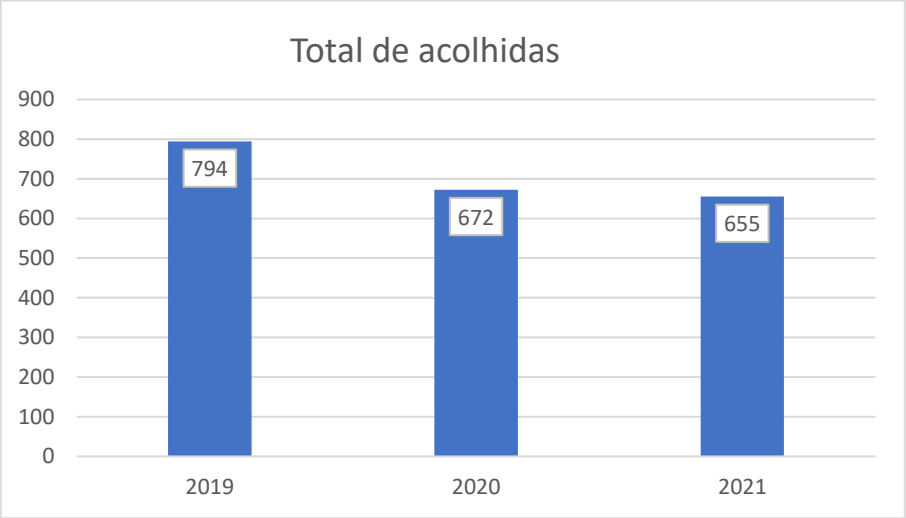
Fonte: Relatório Circunstanciado 2019, 2020 e 2021, CRAS Novo Mundo.

Em relação ao número de acolhidas, é possível observar, no gráfico 4, que há uma diminuição de 17,5% no atendimento de novas famílias em relação aos anos de 2019 e 2021, porém ainda com um número importante de famílias acessando a proteção.

A acolhida pode ocorrer no CRAS ou no domicílio e constitui uma importante dimensão inerente ao trabalho social compreendida sob duas perspectivas. A primeira é a ação/procedimento de acolhida, caracterizada pelo contato inicial das famílias/indivíduos com os serviços de assistência social, que envolve o recebimento dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em local com infraestrutura adequada e profissionais qualificados, e o direcionamento das suas demandas, contribuindo para a humanização do atendimento socioassistencial (BRASIL, 2011).

Tem como objetivo identificar as necessidades apresentadas pelas famílias e indivíduos, avaliar se realmente constitui situação a ser atendida e identificar demandas imediatas de encaminhamentos. Esse momento irá nortear as primeiras ações do profissional, bem como contribuirá para o início da construção de vínculo de referência e de confiança. A segunda perspectiva é a postura acolhedora, ética e de respeito à dignidade e não-discriminação, afiançada pela segurança de acolhida que deve nortear todas as ações na Assistência Social, na perspectiva do reconhecimento do usuário enquanto sujeito de direitos” (BRASIL, 2011, p. 59).

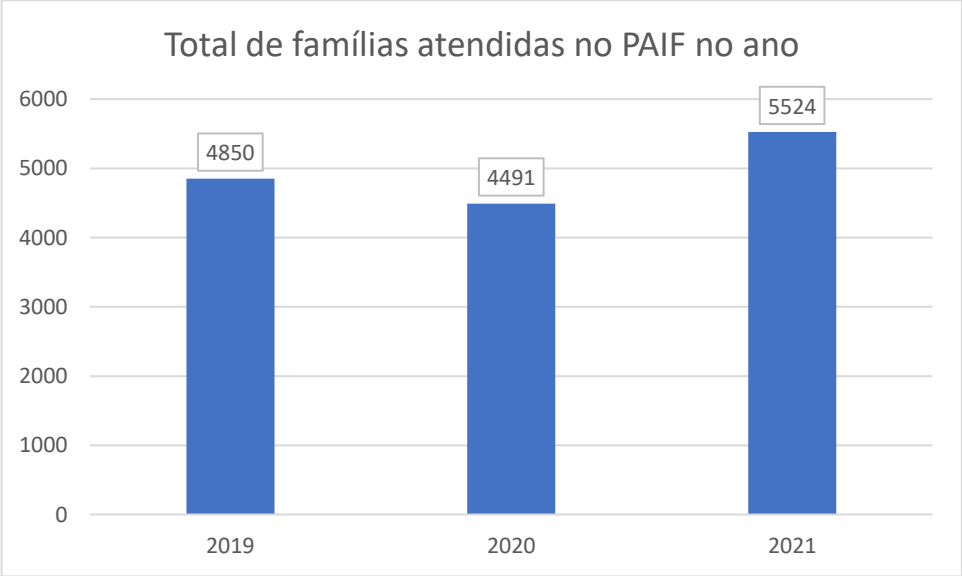
Gráfico 04 — Total de acolhidas.



Fonte: Relatório Circunstanciado 2019, 2020 e 2021, CRAS Novo Mundo.

Referente ao número de famílias atendidas (gráfico 05), somado o número absoluto de atendimentos em todos os meses, sem o filtro das famílias com mais de um atendimento no ano, observa-se o aumento de 674 famílias em 2021 em relação ao ano de 2019. Em contrapartida, verifica-se ainda uma diminuição dos resultados em 2020, o que é decorrente do início da pandemia, contexto em que muitas famílias eram atendidas por telefone e a forma remota não era contabilizada como atendimento. Somente no mês de setembro de 2020, o atendimento remoto foi considerado atendimento particularizado e assim, seus resultados passaram a ser acrescidos ao total de atendimentos PAIF.

Gráfico 05 — Total de famílias atendidas no PAIF.



Fonte: Relatório Circunstanciado 2019, 2020 e 2021, CRAS Novo Mundo.

Diante dos dados apresentados e da análise feita, conclui-se como positivo o aumento da equipe de referência, o que favoreceu o atendimento da população de um território tão diverso e extenso, na perspectiva do cumprimento do compromisso de prevenção aos agravos sociais.

5. AS ESTÂNCIAS E LOTEAMENTOS DA ZONA RURAL

Dos bairros que compõem a Região HB, 30% se localizam na zona rural, sendo estâncias e loteamentos, muitos destes não regularizados. Os usuários que residem nessas localidades são referenciados ao CRAS e pontuam o quanto a distância do equipamento dificulta o acesso.

Essa situação foi apontada pelos usuários que participaram das Pré-Conferencias Municipais de Assistência Social em agosto de 2021. Trouxeram, no eixo que discutia *"A proteção social não-contributiva e o princípio da equidade como paradigma para a gestão dos direitos socioassistenciais no enfrentamento das desigualdades*", a necessidade de mais pontos de atendimentos da Proteção Social Básica, devido à grande extensão territorial da Região e a necessidade de equipe volante para atendimento *in loco* nas estâncias.

Com a pandemia foi ofertado o atendimento remoto e foi possível verificar uma parcela significativa de atendimentos para essa população. Em um levantamento, tendo como referência os meses de agosto, setembro e outubro de 2021, constatou-se que dos 611 atendimentos remotos realizados pelo CRAS Novo Mundo, 162 corresponderam às famílias residentes nas estâncias, representando aproximadamente 27% do total. As três principais demandas trazidas por esse público foram cesta básica, inclusão e atualização cadastral no Cadastro Único, além de acesso e orientação ao BPC Idoso/PCD.

Com a retomada dos atendimentos presenciais, a dificuldade de acesso ao equipamento por essa população voltou a ser relatado. Como estratégia, a equipe de referência está avaliando a possibilidade de descentralizar o atendimento presencial implantando esse suporte no Núcleo Educacional José Luis Spotti, localizado nas proximidades da Estância Vila Azul.

Um avanço importante, no sentido de aproximar a população das estâncias ao serviço, foi um novo ponto de entrega do Projeto Viva Leite na Vila Azul. Identificou-

se, em atendimento técnico, que para as famílias residentes em estâncias, o acesso aos pontos de entrega do leite na Escola Municipal Maria Marcolina e no Centro Comunitário Asa Delta, muitas vezes, era inviável em virtude da dependência do transporte público coletivo para deslocamento e horários disponíveis de circulação dos ônibus.

Ainda sobre as dificuldades de acesso, foi identificado por meio do acompanhamento das famílias que faziam a retirada do leite, principalmente no ponto do Asa Delta, muitas faltas não justificadas e, ao serem contatados, os responsáveis reforçaram as dificuldades de deslocamento até o ponto de entrega, uma vez que os 15 litros de leite por criança eram entregues de forma fracionada, duas vezes na semana. Essa realidade fez com que algumas famílias desistissem do benefício.

Nesse contexto, identificou-se a necessidade de articulação com o Departamento de Transferência de Renda e Cadastro Único, responsável pelo benefício no município, para a inclusão de um novo ponto de entrega do leite mais próximo às estâncias, o que facilitaria o deslocamento das famílias e, por conseguinte, garantiria o acesso e permanência no Projeto.

O novo ponto de distribuição do leite passou a funcionar em julho de 2021, contemplando as famílias residentes naquela área territorial (proximidades da Vila Azul). Após a implantação do novo ponto, as famílias passaram a ter mais uma opção de local para retirada, culminando assim, como já esperado, na permanência das famílias beneficiárias, bem como em menor incidência de faltas. Outro facilitador, este para todas as famílias, foi a alteração da agenda de entrega do leite, que deixou de ser fracionada, passando a ser realizada uma vez na semana.

Apesar dos avanços em relação ao Projeto Viva Leite, as famílias residentes em estâncias também encontram entraves para outros acessos, um deles diz respeito à presença de empreendimentos habitacionais não regularizados. Ainda que não sejam demandas específicas da Assistência Social, ecoam em vulnerabilidades da população residente nessas localidades, em virtude da forma de organização para acesso à água e energia elétrica, além da mobilidade urbana, prejudicada com a presença de transporte público deficitária ou mesmo ausência de transporte, dificultando ainda mais o acesso às políticas públicas e consequentemente aos serviços socioassistenciais.

Durante as entrevistas realizadas para inclusão ou atualização de Cadastro Único verifica-se que, no contexto vivenciado pela maioria das famílias moradoras das

estâncias, no que se refere à água, é realizado o pagamento por meio de rateio para a utilização do poço, incluído no valor de condomínio. Não há rede geral de esgoto e o escoamento sanitário se dá através de fossa séptica. Em relação à energia elétrica, a maioria dos domicílios possui medidor próprio, contudo, devido à necessidade de utilização de bomba d'água para a retirada em poço, o consumo mensal e o valor pago pelas famílias são acima da média do valor pago por quem reside na área urbana do território. Por este motivo, grande parte destas famílias não conseguem acesso à Tarifa Social de Energia Elétrica, pois não se enquadram nos critérios estabelecidos pelo programa, em virtude do alto consumo ou utilização de medidor comunitário.

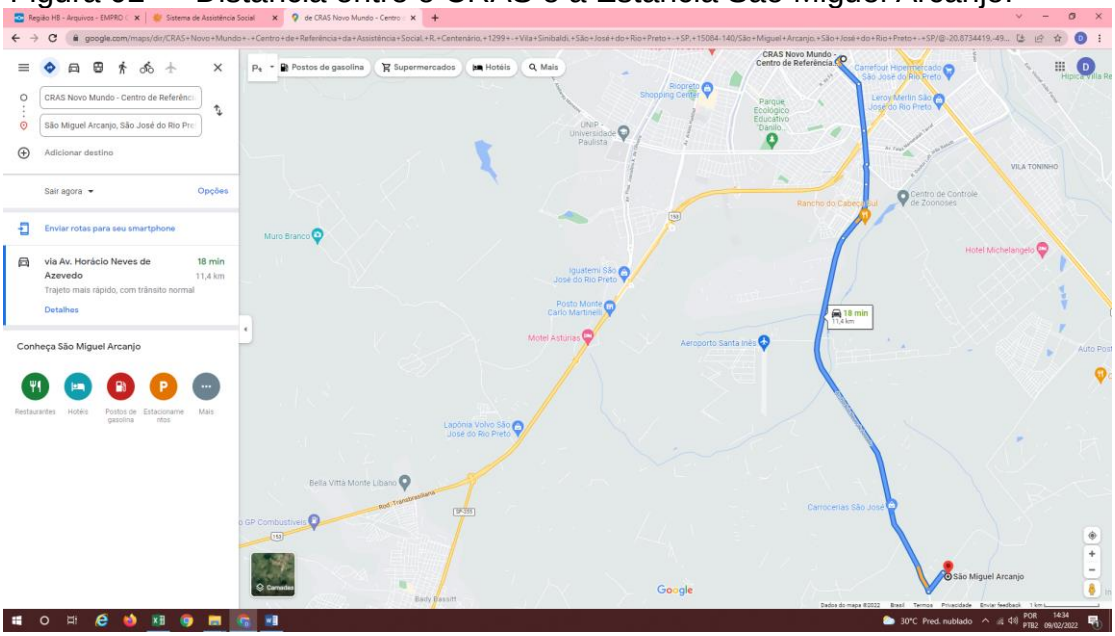
Em atendimentos particularizados no domicílio em loteamentos não regularizados, como o Auferville III (figura 01), evidencia-se a dificuldade de acessar os serviços devido à ausência de mobilidade urbana. As famílias relatam em atendimento que a ausência de transporte público, em algumas estâncias, gera o sentimento de medo e insegurança de permitir que crianças caminhem de 1 a 2 quilômetros para acessarem o transporte público.

Figura 01 — Bairro Auferville III.

Fonte: Acervo Semas.

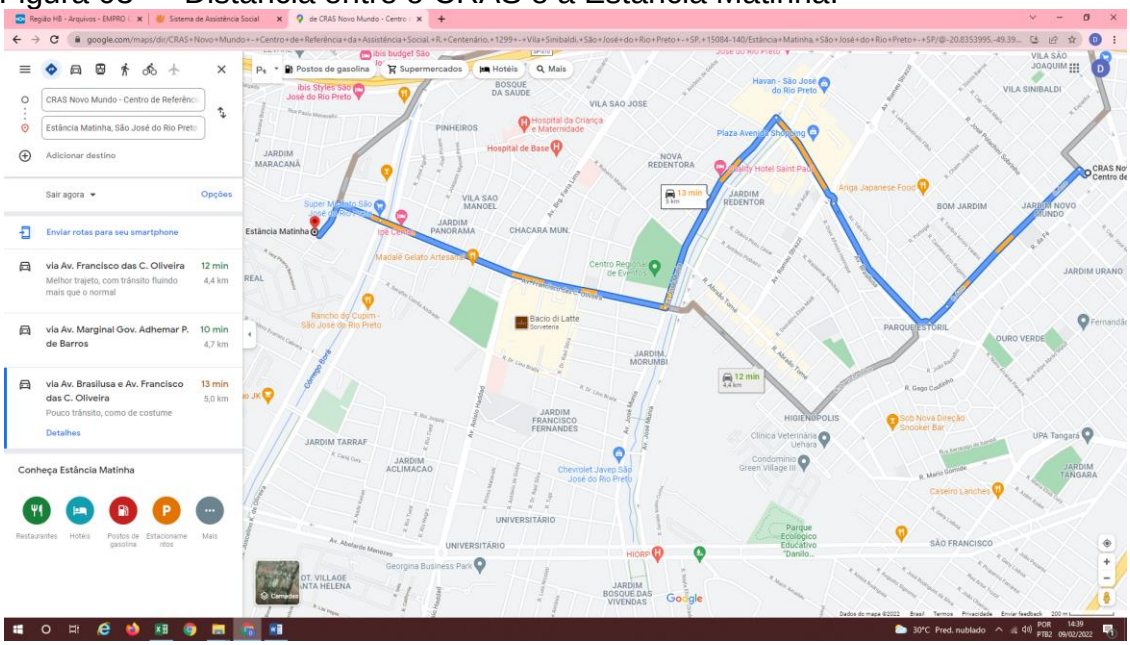
Com o intuito de retratar a distância entre o CRAS e algumas dessas localidades, seguem, como exemplo, as figuras 02, 03 e 04 - Estância São Miguel Arcanjo, Estância Matinha e Estância São Fernando Valley, respectivamente.

Figura 02 — Distância entre o CRAS e a Estância São Miguel Arcanjo.



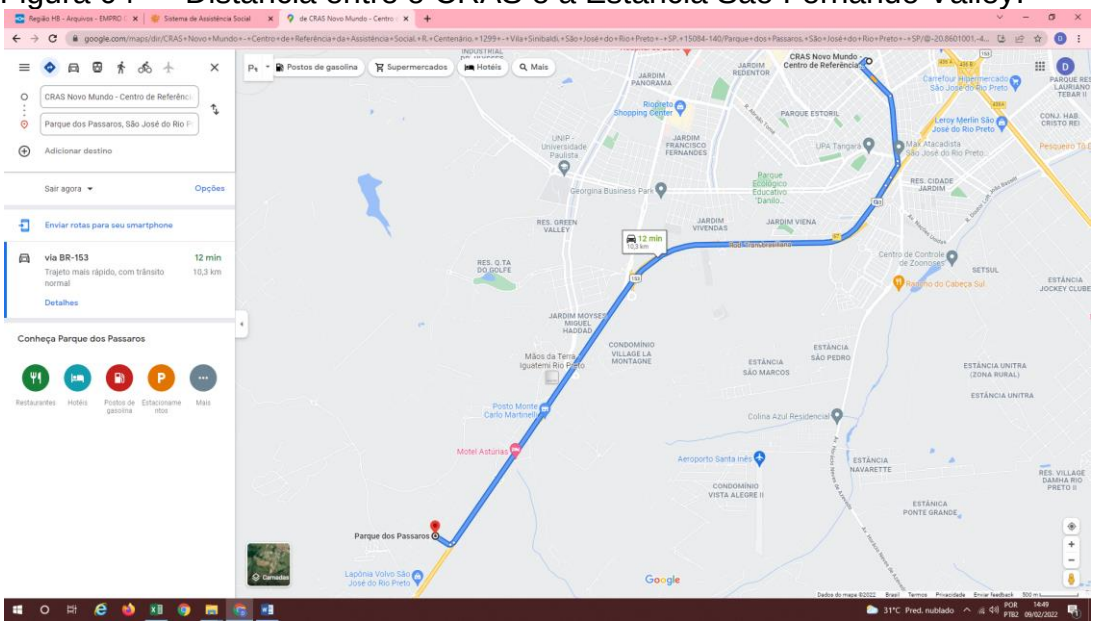
Fonte: Google Maps, 2022.

Figura 03 — Distância entre o CRAS e a Estância Matinha.



Fonte: Google Maps, 2022.

Figura 04 — Distância entre o CRAS e a Estância São Fernando Valley.



Fonte: Google Maps, 2022.

6. EXCLUSÃO SOCIAL POR MEIOS DE CANAIS DIGITAIS

O acesso aos serviços de outros setores e demais políticas, nos últimos cinco anos que antecederam a pandemia de COVID-19, se dava por meio do preenchimento manual de instrumentais pelo CRAS, bem como orientações e encaminhamentos à população como forma de acesso aos demais setores de garantia de direitos.

Com o avanço tecnológico e novas ferramentas exigidas para o momento, cada setor se desenvolveu de forma a atender estas demandas, viabilizando acessos e diminuindo a utilização de recursos impressos.

A rede socioassistencial e demais setores, cumprindo a atribuição de emissão e encaminhamentos para documentação civil, Tarifas Sociais, Programas Sociais, Cadastro Único, benefícios de transferência de renda e acesso a setores de garantia de direitos por meio de encaminhamentos, também se adequou para o atendimento de demandas da PNAS e demais políticas que ora se apresentavam no cotidiano de trabalho do CRAS.

Citamos como exemplo a realização do requerimento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) que era realizado por meio de atendimento junto à equipe de referência do CRAS, que procedia com orientações e o preenchimento do instrumental impresso ou digital, caso a família não apresentasse recurso tecnológico para tal. Ainda no início de 2020, que antecedeu a pandemia, o instrumental de requerimento já era realizado pela equipe do CRAS ou pelo usuário com acesso a

recurso no site do INSS. O protocolo de tal requerimento era entregue à família para o acompanhamento.

No CRAS eram realizados os preenchimentos ou orientações para que a família pudesse fazê-lo, ficando para o INSS o atendimento social em horário específico de forma presencial em casos de dúvidas, entregas de documentação e instrumental preenchido e/ou agendamento para perícia médica, neste caso o INSS também contatava os usuários através dos seus canais de comunicação, após o protocolo de entrega do pedido do benefício.

No final de março de 2020, com o advento da pandemia, alguns setores fecharam suas portas para atendimentos presenciais, tais como a Defensoria Pública, mantendo somente o acesso por meio de canais remotos (telefone e internet). Neste sentindo, as proteções sociais se depararam com o impacto sofrido pela população destituída de conhecimento e recursos para acesso aos canais digitais.

Vale ressaltar que, mediante os protocolos de prevenção da COVID-19, os serviços da Assistência Social continuaram em atividade permanente, percebendo o aumento dos atendimentos presenciais e remotos para execução também de atividades das demais políticas e serviços que fecharam suas portas, mudando a forma de acesso da população.

Tal situação permanece ainda hoje (fevereiro/2022), demandando para os CRAS um fluxo exacerbado da população que não possui conhecimento ou acesso aos canais tecnológicos, impactando no processo organizacional dos serviços socioassistenciais.

Conclui-se que a falta dos atendimentos presenciais dessas políticas e serviços para a população segrega indivíduos e favorece outras exclusões, levando a rede socioassistencial a refletir e estabelecer parâmetros e limites para a execução desses serviços.

7. EMPREGO E RENDA

A questão socioeconômica sempre se apresentou como uma das vulnerabilidades mais presentes nos atendimentos, principalmente no que se refere à questão do desemprego, trabalho informal e insuficiência de renda. De acordo com dados do Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de

Renda, na base de dados do CECAD de agosto de 2021, havia 1.897 pessoas desempregadas e 724 trabalhadores informais.

Com a pandemia, observou-se o aumento das demissões de trabalhadores formais e, consequentemente, o aumento da procura por trabalhos informais e busca pelo CRAS para inclusão em Programas de Transferência de Renda e Auxílio Emergencial. Em contrapartida, muitos trabalhadores informais e autônomos se depararam com a escassez de ofertas de trabalhos, a exemplo de profissionais da costura, do ramo da construção civil, jardinagem, trabalhadores da área de festas e eventos, entre outros.

Ainda no que se refere a esse período, um dificultador foi o fechamento das escolas e creches, deixando muitas mães sem acesso ao trabalho devido a responsabilidade dos cuidados com os filhos, o que ainda hoje é presente nos discursos dessas mulheres, visto que um dos critérios prioritários para conseguir vaga na educação infantil é a apresentação do comprovante de trabalho formal.

Outro dificultador no campo do emprego e renda foi a falta de acesso para emissão da segunda via de documentação, pois pessoas perderam oportunidades de trabalho por não ter documentação civil, como o RG por exemplo.

Na perspectiva do mundo do trabalho, percebeu-se o aumento da demanda de encaminhamento para o Balcão de Empregos e busca por melhor qualificação profissional. Ao ofertar os cursos do Projeto Inclusão Produtiva, foi possível observar o interesse da população, por exemplo, pelas áreas da beleza e estética.

8. INSEGURANÇA ALIMENTAR

Em 2019 a cota mensal de cestas básicas do CRAS Novo Mundo era de 75 cestas, o que em alguns meses foi insuficiente, chegando a ser entregues 988 cestas no ano.

Com o advento da pandemia, o número de solicitações, concessões e demanda reprimida se intensificou, sendo entregues 1.649 cestas no ano de 2020, o que significou um aumento de aproximadamente 67% em relação a 2019. Em 2021, a cota mensal do equipamento era de 95 cestas, precisando acrescentar todos os meses com doações do Fundo Social de Solidariedade e da própria Secretaria da Assistência Social, sendo que foram concedidas 1.702 cestas, significando um aumento de 72% em 2021 comparando-se com a oferta de 2019.

Nos atendimentos técnicos, o CRAS percebe que as famílias que pagam aluguel têm maior dificuldade para garantir a segurança alimentar, pois o território da Região HB é marcado por alugueis com valores mais altos do que em outras regiões do município.

Pensando nas famílias que executam trabalhos informais, muitas mulheres como diaristas e homens na construção civil trabalham por dia ou empreita e não têm garantia de renda mínima por mês e, muitas vezes, tem que escolher entre garantir o custeio de alimentos ou de moradia.

Somado a isso existe o contexto de alta dos preços dos alimentos e a falta de oferta de programa habitacional popular, agravando a situação de vulnerabilidade dessas famílias e a maior dependência do fornecimento de cesta básica. O discurso dessas famílias tem algo em comum: *"se eu tivesse uma moradia, não estaria passando por essa situação". (sic)*

No que se refere à cesta de legumes, tendo por base o mês de janeiro de 2022, 65 famílias incluídas no fornecimento de cesta de legumes apresentam o perfil de renda de extrema pobreza. Em sua maioria, 59 delas (91%) retiram o benefício no Centro Comunitário Asa Delta, sendo que 50 famílias residem nos bairros do entorno e nove nas estâncias sentido Vila Azul. As outras seis famílias, retiram no Grupo Espírita Apostolo Paulo e residem próximo ao local de retirada. A procura pela cesta de legumes nos atendimentos é uma demanda recorrente, porém o critério de extrema pobreza para concessão e a retirada dos alimentos em apenas dois pontos da Região impossibilitam o acesso de mais interessados.

9. IMIGRAÇÃO

A realidade vivida pelos imigrantes ao chegarem no Brasil é marcada por precariedade e vulnerabilidade social. Estando aqui, se deparam com dificuldades que perpassam a falta de moradia ou acolhimento provisório sem condições de receber núcleos familiares distintos, acolhimento que favoreceria o aprendizado da língua e, consequentemente, viabilizaria outras inclusões.

Os imigrantes vivenciam ausência de oportunidades de trabalho, dificuldades de acesso aos direitos sociais em virtude da falta de documentação ou sua regularização e de inclusão no sistema regular de ensino, principalmente educação básica para atendimento de crianças e jovens.

Hoje, o CRAS Novo Mundo conta com a parceria da Rede Refúgios para o amparo e complemento de alguns acessos, bem como para melhor compreensão da língua e realidade apresentada por indivíduos ou famílias nessa condição.

Nesse sentido, faz-se necessária uma ação conjunta, intersetorial, para levantamento de fragilidades e potencialidades de cada setor, visando ao acesso a serviços e benefícios para imigrantes na nossa cidade.

De acordo com o Relatório de Diagnóstico MigraCidades 2020, com dados fornecidos pelo governo local em setembro de 2020, entre os meses de janeiro a março, foram registrados 2.754 imigrantes que obtiveram o Registro Nacional Migratório como habitantes do município de São José do Rio Preto.

Já o Relatório de Diagnóstico MigraCidades 2021 registra 2.939 migrantes como habitantes do município, de janeiro de 2000 a junho de 2021, de acordo com dados do Sistema de Registro Nacional Migratório (Sismigra), fornecidos pela Polícia Federal.

Na Região HB, em janeiro de 2022, 76 famílias referenciadas ao CRAS Novo Mundo compunham o seguinte cenário: 51 famílias haitianas, 13 venezuelanas, 5 portuguesas, 2 paraguaias, 2 peruanas, 1 boliviana, 1 colombiana e 1 cubana. Dessas famílias referenciadas, 49 tinham inscrição no Cadastro Único do Governo Federal.

9.1 Um relato de experiência

Como exemplo, citamos o acompanhamento do CRAS Novo Mundo para uma imigrante haitiana, que teve seu bebê nascido no Brasil poucos meses após a sua entrada no país. Chegou como refugiada e foi recebida por membros da família para morarem juntos. Não falando a língua portuguesa e ainda na condição de grávida, não conseguiu trabalho para contribuir com o pagamento do aluguel e, conforme a cultura haitiana, esta mesma família pediu para que ela se retirasse do imóvel, pois não iriam aceitar sua permanência na casa com um bebê para sustento sem a contribuição financeira, pois todos deveriam contribuir. Então, assim que o bebê nasceu, ela foi para outra casa, também de imigrantes, porém, com a promessa de que iria buscar ajuda para poder permanecer nessa moradia com seu filho. Buscou o CRAS com demanda de acesso ao mercado de trabalho, creche para o bebê e alimentação (cesta básica), como forma de contribuição na nova moradia, condição provisória até conseguir ajudar financeiramente no custeio do aluguel.

A partir desse momento, este novo núcleo não concordou em somente receber uma cesta básica mensal, o que levou a equipe do CRAS a articular com a Rede Refúgios para que a usuária tivesse oportunidade de mais amparo, como aprender a língua brasileira e ter acesso a oportunidades de trabalho. Ainda assim, mais uma vez, mãe e filho foram convidados a deixar a moradia onde estavam, e foram para um terceiro núcleo, onde foram recebidos nas mesmas condições, aceitando uma cesta básica até que conseguisse trabalho e pagasse parte do aluguel, isso enquanto um membro daquela moradia estivesse viajando, sabendo que mãe e filho deveriam deixar o local assim que este membro retornasse para o seu lugar na casa.

A usuária ficou sob acompanhamento do CRAS, recebendo cesta básica mensal. Foi inserida na Rede Refúgios, começou as aulas de português e, quando teve uma oportunidade de trabalho, buscou acesso à creche para seu bebê, onde teve o dificultador da exigência de comprovante de moradia em seu nome e/ou em outro nome, com o preenchimento de declaração de próprio punho, para ficar numa lista de espera de vagas. Destaca-se que ainda não sabia nossa língua para tal preenchimento. A usuária, com muita dificuldade e com auxílio do CRAS, escreveu a declaração de próprio punho, porém, não conseguiu a vaga para o bebê, perdeu a oportunidade do trabalho e acabou por desistir de permanecer no Brasil, uma vez que já teria que deixar a nova casa novamente, sem acessos ou avanços.

A usuária comunicou o CRAS e a Rede Refúgios que tentaria sair do Brasil de forma ilegal, atravessando fronteiras com seu filho, preferindo correr riscos e se mudar para o México, para tentar melhor acolhida e sobrevivência. Nesse cenário, destaca-se as fragilidades e lacunas a serem aprimoradas e revistas.

10. IDOSOS

Uma característica marcante do território é a presença de um número expressivo de idosos moradores, com perfis socioeconômicos diversos, assim como de vulnerabilidades de renda, convivência familiar e comunitária ou necessidade de acesso aos serviços de convivência.

O município possui 86.348 idosos, de acordo com a Conjuntura Econômica 2021; os idosos da Região HB somam 13.418, totalizando 15,5% do total.

Com base nas pessoas inscritas no Cadastro Único em agosto de 2021, 2.164 são idosos cadastrados, sendo 1.298 do sexo biológico feminino e 866 do sexo

biológico masculino, representando 34% do total das 6.427 pessoas inscritas na Região HB.

Em virtude do comprometimento da aposentadoria e da necessidade de custear aluguel, medicamentos, entre outras necessidades básicas, constata-se a procura crescente do serviço por essa população, cujas demandas se concentram em solicitação de cestas básicas, BPC Idoso e Cartão do Idoso.

No território são mais de 700 idosos beneficiários do BPC Idoso, tendo como base o mês de janeiro de 2022, os quais são públicos de atenção prioritária para a manutenção do benefício, assegurando, assim, a segurança de renda.

Outro número expressivo são os idosos inscritos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Idoso, 62 usuários ao todo (base janeiro/2021), com frequência média mensal de 50 idosos. O SCFV tem como objetivo proporcionar atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, desenvolvimento da autonomia, fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e prevenção de situações de risco social.

Os idosos participantes do Serviço (figura 05), constituem um grupo heterogêneo e de perfil ativo, estando inscritos em diversas atividades no território e outros eventos voltados para o público idoso. O sentimento de pertencimento é a principal característica desse grupo.

Figura 05 — Grupo do SCFV - Idoso, realizado no Centro Comunitário Asa Delta.

Fonte: Arquivo CRAS Novo Mundo.

No que diz respeito ao público idoso, uma demanda expressiva nos atendimentos realizados é a busca por Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) por seus familiares, que muitas vezes trabalham e não têm condições de prover os cuidados do idoso ou também são idosos e cuidadores, que tentam por fim, essa modalidade de acolhimento. Nesse contexto, são realizadas orientações sobre as vagas que o município dispõe e critérios para inclusão no Serviço.

11. CREAS

Os dados quantitativos dos levantamentos realizados pelo CREAS, impressões e análises, são resultado do estudo conjunto da equipe, considerando as especificidades das suas atribuições, peculiaridades e vivências do cotidiano profissional.

11.1 Algumas características do Serviço de Medidas Socioeducativas em meio aberto – Região HB

Introdução

Apresentam-se alguns dados coletados sobre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa da Região HB. Para análise, foram selecionados dados da sistematização dos atendimentos do mês de novembro de 2021, considerando o total de 6 adolescentes. Como complemento, serão apresentados alguns dados do diagnóstico realizado pelas equipes do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE/MA)[9] dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social, CREAS I e II, no ano de 2019, tendo como público alvo os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa referenciados ao serviço, que, à época, era de 229 (considerando os dois equipamentos).

Na ocasião, este diagnóstico foi elaborado com a perspectiva de dar visibilidade às particularidades e demandas dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, com o objetivo de ser utilizado como ferramenta de diálogo com as demais políticas públicas e sensibilizá-las sobre a necessidade e a

[9] CREAS 1: Anderson José Soffientini, Juliano Malumbres, Maria Letícia Rillo, Natália Parizotto, Rosa Maria Azevedo e Vitor Guidoti. CREAS 2: João Vitor Silva Busqueti, Johny Welton Brito da Silva, Monica Costa Bueno de Araújo, Tarciso Pansani e Thais Cristina Luiz.

responsabilidade de adequarem-se para atendê-los – visto que apenas através do acesso a tais direitos seria possível garantir a proteção integral destes adolescentes, conforme preconizado pelo ECA (BRASIL, 1990).

Dados das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto na Região HB

Do total de seis adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas da Região HB, verifica-se que metade cumpre Liberdade Assistida (LA) e a outra metade cumpre a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Não há, no momento, nenhum adolescente em cumprimento de medidas cumulativas na Região HB.

São reincidentes 17% dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de LA. No momento do levantamento não havia descumprimento das medidas aplicadas.

Atualmente, 50% dos adolescentes cumprem MSE pela prática de ato infracional de infração de medida sanitária preventiva da pandemia de COVID-19, seguido por tráfico de drogas, 33%, e estupro de vulnerável, 17%.

A infração de medida sanitária é considerada o ato infracional de maior incidência atualmente. Na mesma perspectiva, antes da pandemia, a maior incidência se dava pela infração de falsidade ideológica, sendo grande parte dos adolescentes pertencentes às classes média e média alta, que frequentam as festas da cidade. Os adolescentes que cumprem MSE pela infração de perigo à vida ou saúde de outrem são muitos jovens, quase crianças, que ainda brincam de empinar pipa, mas isso não se aplica à Região HB.

Dados gerais

Dos seis adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa na Região HB, têm-se um para cada idade (que varia de 13 a 18 anos), sendo 67% do sexo biológico masculino e 33% feminino. No momento de elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), 67% dos adolescentes se autodeclararam brancos, seguido por 33% de pardos[10].

Os adolescentes não realizaram declarações sobre orientação sexual. É importante destacar que a equipe sempre respeitou a autodeclaração dos adolescentes na coleta destas informações, independentemente de qualquer possível

[10] Acreditamos que possa ocorrer fenômeno relacionado com a “ideologia do branqueamento” (SILVA, 1995) dentre os adolescentes - o que compreendemos ser, exatamente, uma consequência da percepção sobre o racismo vigente.

divergência[11].

Nenhum adolescente no momento tem filhos. Geralmente este dado está relacionado ao quantitativo de usuárias do SMSE-MA do gênero feminino, que em grande maioria são mães solo, porém não é uma realidade observada no público feminino da Região HB nos últimos anos. Em outro momento, alguns adolescentes do gênero masculino informaram que apesar de serem pais, não exercerem a função paterna.

Saúde

O Sistema Único de Saúde é utilizado por 83% dos adolescentes em cumprimento de MSE, porém relatam que não fazem acompanhamento de rotina em saúde, comparecendo somente em situações de urgência, mais precisamente em Unidade de Pronto Atendimento ou para vacinação na UBS. Foram encaminhados ao Centro de Atenção Psicossocial infantil (CAPS) para triagem 17% dos adolescentes, a mesma porcentagem que afirma utilizar a saúde privada por meio de plano de saúde (convênio), no caso, estes fazem acompanhamento clínico e também preventivo. Observamos que neste território existe significativa demanda à atenção básica de saúde (saúde do adolescente).

No que tange ao uso de substância psicoativa, 33% dos adolescentes do território responderam que já fizeram ou fazem. Nenhum adolescente realizou tratamento em saúde para tanto. Os referidos adolescentes declararam uso recreativo de maconha.

Educação

Iniciaram a MSE sem matrícula escolar 33% dos adolescentes. Atualmente, 17% continuam fora da rede de ensino. Com relação à defasagem escolar, 17% dos adolescentes que deveriam estar cursando o Ensino Médio estão no Ensino Fundamental, somados outros 17% de adolescentes que estão em situação de incompatibilidade de série e idade.

Vale salientar que os adolescentes que estavam fora da rede de ensino relataram dificuldade para efetivar a matrícula na escola, o que também ocorreu em 2019. De acordo com o levantamento feito pelo SMSE-MA 2019, dos 229

[11] A equipe do SMSE/MA acredita que a predominância de adolescentes autodeclarados como heterossexuais, associada ao número de adolescentes que não quis prover tais informações indica a preocupação destes em atender a uma heterrosexualidade compulsória.

adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em São José do Rio Preto, 27% disseram ter tido dificuldades para efetivar sua matrícula escolar, tendo como destaque alguma forma de embaraço do procedimento escolar (9%), a falta de vagas (3%) e a família não ter comparecido à escola para fazê-lo (6%).

Referente ao mesmo levantamento, constatou-se que 62% dos adolescentes tiveram dificuldades em permanecer na escola. Em 11% dos casos estudados foram relatadas as necessidades não atendidas dos adolescentes, que deveriam passar por uma avaliação pedagógica na escola.

Trabalho e Renda

Nenhum adolescente está inserido em sistema de trabalho formal. Dos adolescentes em cumprimento de MSE atualmente, 17% trabalham informalmente, enquanto 17% permaneceram no tráfico de drogas, configurado como uma das piores formas de trabalho infantil. Outros 17% afirmaram que em algum momento realizaram trabalho informal, “bico” em alguma prestação de serviço pontual e rápida, sem continuidade, como garçom e atendente em serv festa. De acordo com o levantamento SMSE-MA 2019, a ocupação habitual dos adolescentes em trabalho informal era, em sua maioria, em algum tipo de trabalho braçal, como servente de pedreiro ou pintor, por exemplo.

Atualmente 17% dos adolescentes foram encaminhados para instituição que oferta cursos profissionalizantes com contrapartida financeira, e com objetivo de inclusão no mercado de trabalho no futuro. Porém, devido aos critérios de idade e escolaridade, estabelecidos pelas respectivas instituições, não conseguiram inserção. Os adolescentes em cumprimento de MSE raramente são incluídos em cursos profissionalizantes, estágio, Jovem Aprendiz ou programas com essa finalidade. Somente 17% dos adolescentes fizeram algum tipo de curso profissionalizante e isso se deu durante o período de internação na Fundação Casa.

Dos adolescentes do território HB, 34% relataram interesse em fazer curso de mecânica de moto. Houve aquisição do respectivo curso pela SEMAS e, portanto, esses adolescentes foram devidamente incluídos. Os demais têm interesse em curso de barbearia e de informática.

Segundo o levantamento SMSE-MA 2019, 28% dos adolescentes alegam não ter feito cursos por terem outros interesses, 22% alegam como impeditivo o custeio do curso, 18% que os cursos gratuitos não são de seu interesse, 6% que não têm vagas

no curso de seu interesse, 9% não atenderam aos critérios de matrícula, 4% informaram que os cursos eram ofertados em locais distantes do domicílio, 6% relataram conflito entre o horário de trabalho e os cursos disponíveis, 4% alegaram não poder custear o transporte.

Cultura, Lazer e Esporte

Os adolescentes, em cumprimento de medida socioeducativa da Região HB, não indicaram espaços de cultura em seu território de moradia (embora tenha) e a maioria afirma falta de interesse nas respectivas atividades. O espaço de cultura citado por 34% dos adolescentes é o cinema (localizado em Shopping). Nota-se que 17% dos adolescentes que acessaram outras atividades culturais (teatro) são de família que possuem renda mensal maior e 17% dos que são oriundos de MSE de internação acessaram atividades culturais (hip hop) na Fundação CASA.

No que diz respeito à prática de esporte, 34% dos meninos afirmam que jogam bola (futebol), entretanto, não em condição de treino ou atividade sistemática, caracterizando como uma atividade de lazer, enquanto 17% fazem academia (jovem de renda superior), 17% mencionam andar de bicicleta, 34% gostam de soltar pipa enquanto atividade de lazer. Os adolescentes também entendem como lazer passar um tempo com os amigos e participar de jogos eletrônicos.

Desafios encontrados/ Considerações Finais

Observa-se que os números apresentados colocam muitos desafios tanto ao serviço de medidas socioeducativas quanto às demais políticas públicas no sentido de garantir a proteção integral dos adolescentes.

Destaca-se como um dos principais desafios nos atendimentos do SMSE-MA a necessidade de propostas de metodologias interessantes para adolescentes de 13 anos a 20 anos, atendendo às particularidades de cada faixa etária. É necessário atender qualificadamente as adolescentes do gênero feminino, evitando que suas particularidades e necessidades sejam invisibilizadas pela baixa quantidade deste público que está em cumprimento da MSE. O número de mulheres (gênero feminino) geralmente é menor, portanto, precisaria ter técnicas que abarquem as demandas por elas apresentadas. Elenca-se a necessidade de trabalhar as temáticas sobre raça/etnia, gênero (modelos de masculinidade, heteronormatividade, paternidade, autocuidado, etc.).

Com relação às políticas públicas, o diálogo com a saúde se faz necessário no

sentido de garantir atendimento às demandas destes adolescentes na atenção básica. Com relação à educação, observa-se o desafio de garantir o acesso e permanência destes adolescentes no ambiente escolar, incluindo a atenção às especificidades que possam apresentar. Faz-se necessária a criação de programas, inclusive de incentivo de renda, para combate da evasão escolar no Ensino Médio, devido às altas taxas de evasão nesse período escolar.

Com relação ao trabalho e renda, se reconhece a urgência de garantir que tais adolescentes tenham acesso aos cursos que efetivamente têm interesse, e que as agências não apenas flexibilizem as políticas de encaminhamento para as vagas, mas também se engajem no desafio de inseri-los no mercado formal, de acordo com os parâmetros de proteção ao trabalhador entre 14 e 17 anos (BRASIL, 1990). Tais instituições, junto aos programas municipais, deveriam ofertar condições de atividades de formação de caráter educativo com contrapartida financeira, para que os adolescentes pudessem de fato contar com boa formação, uma vez que além de excluir adolescentes em cumprimento de MSE devido a critérios estabelecidos, essas instituições acabam corroborando condição de subemprego.

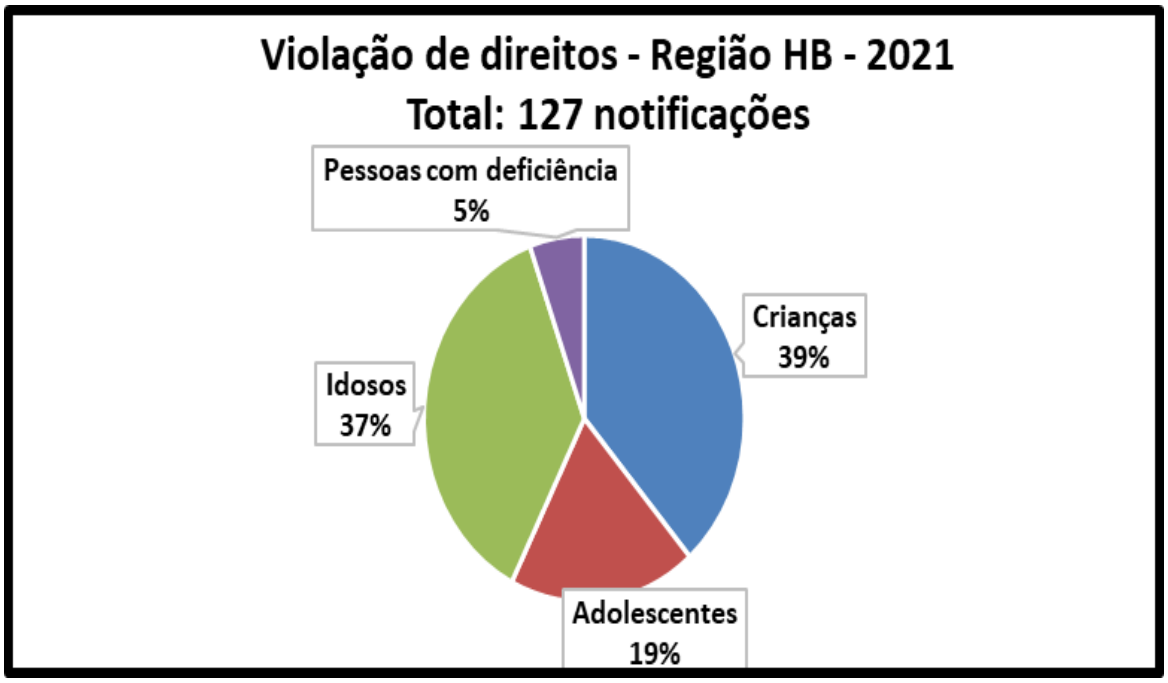
Com relação ao esporte, cultura e lazer, observa-se que os adolescentes de baixa renda têm pouco acesso, o que requer a criação de ações específicas que os atenda em seus territórios de vivência.

11.2 PAEFI

Violência e violação de direitos – PAEFI

De acordo com o gráfico 6, entre janeiro e dezembro de 2021, o CREAS I recebeu 127 notificações indicando situações de violação de direitos na região HB. Destas, 49 notificações envolveram crianças (39%) e 24 envolveram adolescentes (19%); 47 apontaram situações de violação com idosos (37%) e 7 notificações indicaram violação com pessoas com deficiência (5%). Esses dados foram sistematizados a partir da lista nominal das famílias atendidas de janeiro a dezembro de 2021.

Gráfico 06 — Violação de Direitos - Região HB - 2021.



Fonte: CREAS I.

No quadro 5, apresenta-se o quantitativo de notificações por ciclo de vida e tipo de violação.

Crianças

Entre as crianças, destaca-se que 35% das notificações apresentaram vivências de negligência, 28,5% violência física, 26,5% violência psicológica, 10% abuso sexual e nenhum registro de trabalho infantil.

Adolescentes

Entre os adolescentes, 42% das notificações indicaram violação por negligência, 8% violência física, 25% violência psicológica, 12,5% abuso sexual, 8% trabalho infantil e 4% discriminação em decorrência da orientação sexual.

Quadro 5 — Número de notificações de violação conforme tipo e ciclo de vida.

TIPOS DE VIOLAÇÕES	CRIANÇAS	ADOLESCENTES
Negligência	**17**	**10**
Violência física	**14**	**2**
Violência psicológica	**13**	**6**
Abuso Sexual	**5**	**3**
Trabalho Infantil	**0**	**2**
Discriminação – orientação sexual	**0**	**1**
TOTAL	**49**	**24**

Fonte: CREAS I.

Identifica-se, portanto, que a maior incidência das violações ocorridas com crianças diz respeito à negligência, violência física e violência psicológica, sendo que se pode considerar que os genitores ou responsáveis, muitas vezes, ainda têm a ideia patriarcal de que corrigir é agredir, ou então, utilizar de xingamentos.

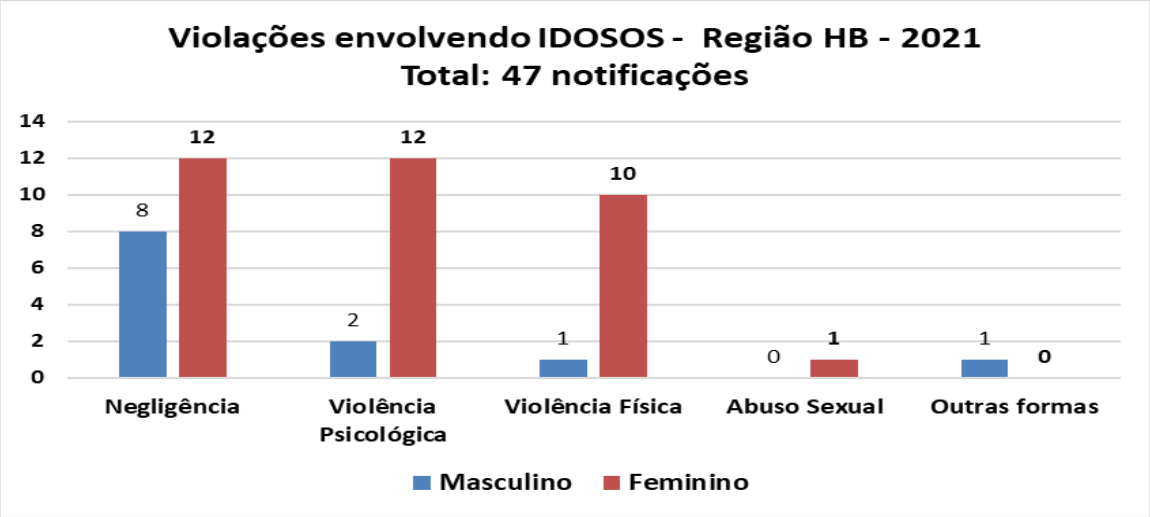
Com relação à negligência que ocorre na prestação de cuidados das crianças e adolescentes, observa-se, que além das dificuldades de apropriação da função de proteção, também há os obstáculos impostos pela rede de atendimento, que não consegue atender às demandas específicas de cada família em sua totalidade e particularidades.

Já o trabalho infantil aparece como possibilidade de renda para os adolescentes, que em sua maioria, vivenciam situações de vulnerabilidade social e econômica, tendo em vista o desejo de apropriação e pertencimento, pois muitas vezes, esses adolescentes, não sabem ler e escrever e não enxergam perspectivas de construção de outra realidade.

Idosos

No gráfico 7, que diz respeito à pessoa idosa e os tipos de violações sofridas, verifica-se que 74,5% das violações envolveram o sexo feminino e 25,5% o sexo masculino. Dentre os **idosos do sexo biológico masculino**, 67% das notificações foram com relação à negligência, 8% envolveram violência física, 17% violência psicológica e 8% se deram em decorrência de outras formas de violação decorrentes de discriminação/submissão a situações que provoquem danos e agravos a sua condição de vida que o impede de usufruir autonomia e bem estar. Dentre os **idosos do sexo biológico feminino**, 34% indicaram violação por negligência, 28,5% violência física, 34% violência psicológica e 3% abuso sexual.

Gráfico 07 — Violações Envolvendo Idosos - Região HB - 2021.



Fonte: CREAS I.

Com base no gráfico 7, pode-se concluir que a grande parte das violações ocorridas com idosos são cometidas contra mulheres, especialmente as violências físicas e psicológicas, muito possivelmente devido às vivências culturais de desigualdade, nas quais a mulher ainda é vista como ser indefeso, que deve submeter-se aos homens e exercer os cuidados para com a casa e os familiares.

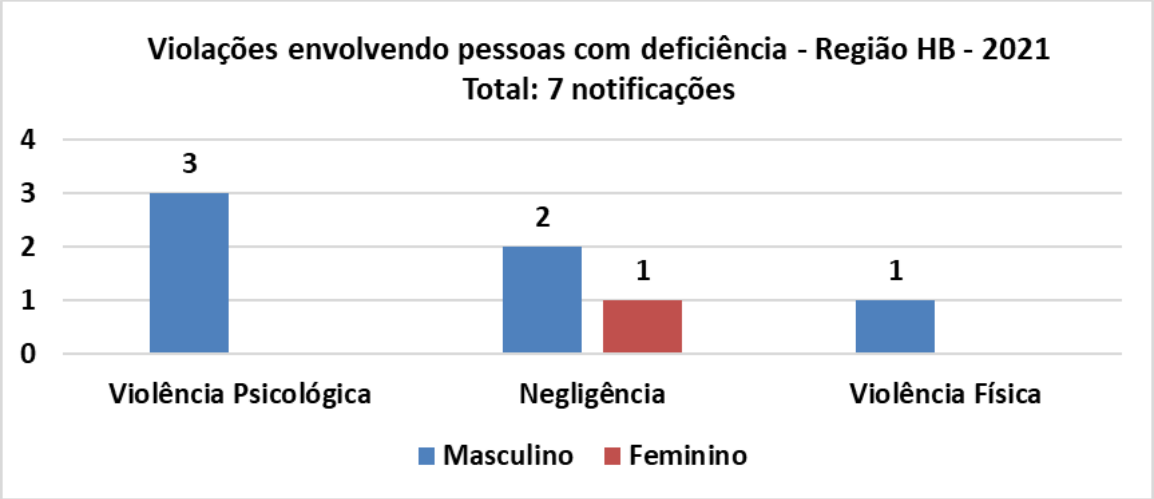
Além disso, muitas violações de direitos contra idosos são cometidas pelos próprios filhos, que também possuem idade avançada e não têm condições de ofertar os cuidados integrais de que esses idosos necessitam.

Observa-se grande incidência de casos em que os familiares, em sua maioria, filhos ou irmãos, necessitam de esclarecimentos e auxílio para organização da prestação de cuidados aos seus idosos.

Pessoa com Deficiência

Em relação à pessoa com deficiência, demonstrados no gráfico 8, observa-se 86% do sexo masculino e 14% do sexo feminino. Dentre os homens, 33% das notificações indicaram situações de negligência, 17% violência física e 50% violência psicológica. Dentre as mulheres, 100% indicaram violação por negligência.

Gráfico 08 — Violações envolvendo pessoas com deficiência - Região HB - 2021.



Fonte: CREAS I.

Quanto às violações ocorridas com pessoas com deficiência, pode-se inferir que os cuidadores, muitas vezes devido à sobrecarga e falta de preparo emocional e físico para lidar com a pessoa com deficiência, acabam agredindo essas pessoas verbalmente e psicologicamente, ou então, negligenciando os cuidados delas, por não terem condições ou não saberem como ofertar tais cuidados. Muitas vezes esses cuidadores já são idosos e não conseguem ofertar os cuidados de que as pessoas com deficiência necessitam.

Considerações

Observa-se que, em todos os segmentos, o maior índice de violação de direitos no território HB em 2021 foi pertinente a situações de negligência ou abandono, o que correspondeu a 39% das violações notificadas, seguida da violência psicológica que totalizou 28%, violência física 22%, abuso sexual 7%, trabalho infantil 1,5% e discriminação em decorrência da orientação sexual, bem como outras formas de violação decorrentes de discriminação/submissão a situações que provoquem danos e agravos caracterizaram 0,8% cada.

Entre janeiro e dezembro de 2021, a Região HB, por intermédio do CREAS I, recebeu 19 solicitações de inclusão de idosos em ILPI e 1 solicitação para inclusão em Centro Dia, sendo que estes casos não caracterizaram situações de violação de direitos.

Nota-se o não entendimento do trabalho desenvolvido em PAEFI por profissionais da rede intersetorial e socioassistencial, o que dificulta a atuação conjunta nos casos em acompanhamento.

Vale ressaltar que a rede de atendimento existente no território apresenta demasiada dificuldade em compreender o fluxo de notificação frente às situações de suspeita/e ou confirmação de violação de direitos, sendo este um fator de agravamento para a não notificação ou subnotificação das situações identificadas.

Observa-se que, mesmo havendo um fluxo municipal estabelecido, há desencontros na comunicação/orientação da condução dos casos nos diversos equipamentos da rede de proteção tanto municipal como em órgãos de Defesa de Direitos. Destaca-se a necessidade de fortalecer o fluxo e articulação com a rede municipal de saúde para atendimento ou trocas de informações sobre os casos apresentados.

Muitas vezes os casos notificados ao CREAS advêm da Delegacia da Mulher e/ou são encaminhados pela Vara da Infância e Juventude, mas não são encaminhados aos CAPS para avaliação, sendo que se faz uma ressalva especial quanto aos casos de suspeita de abuso sexual cometidos contra crianças e/ou adolescentes, que chegam ao CREAS com diversas atuações da rede de proteção, porém, muitas vezes, a vítima não foi avaliada para atendimento junto ao CAPS Infantil.

Além dessas questões, é importante mencionar a grande demanda em saúde mental apresentada junto aos casos em acompanhamento. Tais condições de saúde mental, muitas vezes, geram a violação ou são condições de agravamento dessas situações e demandam intervenção da política de saúde.

Também é importante mencionar que o CREAS conta com poucos psicólogos para atuação nos casos onde surgem essas demandas, tendo os profissionais existentes que desdobrarem-se para realização de atendimentos junto ao assistente social de outros territórios, já que são poucos os territórios atendidos por este CREAS 1 que contam com a dupla psicossocial.

12. PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Na Região HB, são oito os pontos consolidados de concentração de pessoas em situação de rua, a saber:

1. Avenida Faria Lima, 5928 - Vila São Manoel;
2. Avenida Jose Munia - em frente a uma rede de supermercado;
3. Tubulação do Córrego Canela no canteiro central da Avenida José Munia esquina com Rua Roberto Simonsen, Vila Nova Redentora (em frente a um hotel);
4. Tubulação do Córrego Canela canteiro central da Avenida José Munia, Jardim Morumbi (Próximo 6380);
5. Ponto de apoio São Francisco - terreno baldio (atrás de um condomínio);
6. Praça Centro Esportivo Professor Bento Abelaira Gomes (Estoril);
7. Av. Potirendaba - (ao lado de uma caixa d’água) - Estoril;
8. Av. Artur Nonato, em frente a uma rede de supermercados.

Na avenida José Munia são três pontos consolidados, sendo um deles de mendicância e dois utilizados como moradia (tubulação do córrego Canela).

Entre os pontos consolidados, vale destacar que o mais complexo é o da Avenida Arthur Nonato, em frente a uma rede de supermercado. No Centro Esportivo Bento Abelaira, depois da reforma, a população em situação de rua se aglomera ao final do dia.

Neste território, a população se configura da seguinte forma: população em idade economicamente ativa, composta por munícipes moradores de rua (categoria

5), migrante morador de rua (categoria 4) e munícipes (categoria 3), que alternam entre casa e rua, devido ao uso de substâncias psicoativas.

13. COLETA DE DADOS

13.1 Relatório Mapa Falado Região HB

O Mapa Falado permite compreender a dinâmica dos fenômenos sociais a partir da ótica dos usuários dos serviços e dos profissionais da rede socioassistencial e intersetorial da Região HB, traduzindo as vivências, as experiencias e expectativas que apontam as potencialidades e fragilidades presentes no território. As informações nele contidas subsidiam a reorganização das ofertas e implantação de novas políticas públicas.

Nessa perspectiva, em 17 de março de 2022 foi realizado o Mapa Falado da Região HB no Núcleo Educacional “José Luiz Spotti” da Vila Azul, das 8h30 às 12h, com a presença de seis profissionais da rede socioassistencial, três usuários, quatro profissionais do CRAS, um profissional do CREAS e equipe do Departamento de Vigilância Socioassistencial. Os convidados foram orientados sobre o Diagnostico Socioterritorial que vem sendo construído, sobre a técnica do Mapa Falado e categorias a serem utilizadas para compor a discussão a partir da área de abrangência da Região HB, sua dimensão territorial, composição e rede socioassistencial disponível.

Os convidados apontaram no mapa impresso (figura 06) as presenças e ausências dos serviços, as marcas e principais características da Região HB, sinalizadas com seis cores distintas.

Os temas mapeados conforme legenda abaixo foram:

1 - Amarelo - Presença de serviços públicos, entidades e organizações;

2 - Vermelho - Locais e situações de risco;

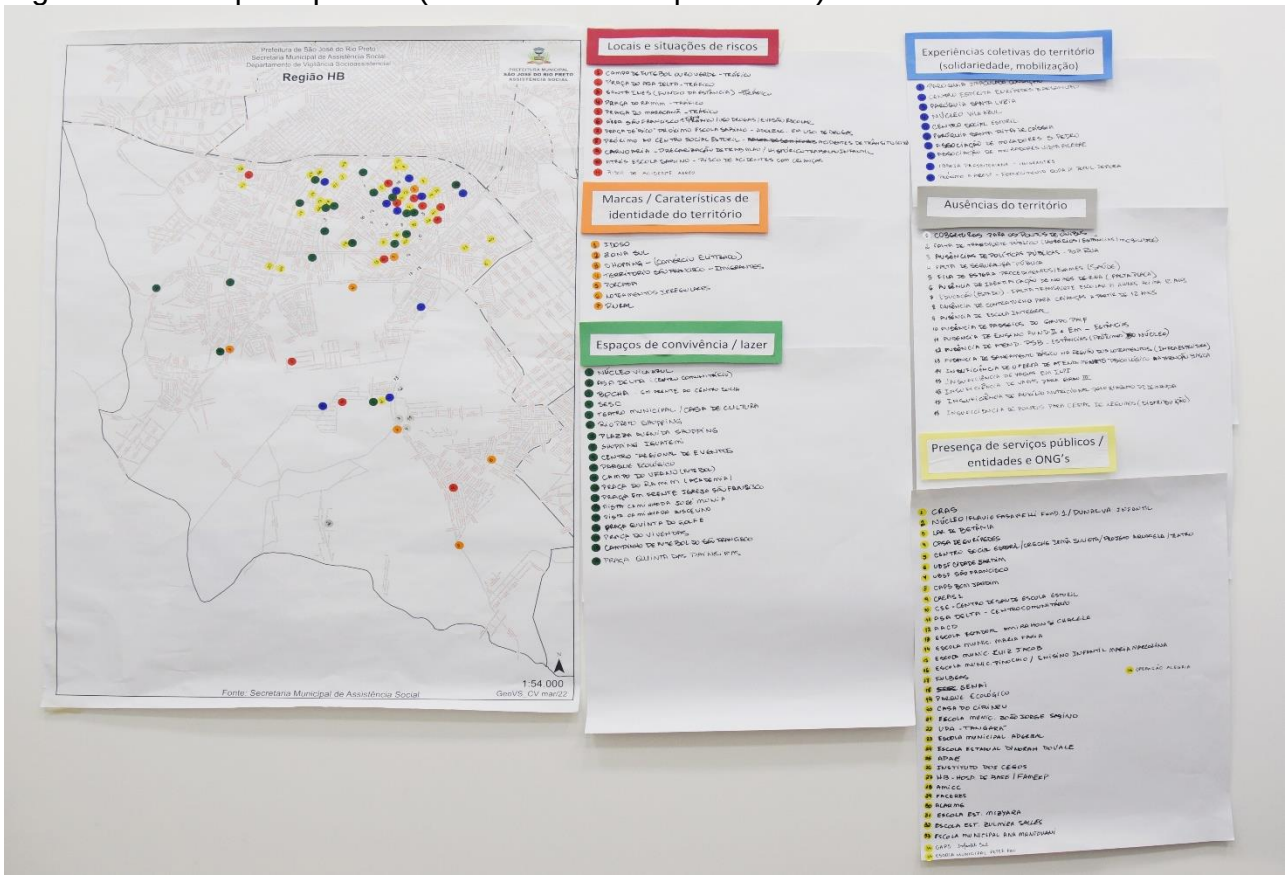
3 - Verde - Espaços de convivência e lazer;

4 - Azul - Experiências coletivas do território (solidariedade/mobilização);

5 - Laranja - Marcas / Características de identidade do território;

6 - Prata - Ausências do território.

Figura 06 — Mapa impresso (resultados do Mapa Falado).



Fonte: Acervo Semas.

Amarelo – Presença de serviços públicos / entidades e Organizações

1 Centro de Referência da Assistência Social - CRAS Novo Mundo;

2 Núcleo da Esperança Vila Azul “José Luiz Spotti”;

3 Lar de Betânia (ASELB);

4 Casa de Eurípedes;

5 Centro Social Parque Estoril/Creche Irma Julieta;

6 UBSF Cidade Jardim (Unidade Básica de Saúde da Família Cidade Jardim “Marinês Brambilla”);

7 UBS São Francisco (Unidade Básica de Saúde São Francisco “Dr. Hubert Richard Pontes”);

8 CAPS Bom Jardim (Centro de Atenção Psicossocial Adulto Bom Jardim);

9 Centro de Referência Especializada da Assistência Social - CREAS II;

10 CSE Estoril (Centro de Saúde Escola Parque Estoril “Dr. José Paulo Cipullo”);

11 Centro Comunitário Asa Delta;

12 Associação de Reabilitação da Criança Deficiente (ARCD);

13 Escola Estadual Professora Amira Homsi Chalella (EMI);
14 Escola Municipal Maria Faria de Vasconcelos;
15 Escola Municipal Luiz Jacob;
16 Escola Municipal Pinóchio/Escola de Educação Infantil Maria Marcolina;
17 Fundação Líbero Badaró de Ensino, Assistência Social e Cultura (FULBEAS);
18 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
19 Parque Ecológico Educativo “Danilo Santos de Miranda”;
20 Casa do Cireneu;
21 Escola Municipal Dr. João Jorge Sabino;
22 UPA Tangará/Estoril (Unidade de Pronto Atendimento Tangará/Estoril “Carlos Aparecido Pianta”);
23 Escola Municipal Prof. Adherbal Abrão dos Santos;
24 Escola Estadual Profa. Dinorath do Valle;
25 Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);
26 Instituto Rioprentense dos Cegos Trabalhadores;
27 Hospital de Base/Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto;
28 Associação dos Amigos da Criança com Câncer (AMICC);
29 FACERES - Faculdade Ceres;
30 Instituto Alarme;
31 Escola Estadual Prof. José Felício Miziara;
32 Escola Estadual Profa. Zulmira da S. Salles;
33 Escola Municipal Professora Anna Mantovani de Andrade;
34 Centro de Atenção Psicossocial Infantil - CAPS Infantil Sul;
35 Escola Municipal Peter Pan;
36 Operação Alegria;

Ao realizarem reflexão sobre esse tópico, os participantes identificaram a rede socioassistencial como presença importante e acessada pelos moradores da Região HB.

Vermelho – Locais e situações de risco

1 Campo futebol do Jardim Ouro Verde - Tráfico de drogas;
2 Praça do Centro Comunitário Asa Delta - Tráfico de drogas;
3 Fundo do bairro Estância Sta Inês - Tráfico de drogas;

4 Praça do Raminho (Jardim Ouro Verde) - Tráfico de drogas;
5 Praça do Jardim Maracanã - Tráfico de drogas;
6 Bairro São Francisco/Jardim Viena - Evasão escolar, uso de substância psicoativa e tráfico de drogas;
7 Praça próxima Escola Municipal Dr. João Jorge Sabino (Praça de Bico) - Uso de uso de substância psicoativas por adolescentes;
8 Proximidades do CSE Estoril (Centro de Saúde Escola Parque Estoril "Dr. José Paulo Cipullo") - Risco de acidentes de trânsito;
9 Carvoaria - Precarização do trabalho, histórico de trabalho infantil;
10 Proximidades da Escola Municipal Dr. João Jorge Sabino - risco de acidentes com crianças falta de sinalização;
11 Risco de acidente aéreo devido aos aviões que sobrevoam a Região, além dos agrotóxicos que os aviões lançam no território.

Como análise dessa categoria, os participantes pontuaram a identificação de espaços caracterizados com a presença de tráfico de drogas. Destacaram a presença de adolescentes na Praça do Jardim Ouro Verde e Praça do Raminho, em virtude da ausência de políticas públicas direcionadas a essa população no território.

Verde – Espaços de convivência e lazer

1 Núcleo da Esperança Vila Azul “José Luiz Spotti”;
2 Centro Comunitário Asa Delta;
3 Bocha (frente ao CSE Estoril);
4 Serviço Social do Comércio (SESC);
5 Teatro Municipal/Casa de Cultura;
6 Riopreto Shopping Center;
7 Plaza Avenida Shopping;
8 Shopping Iguatemi;
9 Centro Regional de Eventos;
10 Parque Ecológico Educativo “Danilo Santos de Miranda”;
11 Campo de futebol do Jardim Urano;
12 Praça do Raminho (academia);
13 Praça em frente da Paróquia São Francisco de Assis;
14 Pista de caminhada da Avenida José Munia;

15 Pista de Caminhada da Avenida Presidente Juscelino K. de Oliveira;
16 Praça do Condomínio Quinta do Golfe;
17 Praça José Gerosa (Praça do Vivendas);
18 Campo de futebol do São Francisco.

No que se refere aos espaços de convivência e lazer, destacaram a insuficiência de oportunidades para jovens, poucas ofertas de atividades esportivas, de lazer e cultura. Destacaram, ainda, a possibilidade de articulação junto à saúde para o desenvolvimento de atividades para adolescentes, pois há dificuldade desse segmento em acessar os serviços de atenção básica, principalmente.

Azul – Experiências coletivas do território (solidariedade/mobilização)

1 Paróquia Imaculada Conceição de Nossa Senhora - Doação de enxoval de bebê;
2 Centro Espírita Eurípedes Barsanulfo - Doação de enxoval de bebê;
3 Paróquia Santa Luzia;
4 Núcleo da Esperança Vila Azul “José Luiz Spotti”;
5 CSE Estoril (Centro de Saúde Escola Parque Estoril "Dr. José Paulo Cipullo");
6 Paróquia Santa Rita de Cássia;
7 Associação de Moradores São Pedro;
8 Associação de Moradores Vista Alegre;
9 Igreja Presbiteriana - Imigrantes;
10 Atrás da ARESP - Associação Regional dos Servidores Públicos - Fornecimento de sopa.

Nesse tópico, os participantes elucidaram que, em decorrência da discrepância de renda, o território se define como elitizado e se caracteriza pela desigualdade social, dificuldade de acesso às políticas públicas e de estabelecimento de rede de apoio, preponderando o individualismo. Pontuaram que as relações e articulações comunitárias em bairros mais vulneráveis são mais palpáveis e que se faz necessário fomentar a rede de apoio comunitária para convivência da população idosa.

Foi relatado na discussão que a própria comunidade tem dificuldade de se identificar como pertencente dos espaços de convivência disponíveis, que há pouca participação da população nas ações de mobilização em razão da descrença sobre a

resolutividade das solicitações e demandas por ela levantadas e a necessidade de *feedback* para que a população se sinta acolhida em relação às suas demandas.

Diante dessa discussão, fica o questionamento sobre a falta de solidariedade e convivência da população da Região HB, se é generalizada ou é característica de localidades específicas da Região, se a rede comunitária de solidariedade é restrita ou inexistente.

Por fim, foi apresentada a experiência de mobilização do Núcleo Vila Azul com os professores da rede pública local de ensino através de visita ao Auferville, tendo em vista a sensibilização para reconhecimento das condições de moradia da população ali residente, na perspectiva de identificação das dificuldades apresentadas por essa população: moradias precárias, ausência de infraestrutura e rede elétrica limitada impossibilitando o uso concomitante de chuveiro pelos domicílios.

Outra experiência exitosa do Núcleo e explanada aos participantes foi a oferta de atividade física e esportiva (zumba e judô) para a comunidade como estratégia de otimização do uso do espaço, em detrimento do mau uso do equipamento para uso de substâncias psicoativas (SPAs). Para tanto, foi criado um movimento de conscientização sobre cuidado e zelo da estrutura física (bituca de cigarro e drogas), culminando na eliminação de 100% do uso de maconha no equipamento, reforçando a apropriação e pertencimento do espaço pela população local. A piscina, por exemplo, não foi mais alvo de invasão e a parceria com UBS Estoril para exame médico possibilitou seu uso e, com isso, o pertencimento da população.

Laranja – Marcas/Características de identidade do território

1 Idoso;

2 Zona Sul;

3 Shoppings - Comércio elitizado;

4 Imigrantes - Território São Francisco;

5 Porcada da Vila Azul (bar tradicional);

6 Loteamentos não regularizados;

7 Rural.

Nessa categoria não houve pontuações ou destaques, somente indicações.

Prata – Ausências do território

1 Pontos de ônibus com cobertura;
2 Falta de transporte público (horário, itinerário para as estâncias, mobilidade);
3 Ausências de políticas públicas para população em situação de rua;
4 Ausência de segurança pública;
5 Fila de espera para procedimentos de saúde (exames);
6 Ausência de identificação de nomes de rua (placas de identificação);
7 Educação Estadual - Falta de transporte para alunos acima de 12 anos;
8 Contraturno para a faixa etária a partir de 12 anos;
9 Ausência de escola integral para todas as faixas etárias;
10 Passeios em grupo para o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
11 Ausência de ensino fundamental 2 e ensino médio;
12 Ausência de atendimento da Proteção Social Básica (PSB) no Núcleo Vila Azul para facilitar e garantir o acesso das estâncias;
13 Ausência de saneamento básico na região de loteamentos não regularizados;
14 Insuficiência de oferta de atendimento psicológico na Atenção Básica da saúde;
15 Insuficiência de vagas para Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI);
16 Insuficiência de vagas para grau 3 em Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI);
17 Insuficiência de cesta básica para toda a população que demanda do benefício;
18 Insuficiência de pontos de distribuição da cesta de legumes;

Na finalização do encontro, os usuários trouxeram como sonho o desejo de que todas as demandas sejam atendidas e que as pessoas tenham um melhor acesso aos serviços, principalmente crianças e adolescentes. Foi ressaltada a validação que o Mapa Falado permite frente às demandas da população, assim como as demandas levantadas pelas equipes técnicas.

Foi esclarecido que a técnica resulta em um recorte da realidade e que a discussão não se esgota com a realização do Mapa Falado e relatado que a partir da publicação do Diagnóstico Socioterritorial as discussões podem ser retomadas, aprofundadas e monitoradas.

Referiu-se que a reunião do Mapa Falado/Diagnóstico se traduz em oportunidade para convidar as associações para discussão das realidades dos bairros, realidades distintas, nas quais a pessoa consegue refletir e definir as reais necessidades e percepções sobre seu bairro.

13.2 Entrevistas individuais com os usuários

Após a realização do Mapa Falado e escuta das respectivas representatividades, a equipe do CRAS Novo Mundo sentiu a necessidade de entrevistar duas famílias do território que não puderam estar presentes nesse momento tão rico para o diagnóstico da Região.

A entrevista foi previamente agendada e as autorizações devidamente assinadas[12]. Teve como objetivo entender como as usuárias compreendem o espaço onde moram, as dinâmicas ali estabelecidas, as potencialidades e fragilidades do território, bem como o acesso aos serviços.

Os questionários foram aplicados de forma individualizada, respectivamente nos dias 23 e 25 de março, no próprio equipamento - CRAS Novo Mundo.

Apresentado no quadro 6 o perfil das usuárias entrevistadas.

Quadro 6 — Questionário com usuários - Perfil das entrevistadas.

Usuária	**Idade**	**Gênero**	**Cor**	**Renda Familiar**	**Bairro**	**Há quanto tempo reside no território**	**Composição Familiar**
A	25	Feminino	Parda	R$ 1.835,00	Bom Jardim	9 meses	Companheiro e dois filhos
B	29	Feminino	Branca	R$ 500,00	São Francisco	10 anos	5 filhos

Fonte: CRAS Novo Mundo.

A **usuária A** acessa o CRAS semanalmente, pois ela e as crianças estão inseridas no SCFV 0 a 6 anos. Relatou que o bairro onde reside atende as suas necessidades e de sua família, ressaltando a proximidade de equipamentos públicos e a facilidade de acesso. Relatou ainda que não observa problemas quanto aos

[12] O levantamento de dados com os usuários não irá passar pelo comitê de ética visto que se enquadra nas exceções depostas no Parágrafo Único do Artigo 1º da Resolução CNS 510/2016. Trata-se de levantamento de dados para uso na política pública e as pessoas terão as informações preservadas em sigilo e não serão identificadas. Realizou-se um termo de autorização explicitando a finalidade da pesquisa.

serviços ofertados. Ao ser indagada sobre trabalho e renda, pontuou as dificuldades do período que passaram por desemprego logo quando chegaram ao município e pontuou que hoje conseguem garantir o básico para sobrevivência. Quanto às questões relacionadas a crianças e adolescentes, disse que os serviços contemplam sua necessidade e, em relação aos idosos, não opinou. No que tange ao acesso aos serviços e à mobilidade urbana, destacou que sua família não tem dificuldades para acessar o CRAS, escolas e rede de saúde, porém, em relação a lazer e cultura disse não ter condições financeiras devido ao valor da tarifa do ônibus e custo do combustível, reforçando em seu relato que em nove meses domiciliada no município, a família foi apenas uma vez ao shopping e à represa municipal.

A **usuária B** acessa o CRAS devido ao Programa de Transferência de Renda e cesta básica. Relatou que na região onde mora faltam projetos voltados para crianças e adolescentes e um parque para as crianças brincarem. Indicou que no bairro há presença de um campo de futebol, porém sem a manutenção adequada. Em relação aos serviços de Saúde, Educação e Assistência Social, pontuou que não são próximos da sua residência. No que se refere aos problemas que a região possa apresentar, elencou os seguintes problemas: a distância de sua casa ao CRAS e o acesso dificultado pela linha de ônibus, bem como a insuficiência do número de cestas básicas para atender a população, a falta de projetos voltados ao contra turno da escola e escola integral, o que ocasiona o fato das mães terem que deixar os filhos sozinhos em casa enquanto trabalham. Referente ao trabalho e renda, relatou a dificuldade de acessar o emprego formal devido aos cuidados com os filhos e falta de formação profissional.

Quanto a questões relacionadas a crianças e adolescentes, levantou a questão da presença do tráfico e uso de drogas intensos, atingindo crianças a partir de dez anos. Ressaltou, novamente, a importância de iniciativas de cultura, esporte e lazer nas proximidades de sua casa como alternativa para tirar as crianças da rua. Já em relação aos idosos, nos trouxe a importância de o CRAS executar um grupo de idosos no bairro, pontuando a distância do Asa Delta e impossibilidade de alguns acessarem. Também relatou sobre a falta de manutenção dos aparelhos de ginástica, que poderiam ser utilizados por esse público e, em relação à saúde, colocou sobre a falta de medicamentos e os exames que estão sendo agendados com data distante. Referente ao acesso a serviços e a mobilidade urbana, ressaltou a dificuldade de

acesso ao CRAS devido ao transporte público, a sobre a importância de aumentar a equipe e manter atendimento remoto.

Os apontamentos realizados pelas **usuárias A e B** permitem um olhar mais cuidadoso a respeito da região do HB, sobretudo no que diz respeito à sua dimensão territorial e como os usuários circulam por ela, trazendo dados importantes a serem discutidos.

13.3 Análise da coleta de dados

Região HB – Um território da Zona Sul

Ao traçar o perfil do território, elencar suas principais características e realizar a coleta de dados com os profissionais da rede e usuários dos serviços, é possível realizar uma leitura e análise da realidade social estabelecida na Região HB, seus cenários e vivências cotidianas.

Constituindo a maior Região do município e localizado na Zona Sul, o território traz singularidades que despertam uma discussão necessária e oportuna, as quais serão apresentadas a seguir em sete categorias: potencialidades, fragilidades, renda e benefícios, mobilidade urbana, criança e adolescente, presença significativa do público idoso e imigrantes.

- **Potencialidades**

Como apresentado nesse documento, a Região HB conta com um número significativo de serviços ofertados pela rede socioassistencial de execução direta e indireta e pela rede intersetorial. Ao olhar para o Mapa Falado, confirma-se essa informação e se percebe que há uma concentração desses equipamentos na área próxima ao bairro Parque Estoril. Tratando-se de rede intersetorial, atualmente as reuniões são realizadas mensalmente e favorecem o maior conhecimento dos serviços e busca apresentar o fluxo destes, visando a facilitar o acesso da população e seu melhor atendimento.

No que se refere às experiências coletivas, pode-se assinalar que existem no território instituições, em sua maioria de cunho religioso, que ofertam alguns serviços e realizam trabalhos sociais que beneficiam a população. No Mapa Falado essa rede de solidariedade e mobilização é identificada como positiva quando acionada. Existem também espaços de convivência que proporcionam a prática de esportes, cultura e lazer como

parques, campos de futebol, praças, teatro municipal, centro de eventos, bem como três shoppings, todos apontados no Mapa Falado.

Referente aos serviços ofertados pelo CRAS Novo Mundo, já foi pontuado o aumento da demanda, mas vale ressaltar que a Secretaria Municipal de Assistência Social tem olhado com atenção para esse território, aumentando o número de profissionais, cestas básicas e possibilitado articulações para melhorar os serviços ofertados. A equipe do CRAS planeja ampliar as ofertas de serviços, trazendo sempre nas discussões a qualidade destes. Na coleta de dados constatamos uma avaliação positiva do serviço, mas também um forte anseio pelo aumento da oferta.

- **Fragilidades**

Nessa categoria, traz-se a discussão de uma importante fragilidade que permeia o território e ficou muito evidente com a Pandemia da COVID-19, a exclusão digital. Apresenta-se, no decorrer do texto, a necessidade de a população acessar o CRAS na busca de garantir acesso às demais políticas, tendo como principais solicitações o acesso a serviços e agendamento da Previdência Social e Defensoria Pública.

Nas rodas de conversa foi apontada a exclusão que permeia a insuficiência ou ausência dos serviços.

Com base na leitura do documento e nas coletas de dados, pode-se dar visibilidade a outra fragilidade, que se refere às realidades socioeconômicas distintas e antagônicas, como exemplo os bairros Jardim Maracanã e Estância Matinha (figura 07), onde há ausência de pavimentação nas vias públicas e em contraponto convive com condomínios de alto padrão.

Figura 07 — Bairro Matinha e Jardim Maracanã.

Fonte: acervo SEMAS.

Os usuários das estâncias sentido Vila Azul sinalizam a dificuldade de acessarem os equipamentos e trazem a necessidade de ampliação dos serviços.

Os bairros e loteamentos que se localizam entre a avenida Juscelino Kubitschek até o limite de município com a cidade de Bady Bassit ficam distantes e, consequentemente, bem afastadas de todos os serviços.

- **Renda e benefícios**

No decorrer do texto foram apresentados os dados sobre o aumento da procura pelo CRAS nos últimos três anos. A insuficiência ou ausência de renda são os principais motivos que trazem a população ao serviço, buscando por Programas de Transferência de Renda, Benefício de Prestação Continuada, Projeto Viva Leite, cesta de legumes e cesta básica.

No Mapa Falado foram apontadas a insuficiência de oferta de cesta básica para atender todos os usurários que demandam pelo benefício e a insuficiência de pontos de distribuição da cesta de legumes. Na coleta de dados com as usuárias, a insuficiência da cesta básica também esteve presente e pontuaram a dificuldade de acesso ao trabalho formal devido à falta ou baixa qualificação, além de projetos para deixarem as crianças.

Essa categoria merece um olhar atento, pois é um território da zona sul que condensa bolsões de pobreza e áreas de loteamentos não regularizados, contrapondo os condomínios de alto padrão e bairros com poder aquisitivo elevado. Em virtude do aumento dessa vulnerabilidade de renda, que ficou mais acirrada com a pandemia da COVID-19, o CRAS planeja ações estratégicas que visam a contribuir para o maior acesso e permanência das famílias nos benefícios e Programas de Transferência de Renda, como: busca ativa para os beneficiários do BPC, visando à manutenção do benefício e para as famílias com crianças de 0 a 6 anos.

A oferta de cursos do Programa Inclusão Produtiva também vem ao encontro da necessidade de ampliar as oportunidades de mercado de trabalho, assim como as orientações sobre o Balcão de Empregos da Prefeitura (Secretaria Municipal do Trabalho e Emprego), bem como divulgação e encaminhamentos para projetos de contra turno escolar.

Mobilidade Urbana: distância x acesso

A mobilidade urbana ganha destaque nesse Diagnóstico, merecendo uma discussão mais aprofundada.

O território da Região HB é o maior em extensão territorial, o que traz impactos relevantes na circulação da população e acesso aos serviços. No que se refere às estâncias, essa questão fica ainda mais acentuada, tendo em vista que dos 88 bairros que compõem a Região, 30% são estâncias.

No Mapa Falado essa questão se sobressaiu. O Núcleo da Vila Azul e duas escolas, uma de Educação Infantil e outra de Ensino Fundamental 1, são os únicos equipamentos marcados no item presença de serviços públicos, bem como os únicos espaços de convivência.

As estâncias apresentam poucas experiências coletivas e se destacam na discussão das marcas do território sendo assinalado como zona rural e com presença de loteamentos não regularizados.

Ao se discutir as ausências, são assinalados a falta de equipamentos públicos como assistência social e educação estadual, bem como a precariedade do transporte público e saneamento básico.

Na coleta de dados com as usuárias, pode-se perceber que a mobilidade urbana também foi apontada como algo a melhorar. A discussão levantada no Diagnóstico vem ao encontro do resultado das coletas de dados. A população acessa o CRAS, mas pontua as dificuldades que encontra. Nas oportunidades de espaços de fala e avaliação do serviço, trazem a necessidade de ter equipe volante, ou seja, a necessidade da equipe se deslocar até o espaço onde residem.

Os horários e a pouca oferta do transporte público dificultam o acesso ao CRAS. Nessa perspectiva, um novo ponto de atendimento vem sendo pensado no Núcleo da Vila Azul, o que trará maior proximidade do serviço para esta população. Espera-se que a oferta do serviço no Núcleo Vila Azul seja tão positiva quanto o novo ponto de entrega do Projeto Viva leite, articulado no mesmo local, o que possibilitou à população maior acesso ao benefício e facilitou a sua permanência como beneficiária.

A ampliação da equipe, que já está prevista, também possibilitará ações de busca ativa nas áreas mais afastadas do CRAS, além de prevenir situações que possam vir a comprometer benefícios.

- **Criança e adolescente**

No que se refere às crianças e adolescentes, podemos salientar que o CRAS atende poucos adolescentes no SCFV, enquanto percebemos que o CREAS atende esse público na medida socioeducativa em meio aberto e no PAEFI. Vale ressaltar que os adolescentes cumprem MSE pela prática de ato infracional de infração de medida sanitária (50%), seguida de tráfico de drogas (33%) e estupro de vulnerável (17%). Das 127 notificações no PAEFI, 73 são de crianças e adolescentes, sendo o tipo de violência mais notificada, a negligência.

Nas duas formas de coleta de dados, Mapa Falado e entrevista semiestruturada individual com as usuárias, são assinaladas tanto a presença de equipamentos públicos para SCFV em alguns pontos do território quanto a insuficiência de contraturno escolar, projetos e escolas de período integral. Um ponto abordado também em ambas as modalidades de coletas de dados é a situação de risco vivenciada por essa faixa etária frente ao uso e tráfico de drogas, bem como a falta de iniciativas de cultura, esporte e lazer como meio de evitar crianças nas ruas.

Diante dos dados apresentados, verifica-se a urgência de oferta de mais serviços a essa faixa etária, de serviços que despertem o interesse das crianças e adolescentes com a linguagem própria da idade. Os SCFV e contraturno escolar também contribuem para desenvolvimento integral das crianças e adolescentes, além de não deixar o tempo ocioso para ficarem nas ruas e, ainda, auxiliar na oportunidade dos pais e responsáveis terem mais acesso às atividades laborativas, tendo um lugar seguro para os filhos ficarem enquanto trabalham. Também é necessária a ampliação de vagas de jovem aprendiz e estágios, bem como cursos profissionalizantes.

A proximidade entre CRAS e CREAS também auxilia no entendimento da dinâmica das famílias, discussão de casos e na reflexão sobre estratégias para prevenir novos agravos sociais. Esse diálogo já é algo positivo que precisa ser ampliado.

- **Presença significativa do público idoso**

Uma das características elencadas e trazidas nesse Diagnostico é a importante presença dos idosos na Região HB. Procuramos mostrar que esse público é expressivo no território, que acessam o CRAS com demandas referentes a renda,

insegurança alimentar, Cartão do Idoso e SCFV, e são o segundo maior público de violação de direitos atendidos pelo CREAS.

Nos apontamentos feitos pelos participantes do Mapa Falado, os idosos foram tidos como uma marca do território, público de lugares de convivência como o Centro Comunitário Asa Delta e Centro Social Estoril, bem como assinalada a insuficiência de vaga em ILPIs. Nas entrevistas com as usuárias também surgiram questões de saúde e serviço de convivência e fortalecimento de vínculos.

Diante do cenário apresentado, destaca-se a necessidade de um olhar sensível para essa população. No que tange à Proteção Social Básica, preconizamos a prevenção de vulnerabilidades e riscos sociais através de atendimentos nos três serviços ofertados pelo CRAS, visando à manutenção ou acesso a benefícios e serviços, seja através atendimentos no equipamento ou domicílio. Diante da demanda é possível pensar na ampliação da oferta de SCFV e de locais para o seu desenvolvimento. Já no que diz respeito à Proteção Social Especial, coloca-se como um desafio a ampliação de vagas para ILPIs.

Uma questão que chama a atenção é a demanda de idosos que residem sozinhos e que muitas vezes apresentam dificuldades com a administração de medicamentos e acesso à saúde, sinalizando a necessidade de articulação com a política de Saúde para a criação de um grupo de apoio no domicílio, o que possivelmente seria uma alternativa para atendimento desse público.

- **Imigrantes**

Outra categoria de análise importante é o destaque no número de imigrantes no território. É explícito o quanto a chegada e a vivência deles são marcadas pela precariedade e vulnerabilidade social. No Mapa Falado, aparecem como uma das marcas que trazem a identidade para o território. A precariedade que enfrentam também são pontuadas nas ausências do Mapa Falado, como dificuldades e insuficiências dos serviços de diversas políticas públicas.

É imprescindível a articulação intersetorial para atendimento dessa população. A parceria CRAS e Rede Refúgio é um exemplo positivo de que o atendimento conjunto se faz necessário para garantir o acesso aos serviços e documentações.

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos dados e informações apresentadas é possível compreender a realidade social dos cidadãos da Região HB, um território diverso, heterogêneo e extenso, com realidades e peculiaridades distintas, dicotômicas, nos diferentes espaços que a compõe. Possui aproximadamente 88 bairros, estâncias e loteamentos não regularizados e convive no seu cotidiano com fragilidades e potencialidades identificadas e descritas de acordo com as vivências e percepções da sua população e dos atores da rede socioassistencial de execução direta e indireta.

A realidade exposta nesse Diagnóstico se traduz, essencialmente, em desafios para Política de Assistência Social no que tange à ampliação da oferta dos serviços da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial com espaços de atendimento que garantam acesso à população e visem a minimizar vulnerabilidades, riscos sociais e violações de direitos, efetivando o caráter preventivo, protetivo e proativo da política.

Nesse sentido, estratégias metodológicas inovadoras, descentralização do atendimento, mobilização, articulação e diálogo entre os serviços preconizados pela PNAS e demais políticas públicas, principalmente saúde, educação, transporte, habitação, trabalho e emprego, cultura, esportes e lazer, se fazem necessárias para atendimento das demandas identificadas no percurso de construção desse documento e descritas em todo o seu conteúdo.

Demandas relacionadas ao atendimento de imigrantes e moradores de loteamentos não regularizados e todas as vulnerabilidades decorrentes se fizeram presentes e mereceram destaque em mais de uma oportunidade, tendo em vista que estas demandas trazidas por esse público superam o campo de intervenção da Política de Assistência Social. São ações que necessitam da atuação de diversas políticas públicas.

No contexto pandêmico, com limitação ou suspensão do atendimento presencial em inúmeros serviços, principalmente do INSS, a inclusão digital se apresentou frágil, limitadora do acesso, segregadora e excludente. Os atendimentos destas demandas de outros serviços e políticas públicas foram realizados pelos trabalhadores do SUAS, na tentativa de garantir o acesso dos usuários, frente ao compromisso de proteção social, que é o principal objetivo da Assistência Social. É importante ressaltar que a Previdência Social e a Defensoria Pública continuam até a presente data (abril de 2022) priorizando atendimento remoto.

Em contrapartida, experiências exitosas propiciadas pelo aumento da equipe de referência do CRAS Novo Mundo, assim como as articulações para reorganização de ofertas (Viva Leite) e mobilizações para sensibilização sobre pertencimento e apropriação (Núcleo da Vila Azul), se fizeram presentes nas reflexões durante o percurso de construção do Diagnóstico. O fomento da equipe do CRAS Novo Mundo nestas articulações é fundamental na garantia do acesso aos programas, projetos, serviços e benefícios preconizados pela PNAS.

Por fim, fica latente a necessidade de planejar, criar e fomentar estratégias para atender a população, estreitar o diálogo com as demais políticas setoriais para enfrentamento da vulnerabilidades, riscos e garantia dos direitos sociais, entendendo que a proteção social é um direito fundamental para o exercício de outros direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Cidadania, [2019]. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico. Acesso em: 13 fev. 2022.

BRASIL. Lei Federal no. 8.069, de 13 de julho de 1990, com suas alterações. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm acesso em 18/07/ 2021 às 19:41.

BRASIL. **LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf acesso em 17/07/2021 às 18:24.

BRASIL. **Dados e Indicadores SINASE**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e adolescente/dados-e-indicadores/sinase acesso em 16/07/2021 às 18:50.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais** – reimpressão 2014. Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 16 fev. 2022.

FARIA, A. A. C.; FERREIRA NETO, P. S. **Ferramentas do diálogo - qualificando o uso das técnicas do DRP: diagnóstico rural participativo**. Brasília: MMA; IEB, 2006.

MIGRACIDADES. **Perfil de Governança Migratória Local do Município de São José do Rio Preto.** Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2020. Disponível em https://www.ufrgs.br/migracidades/wp-content/uploads/2020/12/Relatorio_Sao-Jose-do-Rio-Preto.pdf. Acesso em 06/11/2021.

MIGRACIDADES. **Perfil de Governança Migratória Local do Município de São José do Rio Preto.** Porto Alegre: Organização Internacional para as Migrações (OIM) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2021. Disponível em https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-ontent/uploads/arquivosPortalGOV/assistencia/Migracidades%E2%80%93SaoJosedoRioPreto.pdf. Acesso em 01/04/2022.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências. **DHOJE**, São José do Rio Preto, SP, p.A-7, 30 de jun. de 2018. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/SP/SAO.JOSE.DO.RIO.PRETO/DECRETO-18073-2018-SAO-JOSE-DO-RIO-PRETO-SP.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

FUNDAÇÃO OSVALDO CRUZ. **Proteção social é direito e pilar fundamental para a construção do estado de bem-estar**. Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz Antônio Ivo de Carvalho [2018]. Disponível em: https://cee.fiocruz.br/?q=A-protecao-social-e-um-pilar-fundamental-para-a-construcao-de-estado-de-bem-estar-social. Acesso em 15/04/2022.

SILVA, Ana Célia. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade. In: NASCIMENTO, A.D.,HETKOWSKI, T.M., (Orgs). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007.

APÊNDICE 1 – Bairros e loteamentos abrangência HB

Auferville I	Estância Unitra (Zona Rural)	Loteamento Parque dos Pássaros
Auferville II	Estância Vila Azul (Zona Rural)	Loteamento San Fernando Valley
Auferville III	Green Fields Residence Club	Nova Redentora
Auferville IV	Green Valley Edge City	Parque das Nascentes (Zona Rural)
Bom Jardim	Higienópolis	Parque Estoril
Bosque da Saúde	Jardim Aclimação	Parque Quinta das Paineiras
Chácara Municipal	Jardim Bosque das Vivendas	Pinheiros
Cidade Nova	Jardim do Centro	Residencial Cidade Jardim
Condomínio Bourgainville	Jardim do Norte	Residencial Colina Azul (Zona Rural)
Condomínio Débora Cristina	Jardim do Sul	Residencial Eco Village
Condomínio Green Palm	Jardim Francisco Fernandes	Residencial Eco Village I
Condomínio Harmonia Residence	Jardim Maracanã	Residencial Quinta do Golfe
Condomínio Praças do Golfe	Jardim Michael Jacob	Residencial Vista Alegre I (Zona Rural)
Condomínio Recanto Real	Jardim Morumbi	Residencial Vista Alegre II e III (Zona Rural)
Condomínio São Miguel Arcanjo (Zona Rural)	Jardim Moysés Miguel Haddad	São Francisco
Condomínio São Miguel Arcanjo II (Zona Rural)	Jardim Novo Mundo	Universitário
Condomínio Vilage La Montagne	Jardim Ouro Verde	Vila Azul (Zona Rural)
Condomínio Village Flamboyant	Jardim Panorama	Vila Nosso Senhor do Bonfim
Distrito Industrial Dr Ulysses da Silveira Guimarães	Jardim Redentor	Vila Santa Cândida
Estância Cardoso (Orquidário)	Jardim Santa Catarina	Vila São João
Estância Chácara Santa Inês (Zona Rural)	Jardim Santa Luzia	Vila São Joaquim
Estância Matinha (Zona Rural)	Jardim Santa Maria	Vila São José
Estância Navarrete (Zona Rural)	Jardim São Marcos	Vila São Manoel
Estância Parque Azul (Zona Rural)	Jardim Tangará	Vila São Pedro
Estância Ponte Grande (Zona Rural)	Jardim Tarraf	Vila Sinibaldi
Estância Santa Apolônia (Zona Rural)	Jardim Tarraf II	Village Santa Helena
Estância Santa Inês (Zona Rural)	Jardim Urano	
Estância Santa Maria (Zona Rural)	Jardim Viena	

Estância São Marcos II e IV (Zona Rural)	Jardim Vivendas
Estância São Pedro (Vila Azul)	Jardim Walkíria
Estância Sobrinho (Zona Rural)	Loteamento Dois de Abril (Zona Rural)

APÊNDICE 2 – Entrevista Semiestruturada

Identificação

Idade

Gênero

Cor (autodeclarada)

Renda

Bairro:

Há quanto tempo reside no território:

1 - O que você acha que a Região/bairro que você mora possui de importante? Atende as necessidades de sua família e comunidade? (Aqui, o objetivo da pergunta é levantar as potencialidades). Caso a pessoa não elenque sobre a política de Assistência Social, perguntar: e referente aos serviços do CRAS, CREAS?

2 - O que você acha que a Região/bairro que você mora possui de problemas? Caso a pessoa não elenque sobre a política de Assistência Social, perguntar: e referente aos serviços do CRAS, CREAS?

3 - Você, sua família vivencia problemas relacionados ao desemprego e/ou não ter renda suficiente para sobreviver?

4 - O que você observa com relação às necessidades das crianças e adolescentes do bairro? (aqui o objetivo da perguntar é ver se a pessoa tem algum aspecto a considerar sobre problemas, tais como necessidade de acesso das crianças e jovens às políticas públicas). Caso a pessoa não elenque sobre a política de Assistência Social, perguntar: e referente aos serviços socioassistenciais, do CRAS, CREAS?

5 - O que você observa com relação às necessidades dos idosos do bairro. (aqui o objetivo da perguntar é ver se a pessoa tem algum aspecto a considerar sobre problemas, tais como necessidade de acesso dos idosos às políticas públicas). Caso a pessoa não elenque sobre a política de Assistência Social, perguntar: e referente aos serviços socioassistenciais, do CRAS, CREAS?

6 - O que você observa de necessidade com relação à locomoção no bairro? Como é para acessar os serviços, fazer uso de transporte público? (aqui levantar a mobilidade, o recurso financeiro para o acesso: tem dificuldade com relação à mobilidade? Tem dificuldade com relação a dinheiro para o transporte?) Caso a pessoa não elencar sobre o acesso aos serviços de Assistência Social, perguntar: e referente ao acesso/mobilidade aos serviços socioassistenciais, do CRAS, CREAS?

APÊNDICE 3 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Aceito participar de entrevista para coleta de dados referente ao Diagnóstico Socioterritorial realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto/SP.

Fui informado (a) que a pesquisa pretende levantar informações acerca do território e que a devolutiva será feita através da publicação do documento final.

Sei que tenho liberdade de recusar a participar da pesquisa e deixá-la a qualquer momento, sem qualquer prejuízo para a minha vida pessoal, profissional e sem nenhum ônus financeiro.

Fui também esclarecido (a) que meu nome não será divulgado nos resultados da pesquisa, preservando minha identidade e as informações que darei serão utilizadas somente para os propósitos desta pesquisa, referenciadas no trabalho com iniciais ou siglas/nomes fictícios.

Estou ciente dos objetivos da pesquisa e firmo o presente.

DATA:_____

_____

Assinatura do entrevistado(a)

_____

Assinatura do entrevistador

Caso deseje maiores esclarecimentos segue os telefones abaixo:

CRAS Novo Mundo - Rua Centenário, 1299, Vila Sinibaldi - São José do Rio Preto

Telefones: 17 3226-3131 e 17 3227-0169

Obs. O levantamento de dados com os usuários não irá passar pelo comitê de ética visto que se enquadra nas exceções dispostas no Parágrafo Único do Artigo 1º da Resolução CNS 510/2016.

PARTE III

GLOSSÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: Conceitos aplicados ao trabalho social

SUMÁRIO

Apresentação.....147
A.....148
Abrangência.....148
Acolhida.....148
Acolhida no Serviço.....148
Acolhida Particularizada.....148
Acolhida no Domicílio.....149
Acolhida em Grupo.....149
Ação Particularizada.....149
Ação Particularizada no domicílio.....150
Ação Comunitária.....150
Ação Indireta.....150
Ação não continuada.....150
Acolhimento institucional.....151
Acompanhamento Especializado.....151
Acompanhamento Familiar.....151
Acompanhamento familiar em grupo.....152
Acompanhamento familiar particularizado.....152
Acompanhamento psicossocial.....153
Articulação de rede (trabalho em rede).....153
Ato infracional.....153
B.....154
Benefício de Prestação Continuada (BPC).....154
Benefícios eventuais.....154
Busca ativa.....154
Busca ativa na Proteção Social Básica.....155
Busca ativa na Proteção Social Especial (Serviço Especializado em Abordagem Social) 155
C.....156
Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)..156

Carteira do idoso....156
Centro de Convivência da Família (CCF) 156
Centro de Convivência da Juventude (CCJ)....156
Centro de Convivência do Idoso (CCI) 157
Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) 157
Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)....157
Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)....157
Ciclo de vida....158
D....159
Demanda Reprimida....159
E....160
Encaminhamento....160
Estudo Social....160
F....161
Formas de acesso....161
G....162
Grupo....162
O....163
Oficinas....163
Oficina com famílias....163
P....164
Plano de Acompanhamento Familiar no PAIF....164
Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no PAEFI....164
Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no Serviço Especializado para População em Situação de Rua....164
Plano Individual de Atendimento (PIA) 165
Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU) 165
R....166
Risco Social....166
S....167
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)....167
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)....167

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....167
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).....168
Serviço Especializado em Abordagem Social.....168
Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) 169
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.....169
V.....171
Violação de direitos.....171
Vulnerabilidade social.....171
REFERÊNCIAS.....173

APRESENTAÇÃO

O “Glossário da Assistência Social: conceitos aplicados ao trabalho social” produzido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto (SEMAS) é composto por conceitos-chave que aparecem de forma recorrente nas publicações mais representativas da área da Assistência Social.

O presente trabalho nasceu da necessidade de socializar e ao mesmo tempo buscar alinhar conceitos, na tentativa de oferecer uma fonte de consulta a todos os atores sociais do campo da assistência social. Nesse sentido, busca trazer para a reflexão alguns termos existentes em outros glossários ou documentos similares, dando a oportunidade de abrir alguns caminhos para dialogar com trabalhadores do SUAS, gestores, conselheiros, usuários, estudantes e demais interessados.

O conjunto de conceitos que integra este Glossário foi construído inicialmente a partir de uma primeira pesquisa conjunta iniciada em meados de 2015, com parte dos técnicos e técnicas da Secretaria, sobre os principais conceitos que apareciam no seu cotidiano profissional e nas suas leituras.

A SEMAS realizou *Oficinas para nivelamento de Conceitos* entre os anos de 2018 e 2019 com seus trabalhadores, visando a identificar os conceitos com entendimentos diversos. Por meio das Oficinas foi possível aprimorar a comunicação e o entendimento, bem como a definição conjunta de uma proposta de vocabulário comum a todos, tendo como base as legislações/normativas elaboradas pelo então Ministério da Cidadania e pela Política Nacional de Assistência Social. Os conceitos encontram-se definidos nesse Glossário e poderão ser retomados pelos trabalhadores, sempre que necessário.

Esta é uma publicação que resulta da atuação de muitos trabalhadores e trabalhadoras ao longo dos últimos anos e que avança na perspectiva de que todos e todas fazemos Proteção Social. O Departamento de Vigilância Socioassistencial sistematizou os materiais que haviam sido elaborados pelas equipes, respeitando o resultado de suas produções e elencou os principais conceitos utilizados no trabalho social. O documento apresenta os conceitos em ordem alfabética.

Eis um produto a serviço dos trabalhadores do SUAS e de uma política social que se estabelece enquanto direito do cidadão e dever do estado.

Helena Marangoni

Secretária de Assistência Social

A

Abrangência referência territorializada da procedência dos usuários e do alcance do serviço, delimitados de acordo com as especificidades de cada município (BRASIL, 2009a).

No ano de 2018, com base no decreto 18.037, São José do Rio Preto passou a ser dividida em 10 regiões: Bosque, Central, CEU, Cidade da Criança, HB, Pinheirinho, Represa, Schmitt, Talhado e Vila Toninho. O Decreto buscou padronizar e unificar as diferentes regiões da cidade, já que antes cada secretaria tinha sua própria divisão administrativa (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2019).

Acolhida constitui uma importante dimensão inerente ao trabalho social, compreendida sob duas perspectivas: 1-como ação/procedimento de acolhida, caracterizada pelo contato inicial das famílias/indivíduos com os serviços de assistência social, que envolve o recebimento dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em local com infraestrutura adequada e profissionais qualificados, e o direcionamento das suas demandas, contribuindo para a humanização do atendimento socioassistencial (BRASIL, 2011a). Tem como objetivo identificar as necessidades apresentadas pelas famílias e indivíduos, avaliar se realmente constitui situação a ser atendida e identificar demandas imediatas de encaminhamentos. Esse momento irá nortear as primeiras ações do profissional, bem como contribuirá para o início da construção de vínculo de referência e de confiança; 2- A postura acolhedora, ética e de respeito à dignidade e não-discriminação, afiançada pela segurança de acolhida, que deve nortear todas as ações na Assistência Social, na perspectiva do reconhecimento do usuário enquanto sujeito de direitos (BRASIL, 2011a, p. 59).

Acolhida no Serviço refere-se ao processo de acolhida que ocorre no espaço físico das unidades do SUAS. [...] é preciso garantir locais adequados, configurados para assegurar o bem-estar das famílias, ao expor suas demandas e vulnerabilidades, e para resguardar o sigilo das informações, devendo ocorrer, portanto, em uma sala de atendimento. Essa atividade, geralmente, é antecedida pela recepção da família na Unidade da rede socioassistencial (BRASIL, 2012, p. 22).

A acolhida no Serviço pode ser **particularizada** ou em **grupo**.

Acolhida Particularizada é o processo de acolhida de uma família, ou algum de seus membros, de modo particularizado. É o momento no qual o profissional

preenche ou atualiza o Prontuário da Família. Pode ocorrer no equipamento ou no domicílio da família (BRASIL, 2012, p. 22).

Acolhida no Domicílio consiste no processo de acolhida de uma família, ou de algum de seus membros, no seu próprio domicílio. Essa forma de acolhida deve ser utilizada em situações específicas, nas quais as famílias não respondem ao convite para comparecer à Unidade de Atendimento ou vivenciam situações de vulnerabilidade ou risco social e não procuram o Serviço. [...] deve ser pautada nos princípios de respeito à privacidade da família e da sua autonomia, tanto no que diz respeito à receptividade em seu domicílio, quanto à disponibilidade para responder às perguntas e para sua inserção nas demais ações dos Serviços Socioassistenciais [...] (BRASIL, 2012, pp. 22-23).

***Observação:** conforme definido na oficina de conceitos da SEMAS, para fins de relatório circunstanciado e Registro Mensal de Atendimentos (RMA) a visita domiciliar corresponde à soma da ação particularizada no domicílio e da acolhida no domicílio.

Acolhida em Grupo é o processo de acolhida realizado de modo coletivo (duas ou mais famílias). Utiliza-se como estratégia a formação de pequenos grupos de acolhida para: a) repasse de informações gerais sobre o Serviço; b) escuta das demandas gerais das famílias; c) compreensão dos impactos do território sobre tais demandas, e d) publicização e discussão de assuntos de interesse de um grande número de famílias ou da comunidade (informações sobre o Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família, outras políticas públicas, inclusão produtiva etc.). [...] As acolhidas particularizadas e em grupo se complementam [...]. (BRASIL, 2012, p. 21)**.**

Conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS, os conceitos foram validados da seguinte forma:

- A acolhida é a primeira ação realizada para a família nos Serviços;
- Em caso de mudança de território ocorrerá uma nova acolhida;
- A acolhida em Grupo não exclui a necessidade da realização da acolhida particularizada, nem impede a realização de acolhida particularizada.

Ação Particularizada refere-se ao atendimento prestado pela equipe técnica do equipamento à família - algum (ns) membro (s) ou todo o grupo familiar, após a

acolhida, de modo individualizado. A opção pela utilização de ações particularizadas [...] têm por princípio conhecer a dinâmica familiar mais aprofundadamente e prestar um atendimento mais específico à família (BRASIL, 2012, pp. 41-42)**.**

A ação particularizada pode ocorrer no **Serviço** ou no **domicílio**.

Ação Particularizada no domicílio é o processo de atendimento individualizado prestado à família em sua unidade domiciliar [...]. O deslocamento até o domicílio da família possibilita aos técnicos conhecer a realidade dos territórios, as formas de convivência comunitária e arranjos familiares - rol de informações muito importantes para adequar as ações do PAIF para o alcance do seu caráter preventivo e protetivo (BRASIL, 2012, p. 43)**.**

***Observação:** conforme definido na oficina de conceitos da SEMAS, para fins de relatório circunstanciado e Registro Mensal de Atendimentos (RMA) a visita domiciliar corresponde à soma da ação particularizada no domicílio e da acolhida no domicílio.

Ação Comunitária são ações de caráter coletivo, voltadas para a dinamização das relações no território. Possuem escopo maior que as oficinas com famílias, por mobilizar um número maior de participantes, e devem agregar diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum (BRASIL, 2012, p. 37)**.**

São exemplos de ações comunitárias as palestras, campanhas, eventos comunitários e mobilizações (BRASIL, 2012).

Ação Indireta de acordo com a oficina de conceitos realizada pela SEMAS, consiste em toda ação realizada indiretamente, quando não se está pessoalmente diante do usuário do Serviço: articulação com a rede, reunião para discussão de caso, contato telefônico, elaboração de relatório, dentre outras ações elencadas por cada Serviço.

Ação não continuada de acordo com a oficina de conceitos realizada pela SEMAS, consiste no atendimento pontual ao usuário/pessoa. Após a avaliação técnica é compreendido que não se apresenta demanda de atendimento para a política de assistência social naquele momento. Utilizada para casos específicos e excepcionais, por exemplo: pessoa tem casa no território (herança), mora em outro município e foi pedir orientação no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) sobre inventário; idoso aposentado procurou o CRAS para o benefício de tarifa social, não possui critérios e não apresenta vulnerabilidades que demandem outros

atendimentos; pessoa procurou para informações a respeito do programa minha casa minha vida, não possui critérios e não apresenta vulnerabilidades que demandem outros atendimentos.

Acolhimento institucional Serviço inserido no escopo da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares e comunitários rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral (BRASIL, 2009b, p. 44).

Deve ofertar, em consonância aos princípios e diretrizes do SUAS, condições para alimentação, higiene, respeito à individualidade e autonomia. As unidades de acolhimento são classificadas de acordo com o público. Para crianças e adolescentes: casa-lar e abrigo institucional; para adultos e famílias o abrigo institucional e casa de passagem; para mulheres em situação de violência o abrigo institucional; para jovens e adultos com deficiência as residências inclusivas e para idosos a casa-lar e o abrigo institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI) (BRASIL, 2009b, p. 49-50).

Acompanhamento Especializado no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) compreende atendimentos continuados e uma gama de possibilidades para seu desenvolvimento, segundo as demandas e especificidades de cada situação (atendimentos individuais, familiares e em grupo; orientação jurídico-social; visitas domiciliares, etc.). Proporciona espaço de escuta qualificada e reflexão, além de suporte social, emocional e jurídico-social às famílias e aos indivíduos acompanhados, visando ao empoderamento, enfrentamento e construção de novas possibilidades de interação familiares e com o contexto social (BRASIL, 2011a, p. 60).

Acompanhamento Familiar no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e de acordo com o artigo 20 do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS, o acompanhamento familiar consiste no desenvolvimento de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilite à família o acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações - sejam elas familiares ou comunitárias.

Comporta, portanto, um conjunto variado de ações, que devem ser planejadas e executadas pelos profissionais do SUAS, com participação ativa da família. O acompanhamento é destinado às famílias que apresentam situações de vulnerabilidades, que requerem a proteção da assistência social para garantia de seus direitos socioassistenciais, acesso aos direitos sociais e ampliação de sua capacidade protetiva, demandando, para isso, uma atenção diferenciada, um olhar mais atento dos profissionais do CRAS, na medida em que essas situações vivenciadas, caso não sofram imediata intervenção profissional, podem tornar-se risco social e/ou violação de direitos (BRASIL, 2012).

Acompanhamento familiar em grupo o processo de acompanhamento familiar em grupo é indicado para responder situações de vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias com forte incidência no território. Neste sentido, faz-se necessário realizar um bom diagnóstico socioterritorial - conhecer suas vulnerabilidades e potencialidades e sua incidência, de modo a constituir grupos de famílias com afinidades, necessidades e características similares, de forma a efetivar seu acompanhamento, tornando-o um processo de compartilhamento de experiências entre os participantes, de reflexão sobre a realidade, de acesso à informação sobre direitos, de apoio à família em sua função protetiva e de construção de projetos de vida que possibilitem ampliação dos direitos sociais. A formação de um grupo é marcada pela inserção de seus participantes na sociedade, pelas determinações econômicas, sociais e culturais. Assim, a técnica de trabalho em grupo é mais do que a junção de várias pessoas para conversar sobre um tema ou repassar informações. Requer a existência, entre seus participantes, de uma interação social e algum tipo de vínculo. Pode-se dizer que a passagem da condição de agrupamento para a de um grupo, consiste na transformação de interesses comuns para a de interesses em comum (BRASIL, 2012, p. 70-71).

Acompanhamento familiar particularizado deve ser proposto às famílias em situações de vulnerabilidades, em condições desfavoráveis para acompanhamento em grupo: seja porque a família demanda uma atenção imediata, por risco de retornar à situação de extrema pobreza ou recair em risco social; nos casos em que a família tem dificuldades de se deslocar até o CRAS; por necessidade de proteção a algum de seus membros; quando a família não se sente à vontade para participar do acompanhamento em grupo; quando a situação demanda sigilo; ou quando seus horários são incompatíveis com os do(s) grupo(s) (BRASIL, 2012, p.75).

Acompanhamento psicossocial de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da Semas diz respeito à atuação conjunta de profissionais cujo objetivo é direcionar a ação de maneira mais abrangente com conhecimentos e habilidades específicas de diferentes áreas [...]. Exige frequência e sistematização dos atendimentos, utilizando-se de diferentes metodologias e instrumentais. Nessa intervenção o foco está em conhecer o indivíduo e/ou família identificando demandas explícitas e implícitas levando em conta seu contexto social, cultural, a rede que acessa e/ou conta, as dificuldades vivenciadas, expectativas dentre outros aspectos. É também o espaço onde será possível estabelecer vínculo, favorecendo uma relação de discussão e reflexão sobre as dificuldades encontradas no cotidiano, promovendo o fortalecimento de potenciais e autonomia, mantendo um olhar para os aspectos que constituem fenômenos sociais e interferem na vida de indivíduos, famílias e grupos (BRASIL, 2013, p. 68).

Articulação de rede (trabalho em rede) é o processo pelo qual se cria e mantém conexões entre diferentes organizações, a partir da compreensão do seu funcionamento, dinâmicas e papel desempenhado, de modo a coordenar interesses distintos e fortalecer os que são comuns (BRASIL, 2009a, p. 21).

Ato infracional de acordo com as disposições gerais do Capítulo I do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) "Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal; Art. 104. são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei" (BRASIL, 1990, p. 3568).

O Art. 112 do ECA versa sobre as medidas socioeducativas, que é aplicada aos adolescentes quando verificada a prática de ato infracional (BRASIL, 1990).

B

Benefício de Prestação Continuada (BPC) garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família, considera-se o critério de renda per capita de ¼ de salário mínimo para essa avaliação. O benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e operacionalizado pelo INSS. Os recursos para custeio do BPC provêm do Fundo Nacional de Assistência Social - Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 1993).

Benefícios eventuais são um tipo de proteção social que se caracteriza por sua oferta de natureza temporária para prevenir e enfrentar situações provisórias de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades. [...]. Concedidos em forma de pecúnia, bens ou serviços, buscando garantir as seguranças sociais de acolhida, convívio e sobrevivência aos indivíduos e às famílias, com impossibilidade temporária de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por contingências que causam danos, perdas e riscos, desprotegendo e fragilizando a manutenção e o convívio entre as pessoas (BRASIL, 2018, p. 16).

As Orientações Técnicas para Benefícios Eventuais no SUAS irão tratar de cada benefício eventual, inclusive os que historicamente relacionam-se à Assistência Social, mas são de responsabilidade de outras políticas públicas.

Busca ativa é utilizada como ferramenta de gestão e estratégia de aproximação às famílias para processo de inserção nos programas e serviços ofertados na rede socioassistencial. É definida como uma procura de informações por meio do deslocamento das equipes de referência ao território e tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social para ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, bem como as [...] “potencialidades e recursos culturais, econômicos, sociais e políticos” do território, as redes sociais de apoio e as necessidades de articulação da rede socioassistencial para a efetividade da proteção social. Portanto, envolve as equipes de referência, o território e as decisões da gestão. (BRASIL, 2009a, p.30).

Conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS, serão consideradas:

Busca ativa na Proteção Social Básica é o deslocamento da equipe ao território para buscar famílias que não tem prontuário e famílias que tem prontuário, mas se encontra sem nenhum registro de atendimento, por um ano e meio (18 meses);

Busca ativa na Proteção Social Especial (Serviço Especializado em Abordagem Social) é a identificação da incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras situações de violação de direitos;

Na operacionalização não será considerado como busca ativa: contato telefônico ou meio eletrônico, correspondência e para famílias que tem prontuário com registro de atendimento a menos um ano e meio (18 meses).

C

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Desde 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo utilizado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. Também pode ser usado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas. A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. O Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas (BRASIL, 2019a).

Carteira do idoso é o instrumento de comprovação para que o idoso tenha acesso gratuito ou desconto de, no mínimo, 50% no valor das passagens interestaduais, de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Além do Número de Identificação Social - NIS, a carteira dos Idosos traz informações de identificação do idoso e do município em que ele mora e a foto. [...] é fornecida somente para idosos com mais de 60 anos que não possuem meios de comprovação de renda e que recebam até dois salários mínimos (BRASIL, 2019b).

Centro de Convivência da Família (CCF) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a toda a família, de acordo com as faixas etárias contidas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b).

Centro de Convivência da Juventude (CCJ) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a adolescentes e jovens de 12 a 29 anos.

Centro de Convivência do Idoso (CCI) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos à população idosa residente no município a partir dos 60 anos.

Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) unidade pública municipal destinada à prestação de serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas com espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. (BRASIL, 2009b, p. 40).

Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) [...] Dada sua capilaridade nos territórios, caracteriza-se como a principal porta de entrada do SUAS [...]. O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009a, p.9).

O município de São José do Rio Preto possui treze CRAS:

Antunes, Centro, Eldorado, Jardim Belo Horizonte, João Paulo II, Lealdade e Amizade, Novo Mundo, Parque da Cidadania Santo Antônio, São Deocleciano, Schmitt, Solo Sagrado e Vila Toninho.

Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) unidade pública e estatal, de abrangência municipal ou regional. Oferta, obrigatoriamente, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e indivíduos (PAEFI) (BRASIL, 2011a, p. 20).

Responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Os objetivos são: fortalecer as redes sociais de apoio à família; contribuir no combate a estigmas e preconceitos; assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando à sua integridade física, mental e social; prevenir o abandono e a institucionalização; fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família (BRASIL, 2011a).

No município de São José do Rio Preto existem dois CREAS, sendo CREAS I e CREAS II, e as equipes são divididas por região como forma de fortalecer as articulações com o território:

CREAS I - Bosque, Central, HB, Represa, Schmitt, Talhado e Vila Toninho;

CREAS II - CEU, Cidade da Criança e Pinheirinho.

Executam o PAEFI e o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Ciclo de vida etapas do desenvolvimento do ser humano como infância, adolescência, juventude, idade adulta e das pessoas idosas bem como o desenvolvimento familiar, marcado, por exemplo, pela união dos parceiros, separação, recasamento, nascimento e desenvolvimento dos filhos e netos, morte e outros eventos (BRASIL, 2006).

D

Demanda Reprimida conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS é quando o usuário atende aos critérios para o acesso ao serviço e/ou benefício, contudo, não é possível sua efetivação.

Na operacionalização não serão considerados como demanda reprimida: demandas de outras políticas públicas trazidas pelo usuário; usuários que não atendam aos critérios de programas, serviços e benefícios do governo estadual/federal. Segundo Silva (2009) a demanda reprimida ocorre quando a oferta do serviço prestado é inferior ao serviço existente, ou seja, quando o usuário possui critério para acesso, procura o serviço/benefício da Política de Assistência Social e a unidade não consegue atender ou por deficiência da própria unidade ou por impedimento do próprio usuário.

E

Encaminhamento é o processo de orientação e direcionamento das famílias, ou algum de seus membros, para serviços e/ou benefícios socioassistenciais ou de outros setores. Tem por objetivo a promoção do acesso aos direitos e a conquista da cidadania. Os Encaminhamentos no âmbito do SUAS pressupõem contatos prévios e posteriores da equipe técnica dos serviços e o estabelecimento de fluxos, de forma a possibilitar a efetivação do encaminhamento, garantir o retorno da informação e o efetivo atendimento e inclusão da família. Deve ser formalizado por meio de algum tipo de documento ou formulário que possa ser entregue ao usuário e à usuária e/ou enviado para a outra unidade. O documento de encaminhamento deve, no mínimo, identificar a pessoa encaminhada, a unidade de origem, a unidade de destino e o motivo do encaminhamento. Tal documento também deve ter a identificação do profissional que o fez (BRASIL, 2012, p.44-47).

Estudo Social conforme documento produzido na oficina de conceitos da SEMAS é realizado pelos profissionais de nível superior dos CRAS, CREAS e CENTRO POP por meio de entrevista, visita domiciliar, observação, instrumental de vulnerabilidade social, entre outros. Conforme as Orientações PAIF vol. 2 é a análise tecnicamente qualificada sobre a família, determinante para explicitar a necessidade de inserção da família no atendimento ou no acompanhamento familiar. Neste momento, os profissionais responsáveis deverão, em conjunto com as famílias: enumerar as situações de vulnerabilidade social vivenciadas, buscando compreender suas origens e consequências; identificar as potencialidades e recursos que as famílias possuem; identificar/reconhecer as características e especificidades do território que influenciam e/ou determinam as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias. O estudo social da situação familiar constitui momento de compreensão da realidade vivenciada pelas famílias, bem como de afirmação da assistência social como direito de cidadania e dever do Estado (BRASIL, 2012, p.18).

F

Formas de acesso de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS os usuários têm acesso a serviços e ações ofertados pela política de assistência social, em geral, por demanda espontânea, busca ativa, encaminhamentos da rede socioassistencial e/ou encaminhamentos de serviços das demais políticas públicas. Os serviços de Proteção Social Especial, pela sua especificidade de atendimento, são acessados também por encaminhamentos dos serviços de proteção, incluindo o serviço de abordagem social e dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 2009b).

G

Grupo de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS, na concepção de Pichon-Rivière, o grupo apresenta-se como instrumento de transformação da realidade, e seus integrantes passam a estabelecer relações grupais que vão se constituindo, na medida em que começam a partilhar objetivos comuns, a ter uma participação criativa e crítica e a poder perceber como interagem e se vinculam (BASTOS, 2010, p. 164).

[...] é através do reunir-se com um grupo de semelhantes (reunião de duas ou mais pessoas que desempenham determinados papéis sociais em torno de uma tarefa que lhes diz respeito) que os indivíduos podem analisar e compreender os fenômenos sociais, os quais estão intimamente ligados ao modo de produção capitalista, tendo assim condições de reivindicar seus direitos perante a sociedade (SILVA; GUEDES, 2015, p. 184).

O acompanhamento em grupo ocorre quando os objetivos a serem atingidos forem de **longo prazo**, ou seja, demandam um processo de caráter continuado e planejado, por período de tempo determinado, no qual há, a partir de vulnerabilidades, demandas e potencialidades apresentadas pela família e a definição dos objetivos a serem alcançados. O processo de acompanhamento familiar em grupo é indicado para responder **situações de vulnerabilidades** vivenciadas pelas famílias; quando o foco for a garantia das seguranças afiançadas pela política de assistência social e a promoção do acesso das famílias aos seus direitos, com vistas ao fortalecimento da capacidade protetiva da família, a partir das respostas do Estado para sua proteção social. Observação: uma família que participa de uma oficina pode demandar inserção em processo de acompanhamento familiar (Brasil, 2012, p. 75).

O

Oficinas [...] consistem em atividades de esporte, lazer, arte e cultura no âmbito do grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Também é possível realizar atividades recreativas [...]. Essas atividades podem ser resultado, inclusive, de articulações intersetoriais no âmbito municipal e do Distrito Federal. [...] Vale destacar, entretanto, que as oficinas, as palestras e as confraternizações eventuais, por si só, não constituem o SCFV, são estratégias para tornar os encontros dos grupos atrativos e, com isso, dialogar com o planejamento dos percursos, com os temas abordados junto aos usuários e com os objetivos a serem alcançados nos grupos. São atividades utilizadas como recursos para discutir assuntos apresentados pelos componentes dos grupos; para reunir a família num momento festivo - com lanches, músicas e brincadeiras - para proporcionar a interação entre diversas gerações familiares e com os demais sujeitos do território (BRASIL, 2017a, p. 75).

Oficina com famílias de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS consiste na realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias, por meio de seus responsáveis ou outros representantes, sob a condução de técnicos de nível superior da equipe (BRASIL, 2012). As oficinas com famílias devem buscar articular diversas dimensões que propiciam a mudança social por meio da transformação das crenças, práticas, relações dos sujeitos sociais e nível de participação social das famílias, utilizando-se da informação com ênfase na reflexão, na convivência e na ação (BRASIL, 2012, p.35).

P

Plano de Acompanhamento Familiar no PAIF de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS, no âmbito dos serviços ofertados no CRAS, através do PAIF, consiste no planejamento conjunto entre a(s) família(s) e profissional do acompanhamento familiar, imprescindível para o alcance dos objetivos desse processo. No Plano devem ser descritas: as demandas e necessidades da(s) família(s); as vulnerabilidades a serem superadas; as potencialidades que o(s) grupo(s) familiar(es) possui(em) e que devem ser fortalecidas, a fim de contribuir nas respostas às vulnerabilidades apresentadas pela(s) família(s); os recursos que o território possui que podem ser mobilizados na superação das vulnerabilidades vivenciadas pela(s) família(s); as estratégias a serem adotadas pelos profissionais e família(s) no processo de acompanhamento familiar; os compromissos da(s) família(s) e dos técnicos (enquanto representantes do Estado) no processo de superação das vulnerabilidades; o percurso proposto para o acompanhamento [...] (BRASIL, 2012, p.67-68).

Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no PAEFI no âmbito dos serviços ofertados no CREAS é necessário que para cada família/ indivíduo, seja traçado o Plano de Acompanhamento. Nesse instrumento, faz-se necessário o apontamento de objetivos, estratégias e recursos que possam contribuir para o trabalho social, considerando as particularidades e o protagonismo de cada família e indivíduo. Construído gradualmente e de forma participativa ao longo da vinculação e acompanhamento, deve ser continuamente revisto pela equipe. O Plano tem a função de, instrumentalmente, organizar a atuação interdisciplinar no CREAS, delineando, operacional e metodologicamente, o caminho a ser seguido por todos os profissionais, possibilitando o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados com os usuários. Portanto, é fundamental garantir a sua dinamicidade, reformulações e aprimoramento, baseados nas intervenções realizadas, nos resultados alcançados e no processo vivenciado por cada indivíduo ou família (BRASIL, 2011a, p. 69).

Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no Serviço Especializado para População em Situação de Rua constitui importante instrumento de trabalho e tem a função de organizar a atuação interdisciplinar da equipe[13] e delinear, operacionalmente e metodologicamente, o caminho a ser seguido

[13] No âmbito do Serviço ofertado pelo Centro Pop.

por todos os profissionais, possibilitando o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados. Importante destacar que o Plano de Acompanhamento precisa envolver a participação protagonista dos usuários nesse processo, que deve considerar a realidade de vida e a singularidade de cada sujeito e família acompanhados. Por meio de metodologia participativa, o Plano deve ser construído gradualmente, desde o momento da acolhida inicial, e ser reavaliado continuamente ao longo do acompanhamento no Serviço, considerando o processo de cada família ou indivíduo atendido. É necessário, portanto, que seja flexível, dinâmico e repactuado sempre que necessário (BRASIL, 2011b, p. 83-84).

Plano Individual de Atendimento (PIA) está previsto na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que estabelece a obrigatoriedade de sua elaboração na execução das medidas socioeducativas, definindo-o como "instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente". [...] O PIA é um instrumento de planejamento que deve ser pactuado entre o técnico e o adolescente, envolvendo a sua família e as demais políticas setoriais, conforme os objetivos e as metas consensuadas na sua elaboração. Deve ser utilizado como ferramenta para a convergência das ações intersetoriais, estabelecendo objetivos e metas a serem cumpridas pelo adolescente (BRASIL, 2016, p.59).

Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU) é um instrumento técnico de acompanhamento e desenvolvimento do usuário, que corresponde ao planejamento particularizado do acompanhamento de cada usuário a partir de suas demandas, singularidades e dos objetivos a serem alcançados. O PDU estrutura o trabalho social do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, com cada usuário e sua família. É elaborado a partir do conhecimento de contextos, consensos, combinados, compromisso e responsabilidades assumidas de ambas as partes: Serviço, usuário, cuidador (a) e família - também as redes de apoio existentes no território. No caso de o usuário morar sozinho, é necessário consensuar com ele (a) o envolvimento da família na elaboração do PDU, essa atitude traduz-se em respeito à sua autonomia (BRASIL, 2017b, p. 91).

R

Risco Social de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da SEMAS relaciona-se à possibilidade da ocorrência de um evento na vida de um indivíduo ou de uma família, expressando-se pela suspeita ou por episódios de violência, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, ato infracional, etc. (BRASIL, 2011a). As situações de vulnerabilidades sociais podem ser agravadas, transformar-se em situação de risco e/ou violação de direitos (BRASIL, 2012).

S

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) deve ser executado exclusivamente pelos CRAS e consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações não devem possuir caráter terapêutico (BRASIL, 2009b, p. 12). As ações que compõem o Trabalho Social com Famílias do PAIF são: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos (BRASIL, 2012).

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários**,** de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009b, p. 16).

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas O serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo a situação de risco, a exclusão e o

isolamento. O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço (BRASIL, 2009b, p. 25).

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) Deve ser executado exclusivamente pelos CREAS, sendo um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. São usuários do Serviço famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: violência física, psicológica e negligência; violência sexual (abuso e/ou exploração sexual); afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos (BRASIL, 2009b, p. 29).

Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve

buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos (BRASIL, 2009b, p. 31).

Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) O Serviço tem por finalidade prover a atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida (BRASIL, 2009b, p. 34).

De acordo com o ECA, Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (BRASIL, 1990).

De acordo com o ECA, Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvidos o orientador, o Ministério Público e o defensor (BRASIL, 1990).

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua Serviço Executado pelo Centro Pop, é um serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espeço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na

perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida (BRASIL, 2009b, p. 40).

V

Violação de direitos de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da Semas constitui-se como a transgressão dos direitos fundamentais, compostos pelo direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, garantidos pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º. As violações de direitos constituem fenômenos de causas multifatoriais, não podendo ser compreendidas, portanto, apenas como resultantes da desigualdade social e da pobreza. Além disso, podem ser analisadas pela ótica do não acesso às vias de restituição dos direitos violados, ou seja, no não acesso ao exercício pleno da cidadania (ASSIS, FONSECA, FERRO, 2018). De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) as famílias e indivíduos vivenciam violações de direitos por ocorrência de violências (física, psicológica, negligência e sexual), afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção, tráfico de pessoas, situação de rua, abandono, vivência de trabalho infantil, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia, outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar, descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família PBF em decorrência de violação de direitos.

Vulnerabilidade social de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da SEMAS, na Política Nacional de Assistência Social frequentemente aparece junto com o termo risco social, não se notando discernimento entre elas e remetendo a uma complementaridade. [...]. Nas Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (2012), evidencia-se a preocupação de explorar o conceito de vulnerabilidade e as relações com o risco. O documento se apoia em autores que reconhecem que o conceito é complexo, sendo a vulnerabilidade uma condição relacionada à inserção e estabilidade no mercado de trabalho, à fragilidade de suas relações sociais e à regularidade e qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras modalidades de proteção social. O risco é tido, assim, como decorrente da não prevenção das situações de vulnerabilidade social.

Pode-se dizer que, no campo socioassistencial, há uma descrição ampla sobre o que compõe a vulnerabilidade social, entendida não como um estado, mas como uma condição que pode ser temporária. Dessa maneira, as ações da proteção básica

têm como alvo as situações de vulnerabilidade social, preconizando ações voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco (FERNANDES, R. M. C., HELLMANN, A., 2016, p.302).

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; FONSECA, Tatiana Maria Araújo da; FERRO, Viviane de Souza**. Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial.** Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: Gerência Regional de Brasília, 2018.

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicologo informacao Psicol inf**. vol.14 n.14 São Paulo out. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100010. Acesso em: 27 maio 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de Psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2013-CREPOPCREAS.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, D.F: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a Organização da Assistência Social LOAS e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Cidadania, [2019a]. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Carta de serviços ao usuário**. [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, [2019b]. Disponível em:http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-pra-voce/carta-de-servicos/usuario/assistencia-social/carteira-do-idoso. Acesso em: 03 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS**. Brasília, DF, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social.
Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Brasília, Distrito Federal, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. **Orientações técnicas: Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas**. Brasília, DF, 2017b. Disponível em:http://www.mds.gov.br/webarquivos/assistencia_social/caderno_PSB_idoso_pcd_1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília, DF, 2011a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF Volume 2 Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop SUAS e População em Situação de Rua Volume 3.** Brasília, DF, 2011b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas Frequentes. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.** Brasília, Distrito Federal, 2017a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção I, 16 jul. 1990, Seção I, p. 13563. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990. Acesso em: 13 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 09 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional da Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20T%C3%A9cnias%20sobre%20Benef%C3%ADcios%20Eventuais%20no%20SUAS.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

FERNANDES, Rosa. M. Castilhos, HELLMANN, Aline. (Orgs). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198716. Acesso em: 23 dez. 2019.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências. **DHOJE**, São José do Rio Preto, SP, p.A-7, 30 de jun. de 2018. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/SP/SAO.JOSE.DO.RIO.PRETO/DECRETO-18073-2018-SAO-JOSE-DO-RIO-PRETO-SP.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

SILVA, Daniela de Andrade da **Crianças e adolescentes em contextos de violências sexuais:** (re) pensando a demanda reprimida do serviço de enfrentamento a violência, ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Palhoça. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial284235.pdf. Acesso em: 06 fev. 2019.

SILVA, Renato Jesus da Silva; GUEDES, Maria do Carmo. A evolução do conceito de grupo em Silvia Lane. **Psic. Rev. São Paulo**, v. 24, n.2, 181-197,

2015, p.184. Disponível em :https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/download/27795/19624. Acesso em: 27 maio 2019.